

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

FERNANDA DURAZZO DE OLIVEIRA

**A Influência da Escola Superior de Guerra do Brasil na construção do aparato
repressivo chileno**

São Paulo

2023

VERSÃO CORRIGIDA

FERNANDA DURAZZO DE OLIVEIRA

A Influência da Escola Superior de Guerra do Brasil na construção do aparato repressivo chileno

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência. Área de concentração: Integração da América Latina. Orientador: Osvaldo Luís Angel Coggiola.

São Paulo

2023

VERSÃO CORRIGIDA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48i Oliveira, Fernanda
A influência da Escola Superior de Guerra do Brasil na construção do aparato repressivo chileno / Fernanda Oliveira; orientador Osvaldo Coggiola - São Paulo, 2023.
126 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. Ditadura. 2. Escola Superior de Guerra. 3. Guerra revolucionária. 4. Repressão militar no Chile. 5. Conexões repressivas. I. Coggiola, Osvaldo, orient. II. Título.



Universidade de São Paulo – PROLAM USP
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância da orientador(a)

Nome do(a) aluno(a): Fernanda Durazzo de Oliveira

Data da defesa: 15/08/2023

Nome da orientador(a): Prof(a). Dr(a). Osvaldo Luís Angel Coggiola

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 11/11/2023

Assinatura do(a) orientador(a)

OLIVEIRA, Fernanda Durazzo. A influência da Escola Superior de Guerra do Brasil na construção do aparato repressivo chileno. Dissertação (Mestrado em Ciências) Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento parcial da minha pesquisa. O apoio se mostra necessário no desenvolvimento do pesquisador e da ciência no país.

Ao meu orientador, Osvaldo Coggiola, pela paciência e atenção que compreendeu todo o meu processo e não deixou de chamar a atenção quando foi preciso, sempre de maneira respeitosa, entendo as cobranças como uma preocupação para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora.

À minha família, minha mãe Valéria e meus pais Antonio e Roberto, minhas irmãs, meus sobrinhos e meus gatos que me apoiaram desde o momento da minha decisão por realizar o mestrado, mesmo sendo um universo diferente das vivências do nosso núcleo familiar, porém, nunca contestaram a minha capacidade para realizá-lo, ao contrário, sempre confiaram em mim, tenho sorte. Obrigada por não me deixarem desistir e me ensinarem que, além da técnica científica, estou em constante evolução para me tornar uma boa profissional, mas, principalmente, um ser humano melhor.

Aos meus amigos que estiveram comigo desde o início e aos novos que encontrei, pelo caminho, obrigada: Patrícias, Bruna, Andressa, Fábio, Victória, Ivan, Luís Gabriel, Suelen, Gabriel, Suzana, Giovanna, Margarida, Rafael e Nelson por acreditarem em mim, por me fazerem respirar quando achei que cessava o ar, dos risos, das alegrias e das vibrações compartilhadas das nossas vidas. E, a todos que estão sempre comigo, que embora não mencionados, não são menos importantes na minha jornada, agradeço o carinho, a força e a confiança de todos.

Ao Cordão Folclórico de Itaquera, coletivo cultural do bairro que resido, onde encontrei novos amigos e um lugar para chamar de “Território Educador”, o Cordão representa a possibilidade de um mundo mais amoroso, cuidadoso e ancestral. Com certeza, o trabalho que construímos é o sentido prático da teoria que acredito. Ser mestre na cultura popular requer muita experiência e responsabilidade com aquilo que acreditamos, e é esse o caminho que quero seguir. E, a todos os amigos que fiz nessa jornada pela COHAB 2.

Não menos importante, agradeço ao PROLAM, pela atenção e compreensão. Tenho um imenso carinho pelo programa que me acolheu, proporcionou momentos e experiência inigualáveis, e que me dão motivação para continuar. Incluo, aqui, a gratidão aos professores, à secretaria, e à comunidade USP, que, sem a alegria e ajuda dos trabalhadores tudo seria mais solitário e cinza na minha breve travessia pela faculdade.

*Quem controla o passado, controla o futuro;
quem controla o presente, controla o passado.*

George Orwell

OLIVEIRA, Fernanda Durazzo. **A influência da Escola Superior de Guerra do Brasil na construção do aparato repressivo chileno.** Dissertação (Mestrado em Ciências) Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

O presente trabalho analisa como a Escola Superior de Guerra do Brasil influenciou na construção do aparato repressivo chileno. A partir da análise do combate à guerra revolucionária, foi possível perceber a Doutrina de Segurança Nacional reelaborada pelos teóricos da escola como fundamento na conspiração concluída em abril de 1964, ano do golpe no Brasil, do mesmo modo, no Chile para derrubar o governo em setembro de 1973. A vizinhança em torno do Brasil foi inserida no princípio da segurança nacional e os países governados por presidentes de esquerda, como era Salvador Allende, representavam uma ameaça à ditadura. O êxito da experiência brasileira no aniquilamento dos inimigos internos foi exportado ao Chile considerado em estágio avançado na tomada de poder pelos comunistas. A influência se deu com a orientação dos militares do exército chileno, conforme bibliografia consultada, em escolas brasileiras e a presença de agentes da segurança do Brasil atuando diretamente no território chileno contra seus cidadãos exilados como forma de treinamento. A formação teórica difundida pela ESG foi um dos principais meios para legitimar as ações repressivas praticada pelos agentes de segurança além de apresentar os caminhos para a estrutura desta engrenagem.

Palavras-Chave: Ditadura; Escola Superior de Guerra; guerra revolucionária; repressão militar no Chile; conexões repressivas.

OLIVEIRA, Fernanda Durazzo. **The influence of the Escola Superior de Guerra do Brasil in the construction of the Chilean repressive apparatus.** Dissertação (Mestrado em Ciências) Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

The present work analyzes how the Escola Superior de Guerra in Brazil influenced the construction of the Chilean repressive apparatus. From the analysis of the fight against the revolutionary war, it was possible to perceive the National Security Doctrine re-elaborated by the theorists of the school as a foundation in the conspiracy concluded in April 1964, the year of the coup in Brazil, in the same way, in Chile to overthrow the government in September 1973. The neighborhood around Brazil was inserted in the principle of national security and the countries governed by presidents of the left, as Salvador Allende was, represented a threat to the dictatorship. The success of the Brazilian experience in the annihilation of internal enemies was exported to Chile, which was considered to be in an advanced stage of the communist takeover. The influence took place with the guidance of the Chilean army, according to the bibliography consulted, in Brazilian schools and the presence of Brazilian security agents acting directly in Chilean territory against its exiled citizens as a form of training. The theoretical training disseminated by the ESG was one of the main means to legitimize the repressive actions practiced by the security agents, in addition to presenting the ways for the structure of this mechanism.

Keywords: Dictatorship; Escola Superior de Guerra; revolutionary war; military repression in Chile; repressive connections.

OLIVEIRA, Fernanda Durazzo. **La influencia de la Escola Superior de Guerra do Brasil en la construcción del aparato represivo chileno.** Disertación (Maestría en Ciencias) Integración de América Latina. Universidad de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMEN

Este trabajo analiza cómo la Escuela Superior de Guerra de Brasil (ESG) influyó en la construcción del aparato represivo chileno. A partir del análisis de la lucha contra la guerra revolucionaria fue posible percibir la Doctrina de la Seguridad Nacional reelaborada por los teóricos de la escuela como fundamento del golpe de abril de 1964 en Brasil, así como en Chile para derrocar al gobierno en septiembre de 1973. La vecindad en torno a Brasil se insertó en el principio de la seguridad nacional y los países gobernados por presidentes de izquierda, como lo fue Salvador Allende, representaban una amenaza para la dictadura. El éxito de la experiencia brasileña en la aniquilación de enemigos internos fue exportado a Chile, que era considerado en fase avanzada en la toma del poder por los comunistas. La influencia se produjo con la orientación de los militares del ejército chileno, según la bibliografía consultada, en escuelas brasileñas y la presencia de agentes de seguridad brasileños actuando directamente en territorio chileno contra sus ciudadanos exiliados como forma de entrenamiento. La formación teórica difundida por el ESG fue uno de los principales medios para legitimar las acciones represivas practicadas por los agentes de seguridad, además de presentar las formas de estructurar ese mecanismo.

Palabras clave: Dictadura; Escuela Superior de Guerra; Guerra Revolucionaria; represión militar en Chile; conexiones represivas.

LISTA DE SIGLAS

ADESG	Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
ALN	Aliança Libertadora Nacional
APS	Área de Propriedade Social
ASIs	Assessoria de Segurança e Informações
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEOP	Centro de Estudios de la Opinión Pública
CEP	Centro de Estudos e Pessoal do Exército
CESEC	Centro de Estudios Socio-Económicos
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CIRE	Centro de Inteligencia Regional
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNI	Central Nacional de Informações
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CONSUPSENA	Consejo Superior de Seguridad Nacional
CSI	Curso Superior de Informações
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DICAR	Dirección de Inteligencia dos Carabineiros
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional
DIRINTA	Dirección de Inteligencia de la Armada
DOI	Destacamento de Operações e Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSIs	Departamento de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECEME	Escola de Comando do Estado-Maior
EME	Estado Maior do Exército
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
EsNI	Escola Nacional de Informações

ESG	Escola Superior de Guerra
ETC	Empresa de Transportes Coletivos
EUA	Estados Unidos da América
FCCH	Forças Armadas Chilenas
FER	Frente de Estudiantes Revolucionarios
FRAP	Ação Popular
FRENDUC	Frente Nacional Dueñas de Casa
FTR	Trabajadores Revolucionarios
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC	Izquierda Cristiana
IPES	Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais
JJRR	Juventude Radicales Revolucionarias
MAPU	Movimiento de Acción Popular Unitaria
MIR	Movimiento Izquierda Revolucionaria
OBAN	Operação Bandeirantes
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCCH	Partido Comunista do Chile
PDC	Partido Demócrata Cristiano do Chile
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PN	Partido Nacional
PN	Poder Nacional
PNI	Plano Nacional de Informações
POC	Partido Operário Comunista
PS	Partido Socialista
P2	Serviço Reservado da Polícia Militar
SENDET	Secretaria Ejecutiva Nacional de Detenidos
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SICAR	Servicio de Inteligencia de Carabineiros

SIFA	Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aerea
SIM	Servicio de Inteligencia Militar
SIN	Servicio de Inteligencia Nautica
SISNI	Sistema Nacional de Informação
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna
SNI	Serviço Nacional de Informação
SOA	School of The Americas
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UP	Unidade Popular
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA	20
2.1	A Doutrina de Segurança Nacional	26
2.2	A Guerra Insurrecional e a Guerra Revolucionária	28
2.3	A DSN na Escola Superior de Guerra do Brasil (ESG)	33
2.4	A Doutrina de Segurança Nacional no Chile	41
3	DA VITÓRIA DE SALVADOR ALLENDE AO GOLPE MILITAR	49
3.1	A vitória eleitoral da Unidade Popular (1970-1973)	54
3.2	O governo da Unidade Popular e os militares	57
3.3	A desestabilização do governo de Salvador Allende a exemplo do caso brasileiro 61	
3.4	A desestabilização do governo de Salvador Allende (1972-1973)	63
3.5	A cooperação brasileira na desestabilização do governo de Salvador Allende	69
3.6	O Golpe Militar (1973)	71
4	A CONSTRUÇÃO DA REPRESSÃO	75
4.1	O interesse brasileiro sobre o Chile	75
4.2	O serviço de inteligência brasileiro	78
4.3	A comunidade da informação	85
4.4	O SISSEGIN	88
4.5	O serviço de inteligência chileno	90
4.6	A influência brasileira na construção do aparato repressivo em território chileno 96	
4.7	Repressão chilena	106
4.8	O caso de Jane Vanini	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

No período da Guerra Fria, pode-se dizer que houve dois momentos distintos da política dos Estados Unidos para a América Latina marcado pela Revolução Cubana em 1959. O conflito entre as superpotências, Estados Unidos e União Soviética, previa a ausência de enfrentamento direto entre os dois países, porém, o que era frio se tornou quente nos territórios localizados nas suas esferas de influência.

Nesse sentido, após o término da Segunda Guerra Mundial, a América Latina não recebe o mesmo apoio econômico que os países europeus receberam para a reconstrução de suas respectivas economias. Dos 45 milhões de dólares solicitados ao congresso como recurso de ajuda, apenas 34,5 milhões foram autorizados para a região; em comparação, 6,8 bilhões foi autorizado logo nos primeiros quinze meses de aplicação do Plano Marshall (AYERBE, 2002, p. 78). Na visão de Washington, a reconstrução econômica da Europa e do Japão era imediata dada a localização desses países que, próximos à União Soviética e da China, representava maior vulnerabilidade frente à América Latina.

A Guerra da Coreia, em 1950, somada com a Revolução Chinesa, em 1949, foi um marco na Guerra Fria e gerou repercussões no cenário internacional. A deflagração gerou questionamentos sobre a declaração de uma guerra convencional entre Estados Unidos e União Soviética, o que possibilitou ao Sistema Interamericano de Defesa obter do Congresso estadunidense a aprovação de uma série de acordos bilaterais (Programa de Ajuda Mútua), aplicados a partir de 1952 através da Lei de Segurança Mútua. Dessa maneira, os laços de dependência entre os exércitos latino-americanos e o Pentágono foram aprofundados, expandindo a política de defesa dos Estados Unidos para os países latino-americanos (FERNANDES, 2009, p.833)

A primeira mudança ocorreu com a derrubada do governo de Jacob Arbenz na Guatemala em 1954, sob a denúncia de promover um programa de governo comunista. O sistema de defesa regional operada através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), previa ação conjunta dos países membros ¹contra agressões externas, e que foi acionado no caso de Arbenz.

No entanto, foi a partir de 1959, com a Revolução Cubana, que a política militar dos Estados Unidos em parte foi alterada para enfrentar um novo tipo de combate, as guerras de

¹ Os seguintes Estados assinaram e ratificaram o TIAR: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela, na Terceira Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores realizada no Rio de Janeiro, Brasil em 1947.

guerrilha. A substituição das responsabilidades se deu com o adestramento, treinamento e envio de equipamentos às Forças Armadas latino-americanas para enfrentar as novas formas de guerra (PADRÓS, 2007, p. 4).

Contudo, a formação recebida nas academias militares norte-americanas e na Escola das Américas, principal centro difusor da Doutrina de Segurança Nacional, para alguns países, como o Brasil, o conhecimento sobre as novas formas de guerra e combate havia começado na década anterior. A Escola Superior de Guerra do Brasil foi a instituição que reelaborou a doutrina dos Estados Unidos ao combinar elementos da doutrina francesa, desenvolvida após a derrota nas guerras da Indochina em 1954

O tratamento com o inimigo teorizado pela doutrina francesa como “inimigo interno”, para os militares do exército brasileiro era mais adequado à realidade do país. Tanto a Argentina como o Brasil ofertaram cursos sobre a nova doutrina antes da instalação das ditaduras militares no Cone Sul. Na Argentina, o primeiro curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária foi realizado em 1961 e contou com a presença de militares de 14 países, incluindo os Estados Unidos. No Brasil, foi organizado em 1962 um curso com o mesmo conteúdo ofertado em 1961, porém, para um grupo de oficiais do Estado-Maior do Exército (EME) (QUADRAT, 2012, p. 23).

A teoria da guerra revolucionária francesa ganhou no Brasil mais ênfase frente à teoria de guerra insurrecional elaborada pelos Estados Unidos que, em disputa nuclear com a União Soviética, não abrangia a vulnerabilidade da realidade econômica, política e social brasileiro suscetível à adesão da ideologia comunista como alternativa da solução dos problemas sociais enfrentados. Assim, a questão do desenvolvimento e segurança passou a receber, novamente, maior visibilidade em relação a política de defesa, antes com maior atenção em razão da segunda guerra mundial.

O Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a implantar a ditadura militar sob a Doutrina de Segurança Nacional. A experiência operada no país na derrubada do governo de João Goulart com apoio civil na desestabilização do governo, serviu, posteriormente, como modelo a ser seguido pelos países vizinhos. A repressão contra os considerados “inimigos internos”, os opositores da ditadura, foi aperfeiçoada para atuar de modo sistemático.

A estrutura de repressão montada no país durante a ditadura se configurou a partir da criação do Sistema Nacional de Informação, criado em 1965, como órgão de complemento sobre as decisões governamentais. O ápice da repressão se deu a partir de 1968 com o Ato Institucional nº5 que opera conforme os princípios da teoria contrarrevolucionária, ao considerar a justiça como um entrave da democracia no enfrentamento do comunismo.

Esta estrutura e a coesão das Forças Armadas, garantida pelos expurgos de militares nacionalistas, democráticos e associados ao governo de João Goulart, que poderiam opor-se a política de repressão (ALVES, 1980, 64), possibilitou o modelo de repressão brasileiro ser exportado para outros países dado o grau de eficiência do mesmo no combate à subversão, tendo em vista a rápida desmobilização e aniquilamento dos integrantes de grupos armados e políticos de esquerda. Um desses países do Cone Sul foi o Chile, em 1973, que após o golpe buscou apoio brasileiro para a construção do seu próprio modelo.

No entanto, o apoio brasileiro não foi restrito à construção da repressão em países como o Chile, Uruguai e Bolívia, mas também como um dos financiadores e articuladores nos processos de derrubada de governos democráticos por golpes militares. A colaboração entre os militares dos dois países iniciou-se ainda no governo da Unidade Popular, com o monitoramento da ditadura brasileira sobre os exilados políticos (MARQUES, 2011, p, 112). Após o golpe a extensão das forças de segurança ultrapassam os limites das fronteiras territoriais.

O programa de governo de Salvador Allende buscava implementar o que ficou conhecido como “a via chilena para o socialismo”, através de mudanças gradativas dentro dos marcos institucionais. O Chile passaria a ser a referência de outros meios de fazer política, usado de exemplo para a instalação de outros regimes com o mesmo modelo.

Desde a vitória eleitoral o governo da UP enfrentou tentativa de golpe da oposição, primeiro pela via institucional, pois, com o exército sob comando do legalista, General Carlos Prats, ficava impedido a saída pela via militar. Os grupos isolados de oposição presentes na caserna construíram no período do governo de Salvador Allende, com apoio das elites civis e de governos estrangeiros, a exemplo dos Estados Unidos e do Brasil, um cenário caótico social para sustentar o argumento de uma inevitável intervenção militar como último recurso de proteção à integridade do país.

A derrubada do general Prats em 1973 foi essencial para articulação final das três forças para derrubada do governo UP com um golpe militar. Os primeiros meses da Junta Militar foi marcado pela repressão generalizada contra os trabalhadores, povos indígenas, *pobladores*² e estudantes. Com a construção da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), que atuou no período de 1974 a 1977, oficialmente, até sua substituição pela *Central Nacional de Información* (CNI), a repressão no país atuou de modo sistemático, principalmente, contra os grupos de movimento armado e integrantes de partidos políticos. Contudo, os dados levantados

² Termo em espanhol que pessoas em situação de vulnerabilidade social que residem no contexto urbano.

pelo Informe Rettig, demonstram que as violações de direitos humanos cometidas no final de 1973, se repetiram em Santiago e em outras regiões do país em todo período ditatorial (RETTIG, 1990, p. 718).

O Brasil sendo o único país ditatorial sob a doutrina de segurança nacional, buscava estabelecer aliados para preservar a própria segurança nacional e fortalecer a produção industrial interna em crescimento; O governo Médici, na década de 1970, coloca em operação o termo “segurança e desenvolvimento”, pois, sem desenvolvimento não há segurança e sem segurança não há desenvolvimento, conforme estabelece a doutrina elaborada na ESG.

O país se torna o principal apoiador da viabilidade da ditadura chilena, sendo o primeiro país a reconhecer a Junta Militar. O envio de suprimentos, aprovação de crédito financeiro de agentes militares para atuar na repressão revela a disposição do governo brasileiro com a nova ditadura (BANDEIRA, 2008). A experiência de nove anos de um golpe para o outro fez do Brasil um orientador na aplicação dos métodos contrarrevolucionários.

Dividido em três capítulos, o trabalho busca compreender as motivações do interesse da ditadura brasileira sobre o Chile, e de que forma o apoio oferecido foi concretizado. O primeiro capítulo traz o contexto histórico da Guerra Fria na América Latina para compreender em qual momento a região apresentou uma ameaça nos espaços considerados pertencentes à ordem capitalista dos Estados Unidos, e a formação militar ofertada deste país aos militares latino-americanos, que, historicamente, chamados pelas classes dominantes de seus respectivos países para o restabelecimento da ordem quando confrontada, passam atuar, a partir dos novos princípios doutrinários incorporados nas escolas, como um quarto poder.

No segundo capítulo, consideramos entender a crise instalada no Chile anterior ao período da Unidade Popular e que neste governo serviu de justificativa para refundar a sociedade chilena, de modo que é possível observar as mudanças no comportamento dos militares que desde o governo Frei apresentavam aspectos antidemocráticos. A receita do modelo brasileiro para desestabilizar o governo de Salvador Allende se deu através do apoio das elites civis e de setores militares golpistas. No último tópico estudado será abordado o golpe militar e as justificativas para a ruptura que, diante disso, buscam garantir a legitimidade para a repressão instalada.

No último capítulo será apresentado de que forma o Brasil apoiou na construção do aparato repressivo chileno, e o modo de operação da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA). O primeiro tópico estudado busca compreender a estrutura montada da DINA e o modo como o Brasil apoiou nessa construção: se esta ocorreu na prática ou na formação teórica. Em seguida, como a polícia secreta chilena operou de modo sistemático e seus métodos

aplicados contra os considerados inimigos internos. O último tópico traz o caso de uma militante brasileira morta no Chile em 1973 e as conexões repressivas entre os países antes da oficialização da Operação Condor, possível de observar no caso de Jane Vanini.

A participação do Brasil no golpe militar no Chile é bastante conhecida e foi estudado por Muniz Bandeira em sua obra “A Fórmula para o Caos”, que analisa a partir de fontes primárias como se deu essa colaboração. Recentemente, o internacionalista, Roberto Simon, publicou o livro: “O Brasil contra democracia: A ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul” que, de forma minuciosa, aborda sobre a participação também do empresariado brasileiro na construção do golpe e na sua consolidação, e analisa como a ajuda ao Chile se tornou uma política do Estado Maior das Forças Armadas, sendo a repressão parte desse projeto.

O artigo “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra: a geopolítica de Golbery de Couto e Silva” da Ananda Fernandes, foi fundamental para este trabalho, em vista que permitiu a compreensão que existe um certo limite do alinhamento dos militares brasileiro com os Estados Unidos, do mesmo modo que foi importante a leitura do livro “O Palácio e a Caserna” do historiador, João Roberto Martins, para entender que, mesmo não existindo homogeneidade na caserna, a luta contra o inimigo interno era objetivo de todos os grupos e, assim, havia um posicionamento coeso em relação a posição do Brasil na defesa do ocidente no contexto regional.

2 A GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA

Iniciamos este trabalho lembrando que o cenário da Guerra Fria (1947-1991) foi marcado pela busca de uma nova ordem mundial pautada sob valores políticos e ideológicos antagônicos de duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, que buscavam aumentar sua hegemonia³ em territórios além daqueles estabelecidos como esferas de influência.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os territórios antes ocupados pelos nazistas foram distribuídos em Zonas de Influência pelas superpotências. Desse modo, a economia e a política do país de determinada Zona seriam associadas ao sistema do respectivo bloco, assim como a garantia da expansão do poder dos dois países nas regiões de sua influência. A disputa indireta entre os dois países, Estados Unidos e a União Soviética, em estabelecer aliados se deu em razão de diferentes elementos, sendo um deles a entrada de novos países recém independentes⁴ no sistema internacional. Este processo ocorreu ao mesmo tempo que as potências europeias perderam força no cenário internacional impactadas pela guerra.

A política de reconstrução econômica aos países atingidos pela guerra adotada pelos Estados Unidos buscou fortalecer os países da Europa e Japão, localizados próximos da União Soviética e da China, onde havia triunfado a Revolução Chinesa (1949). O fortalecimento do mercado dos países aliados representava a manutenção da economia capitalista em competição com o “projeto de economia comunista” e não menos importante da liderança estadunidense (FICO, 2008). Desse modo, o Plano Marshall, como ficou conhecido, foi uma proposta de ajuda financeira para a reconstrução dos países destruídos, pela qual os Estados Unidos enviaram cerca de 12 bilhões de dólares para os anos de 1948 a 1952 (AYERBE, 2002).

³ Este trabalho utiliza o conceito gramsciano de *hegemonia* com a definição do autor sobre a hegemonia se caracterizar por uma combinação de coerção e consenso, ou seja, de dominação e direção. Para o filósofo italiano, não bastava o controle da produção econômica pela classe operária para tornar-se um partido dirigente, deve-se também exercer o controle político e cultural sobre o conjunto das forças sociais que se opusessem ao capitalismo. Extraído de: Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Editora: Campus, Rio de Janeiro. 1992, p. 36.

⁴ As guerras de libertação nacional, iniciadas nos países do continente africano e asiático, resultaram na independência da Índia (e Paquistão) em 1947, Indonésia e Vietnã, em 1945, nas Filipinas, em 1946; Burma, Ceilão, Coreia e Malásia, em 1948, e China, em 1949. Em 1951, Libéria, Etiópia e Egito conquistam sua independência. Em 1956, Sudão, 1957, Gana, países que, posteriormente, se organizaram no que ficou conhecido como “Conferência de Bandung”, a união desses países “não-alinhados” buscava estabelecer uma alternativa ao sistema bipolar da Guerra Fria, na busca por desenvolvimento econômico, político e social (PRASHAD, 2022, pp. 73-74).

A América Latina, inserida na esfera de influência dos Estados Unidos, não recebeu a mesma ajuda financeira, pois, dos 45 milhões solicitados pelo governo ao Congresso, apenas 34,5 milhões foram autorizados (AYERBE, 2002), e apesar da disponibilidade de garantir o recurso aos países em desenvolvimento, na prática, não houve vontade política para realizá-la. Na percepção de Washington, a região naquele momento não apresentava uma ameaça à sua segurança (MARTINS, 1999), contrariando a expectativa dos países latino-americanos em receber a assistência para a recuperação e continuidade do seu desenvolvimento econômico iniciado no contexto da guerra.

Durante a conflagração mundial, o mercado latino-americano havia aquecido consideravelmente, a ponto de financiar o avanço do processo industrial de países como a Argentina, Brasil e México que, com os ganhos das exportações de matéria-prima, as nações em guerra e a dificuldade de importar produtos manufaturados, em função da prioridade dos países europeus na produção interna, as economias sul-americanas foram obrigadas a modernizar suas economias para garantir a produção mínima de bens industriais, para atender a demanda interna, porém, a receita gerada pelas exportações de commodities após a conflagração não era suficiente para priorizar o mercado em ascensão (AYERBE, 2002).

A estratégia de defesa dos Estados Unidos em definir os objetivos para impedir o avanço soviético se deu com a Doutrina Truman, “que consistiu em apoiar os povos livres que resistem a todas as tentativas de dominação, seja através de minorias armadas, seja por meio de pressões externas” (BOROSAGE, 1970, apud COMBLIN, 1978, p. 40). No entanto, o país apontava a incapacidade de defesa individual dos aliados contra a expansão do poder soviético, e buscou integrá-los ao seu sistema de segurança internacional⁵, como única via de fortalecimento do bloco capitalista.

Na América Latina, a estratégia se deu com a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, que exprime os princípios de solidariedade entre os membros em caso de agressão extracontinental, segundo Padrós (2007), conformava uma subordinação das Forças Armadas como uma força reserva a serviço de uma ordem estratégica global dos Estados Unidos.

Para Padrós (2007), a criação da National War College (1946), foi o ponto de partida para a instalação da segurança coletiva, que serviu para instruir, treinar e doutrinar oficiais militares latino-americanos nos Estados Unidos, e sob esta influência, foram construídas escolas que seguiam o mesmo modelo, como a Escola Nacional de Guerra do Paraguai, Escola

⁵ A Europa central e o Canadá foram integrados no sistema da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (1949).

Superior de Guerra da Colômbia, Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, Academia de Guerra no Chile e a Escola Superior de Guerra no Brasil (2007).

Apesar de integrada ao sistema de segurança coletiva dos Estados Unidos, a América Latina não era prioridade do governo estadunidense. Os acordos bilaterais, somente aprovados pelo congresso para a região através da Lei de Segurança Mútua em 1952, foram resultado da preocupação com a expansão do comunismo manifestado pela Guerra da Coreia (1950-1954) e da Revolução Chinesa (1949) (FERNANDES, 2009).

A primeira ação de advertência contra a interferência soviética na região foi apresentada em março de 1954, com a convocação da “X Conferência Interamericana”, para votar uma resolução condenando a condução política considerada de orientação marxista do governo guatemalteco de Jacob Arbenz Guzmán (1951-1954). A denúncia partiu da desapropriação de 210 mil hectares, pertencentes à multinacional United Fruit, realizada como parte de seu programa de modernização e reforma agrária do país.

A resolução contra o governo de Arbenz foi aprovada com base no artigo 6 do TIAR, que previa a reunião dos países membros em caso de situação armada ou não, que colocasse em perigo a paz regional. Desse modo, como analisou Fernandes (2009), a política externa dos Estados Unidos, como no caso da Guatemala, passava a intervir na política interna dos países do continente, apesar da conduta ferir os princípios do TIAR de não intervenção previsto no artigo 2º do tratado. O presidente da Guatemala foi deposto por um golpe de Estado após alguns meses da resolução.

A subordinação das Forças Armadas dos países da América Latina com o Pentágono não garantia receptividade de todos os povos da região com o governo dos Estados Unidos. A viagem do vice-presidente Richard Nixon em 1958 a América Latina, com exceção do Brasil e Chile, sob pretexto de comparecer a posse do presidente argentino Arturo Frondizi, foi marcada pelo descontentamento da população contra as políticas intervencionistas de Washington. O vice-presidente foi recebido com hostilidade e manifestações, especialmente na Venezuela e no Peru, que revelavam a disseminação do antiamericanismo.

A hostilidade recebida por Nixon na América Latina alterou o modo de pensar a política para a região. Fico (2008) pontua a elaboração de uma política de ajuda econômica como saída para diminuir a postura antiamericana, que passou a se manifestar entre os políticos e a população local. Políticos da região, a exemplo do Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, compreendiam o subdesenvolvimento como principal causa da receptividade da população com

o comunismo, e propõe o programa “Operação Pan-Americana”⁶ como resposta ao problema. O Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, em 1959, aprova um programa concentrado nas questões sociais e econômicas baseado na proposta pelo brasileiro. Desse modo, o crescimento econômico desses países passa a ser considerado pelo governo estadunidense da mesma forma que a manutenção de governos anticomunistas (FICO, 2008).

A Revolução Cubana (1959) foi o marco decisório na atuação ofensiva dos Estados Unidos na região. Fidel Castro, líder da revolução, tornou-se o principal inimigo por seus discursos contra o imperialismo estadunidense e pela formalização do regime socialista em Cuba, em 1961⁷(FICO, 2008).

Com a entrada do premiê Nikita Khrushchev na União Soviética, a estratégia comunista se voltou a apoiar países em desenvolvimento, porém, a ajuda oferecida à Cuba não foi a mesma ao Chile, pois era levado em consideração a relevância desses países aos seus interesses. O acordo comercial com Cuba previa a troca de açúcar por equipamentos e petróleo (FICO, 2008). O premiê declarou que qualquer agressão contra Cuba poderia ser respondida militarmente pela União Soviética. Em resposta, o governo dos Estados Unidos reúne na Costa Rica, em 1960, diplomatas latino-americanos para estabelecer a condenação contra qualquer interferência extracontinental, porém, também foi definido que intervenções dos Estados Unidos seriam vetadas (FICO, 2008).

A América Latina passou a receber maior atenção dos Estados Unidos, sob o receio do efeito que as revoluções e libertações nacionais, que triunfavam na África, Ásia e Cuba inspirassem a população e os políticos que eram simpáticos com o regime de Fidel Castro. Do mesmo modo que o Exército Francês alterou os métodos de combate após ser derrotado nas guerras da Indochina, os Estados Unidos revisitaram a forma de combate ao comunismo, dada a ineficácia do arsenal militar contra as táticas de guerrilha. A mudança de método orientará a nova política do novo presidente, John F. Kennedy (1961-1963), que considerará a política econômica⁸ como meio de evitar “novas Cubas” (MARTINS, 1999).

⁶ A proposta da Operação Pan-Americana visava o desenvolvimento econômico multilateral a longo prazo. O propósito era assegurar ajuda dos Estados Unidos na consecução das metas econômicas dos países da América Latina. A recepção de Washington foi superficial, porém, após a Revolução Cubana, lançaram uma versão similar da proposta de Kubitschek com a Aliança Para o Progresso (SKIDMORE, 1969).

⁷ Destacamos que, inicialmente, não havia uma demonstração clara de confronto por parte do novo regime cubano com o governo dos EUA, mas com as empresas estrangeiras sim.

⁸ A “Aliança Para o Progresso” assumiu, no governo John Kennedy, uma política estratégica, que buscava uma alternativa à intervenção. A combinação de ações cívicas e militares, apoiando-se em projetos de desenvolvimento econômico e social, previa a obstrução do apoio da população a ideologias exógenas. O programa foi pautado em cima do programa apresentado pelo ex-presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek (1956-1961). Contudo, ao governo estadunidense restringia-se a complementar os custos do desenvolvimento, cabendo às próprias

A lógica de guerra após o triunfo da Revolução Cubana reorientará a política de defesa do governo estadunidense para a América Latina, e atribuirá um novo papel às Forças Armadas da região. O envio de armamento pesado será substituído pelo envio de carros blindados e armas leves para conter ameaças oriundas de dentro do território. A substituição da política de defesa para a segurança interna será formalizada com a Doutrina de Segurança Nacional. No entanto, a primeira medida adotada pelo governo Kennedy, para impedir a proliferação do comunismo foi propor um plano de desenvolvimento econômico.

Em outras palavras, em vez de imprudentemente pensar tais forças armadas como capazes de dissuadir pretensões militares externas (afinal, bastante improváveis), melhor seria – segundo tal lógica – aproveitá-las para impedir o suposto pipocar de “outras Cubas” (detectava-se, por exemplo, o surgimento de guerrilhas na Venezuela, na Guatemala e no Peru). Paralelamente (...) consagrava-se a idéia de que os recursos investidos no aparelhamento das forças armadas latino-americanas deveriam ser desviados para melhoria das condições de vida de suas populações empobrecidas (FICO, 2008, p. 26).

Esse entendimento é visto ainda no governo de Eisenhower (1953-1961) mas somente no governo Kennedy (1961-1963) que a contrainssureição é adotada como estratégia política. Apropria-se das teorias desenvolvidas pelos impérios da Inglaterra e da França, sobretudo da Doutrina da Guerra Revolucionária, que agrupava ações militares e civis. Na síntese desta teoria, a doutrina de contrainssureição, elaborada pelos Estados Unidos, reunirá esforços militares e de ação psicológica em paralelo com ações econômicas e sociais para enfrentar os problemas da pobreza (MARTINS, 1999).

Dentre os conceitos adotados, está a concepção que a ação cívica é tão importante quanto um exército bem treinado, pois, se altera a lógica do inimigo, tratando-se agora de um sujeito sem identificação, que atua dentro do território, teorizado pelo próprio presidente Kennedy: “uma luta, em muitos sentidos, mais difícil que a guerra [...] que ocorre todos os dias, sem alarde, em milhares de aldeias e mercados e nas salas de aula de todo o mundo” (KENNEDY *apud* MARTINS, 1999, p. 74).

A redefinição da atribuição das Forças Armadas na América Latina alterou a política de defesa comum pela segurança interna na luta antissubversiva comunista, o Pentágono, ao considerar o risco de agressão externa quase nulo na região, atribui a segurança pública como responsabilidade dos militares. Dada a mudança na origem da ameaça, “a contrarrevolução não precisa nem de canhões nem de bombardeiros, mas sim, de armas ligeiras e de uma ideologia profundamente anticomunista” (ROUQUIÉ, 1980, p. 161).

economias nacionais responsabilizar-se por boa parte dos gastos. Para o ex-presidente brasileiro, países em condições de garantir o desenvolvimento estariam mais protegidos de ameaças revolucionárias.

Desta forma, o envio de militares latino-americanos para a *School of The Americas* (SOA) ou Escola das Américas, na zona do Canal do Panamá, pertencente ao Departamento de Estado dos EUA, principal centro difusor da nova doutrina, e, em escolas nos Estados Unidos, tinha como objetivo garantir a formação e treinamento adequado para combater a nova forma de guerra. Após a revolução Cubana, o número de oficiais militares nas escolas estadunidenses foi de 31.600 na Escola das Américas para 54.270, em 1970, e 71.570, em 1975 (ROUQUIÉ, 1980).

Para Rouquié (1980), foi instituída uma divisão de tarefas em defesa no hemisfério, mas, o recurso oferecido não obtinha peso igual para todos os países da região, e sim aqueles que apresentavam certo grau de ameaça, significado geopolítico, história militar e importância econômica, como era o caso da Argentina, Colômbia e Peru, devido ao histórico de movimentos guerrilheiros nos anos sessenta. No Chile, a crescente intenção de votos favorável a um candidato marxista também representava uma ameaça.

É sob essa perspectiva que as forças armadas do subcontinente são treinadas para combaterem a guerrilha e para a *civic action*, ou seja, para participar de projetos não militares de utilidade social. A ação cívica, que o Exército francês praticou muito na Argélia com seus SAS e seus soldados construtores tem por objetivo reaproximar os militares das populações mais pobres, onde a guerrilha pode germinar. Graças a essa ação, o antiguerrilheiro deve conseguir sentir-se como um peixe dentro da água entre o povo (ROUQUIÉ, 1980, p.166).

Com a morte do presidente J. Kennedy, seu sucessor, Lyndon Johnson (1963-1969), mantém a Aliança Para o Progresso como parte da estratégia anti-insurrecional, porém, incentiva gastos privados, especialmente, de empresários para mantê-la. Portanto, tanto os soldados como os civis tinham obrigação de combatê-la; porém, Martins (1999) pontua a diminuição dos gastos do Estado no desenvolvimento econômico da América Latina, dada a importância secundária frente à Guerra no Vietnã, no entanto, a manutenção anticomunista foi apoiada em estratégias intervencionistas sob o argumento da incapacidade de defesa desses países contra agressões externas, razão da invasão à República Dominicana em 1965-1966⁹ (FICO, 2008).

⁹ Juan Bosch, socialdemocrata, é eleito após o assassinato de Rafael Trujillo, em 1961, mas é destituído por um golpe de Estado por militares fiéis à ditadura de Trujillo (ROUQUIÉ, 1980). Enquanto a população dominicana reivindicava o respeito à democracia, na OEA, a instabilidade era vista como produto do processo de “cubanização” do país. A invasão dos Estados Unidos na República Dominicana foi legitimada por razões humanitárias, em razão dos perigos que seus cidadãos, residentes em São Domingos, capital do país, passaram a sofrer (COMBLIN, 1978). O presidente chileno Eduardo Frei, da Democracia-Cristã, foi o único membro da OEA contra a invasão. Para Frei, a ordem partia unilateralmente, pois contrariava a autodeterminação dos povos presentes na própria Carta da OEA, e que num dia ou outro, qualquer país estaria sujeito às mesmas medidas quando as decisões internas de países americanos não agradassem a Washington (FERNANDES, 2009, p. 66-67).

2.1 A Doutrina de Segurança Nacional

Para autores como Joseph Comblin (1978), a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi incorporada quase sem modificações nas escolas militares latino-americanas. A estrutura ideológica da nova doutrina foi edificada na *National War College* e no *Industrial College Of the Armed Forces*, em Washington, e compartilhada nas recém escolas de guerra dos países latino-americanos, contando com missões militares norte-americanas no processo de sua criação.

O historiador Enrique Padrós (2007) chamou esse processo de “Pentagonização das Forças Armadas da América Latina”, no qual se buscou, através da DSN, a homogeneização da ideologia dos militares no combate a um inimigo comum, a saber: o comunismo. A padronização do treinamento militar consistia na articulação de cooperação entre civis e militares, montagem de sistemas de informação, venda de materiais bélicos e a implementação de sistemas de propagandas compartilhados a fim de operacionalizar, nas Forças Armadas latino-americanas, o alinhamento com os interesses estadunidenses (PADRÓS, 2007).

As diretrizes da nova doutrina contemplavam, além de aspectos especificamente militares, também, os econômicos, políticos e psicológicos, pois, todos os planos sociais deveriam ser abrangidos, considerado o caráter permanente da guerra (COMBLIN, 1978). Desse modo, a política contrainsurgente deveria abranger os aspectos políticos, econômicos e sociais, tendo em vista a nova dinâmica da guerra, que não se restringia ao campo militar.

A Doutrina de Segurança Nacional enxerga o Estado como o agente da “Estratégia Nacional”¹⁰ encarregado de usar todo o “Poder Nacional”, e que dispõe de toda a ordem, em seus aspectos políticos, econômicos, psicossociais e militares, para serem transformados em Poder. Há, então, a finalidade de atingir o “Objetivo Nacional¹¹”, onde caberá ao Estado canalizar os interesses da Nação, que não trabalhará para atingir interesses particulares, representados pelos partidos políticos, mas sim para o Bem-Comum (COMBLIN, 1978).

Uma das premissas da DSN é que não existe sociedade de classes como pressupõe a teoria marxista, isso porque, a doutrina se sustenta na união dessas para se manter. Na visão estratégica da doutrina, o que une a sociedade é o pertencimento a uma comunidade coesa, e não por uma identidade de classe, portanto, qualquer perspectiva diferente deveria ser

¹⁰ De acordo com o conceito desenvolvido na ESG em 1974, com pequena alteração de forma em 1976: Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, para alcançar ou manter os Objetivos fixados pela Política Nacional, a despeito dos Antagonismos ou Pressões existentes ou potenciais (ARRUDA, 1980, p. 74).

¹¹ O conceito de Objetivo Nacional até 1974 era entendido e dividido da seguinte maneira: Os Objetivos Nacionais são interesses e aspirações relevantes da Nação. Os Objetivos Nacionais Atuais, são os objetivos nacionais, em determinada conjuntura, que assegurara alcançar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes, são os objetivos nacionais considerados vitais e, por isso, perduram ao longo do tempo (ARRUDA, 1980, p. 82).

combatida para evitar a desintegração social. As ideias “estranhas” ao que era considerado “nacional”, polarizavam a sociedade como um corpo estranho, que atinge um organismo saudável e adoece. Desse modo, a eliminação do “vírus” seria através da segurança nacional como um remédio para manter esse “corpo” livre de doenças.

O conceito de segurança nacional, para Comblin, “é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes” (1978, p. 54). Essa capacidade é a força que o Estado detém para derrotar as forças adversas e triunfar seus Objetivos Nacionais. O maior objetivo da nação diante de uma ameaça iminente é a sua própria sobrevivência, e isso inclui, segundo o autor, atributos considerados essenciais, como as crenças, religião e instituições políticas.

Utilizar toda a capacidade do Estado para combater uma ameaça, para Pascual (2004), tornava-se operacional desde o momento em que se definia o inimigo e não havia uma definição exata sobre o que estava se defendendo, mas se sabia contra quem, assim, “a onipresença do comunismo respondia-se com a onipresença da segurança nacional” (PASCUAL, 2004, p. 39), garantindo exclusividade ao Estado na identificação da ameaça, porém, essa indefinição foi também sua eficiência, tendo em vista que qualquer contestação ao status quo era visto pelo Estado como uma ação do comunismo.

A mudança na concepção de inimigo também acabou gerando a percepção da necessidade de novas estratégias de combate. Com isso, as Forças Armadas dos países que adotaram a doutrina da segurança nacional passaram a intervir cada vez mais na vida política e a fazer altos investimentos na área de informação e segurança interna (QUADRAT, 2012, p.14).

A nova concepção de inimigo inverteu a ordem de ação da segurança regional, substituindo a responsabilidade coletiva contra os ataques extracontinentais para a manutenção interna de seus respectivos territórios. Diante da imprevisibilidade de identificação de seus inimigos, que poderiam ser do professor à dona de casa, o sistema de vigilância apresenta-se como um instrumento fundamental para salvaguardar a ordem e manter seus territórios livres de ameaças. A principal atividade política “torna-se uma atividade de informação” (COMBLIN, 1978).

Diante da imprevisibilidade na identificação do sujeito a ser combatido, há uma crescente militarização na sociedade (no sentido de vigiar e punir todos aqueles que ameaçam a estabilidade social e a coesão nacional). Projeto sociais, políticos e econômicos considerados radicais são desqualificados ou eliminados. “E para se defender desse inimigo, não há diferenciação entre violência preventiva e violência repressiva. Passa-se a viver uma guerra interna” (FERNANDES, 2009, p. 839). Assim, os golpes de Estado dados pela coalização civil-

militar nos países do Cone Sul foram justificados como golpes contrainsurgentes a fim de impedir o comunismo ou a possibilidade de seu avanço, como no caso chileno.

Deixou de existir a divisão de política externa e política interna, pois, segundo Comblin (1978), tratando-se de uma guerra ideológica, o raio de segurança passa a ser expandido para além das fronteiras geográficas. Dentro dessa premissa, o elemento das “fronteiras ideológicas” é incorporado na doutrina. Segundo Fernandes (2009), os opositores políticos poderiam estar atuando em outros países (exilados, clandestinos e/ou banidos) e o inimigo interno de outra Nação teria de ser combatido não somente pelo país de origem, mas também de onde ele atua.

A cooperação repressiva internacional começou muito antes da Operação Condor. Na concepção de “fronteiras ideológicas”, diante da ameaça e da expansão do comunismo para o “Mundo Livre”, as fronteiras territoriais e geográficas não estavam mais em questão. Elas poderiam ser ultrapassadas, visto que não havia mais soberania nacional a ser respeitada quando os valores da civilização democrática e cristã estivessem sob ameaça (FERNANDES, 2009, p. 839).

Destarte, a “Operação Condor”, criada em 1975, foi uma rede repressiva de espionagem entre os países do Cone Sul, e tinha como objetivo identificar a atuação de seus opositores políticos dentro e fora de seus territórios. No entanto, as conexões entre as forças repressivas desses países aconteceram antes da sua criação. Os conceitos de “inimigo interno” e “fronteiras ideológicas” foram definidos na doutrina da guerra revolucionária e permitiu que interferências e invasões fossem legitimadas quando havia o risco de que políticas de países vizinhos colocassem em risco a segurança nacional.

A Escola das Américas, centro de reprodução das orientações da nova doutrina, formou 66.888 estudantes, entre eles, os ex-ditadores panamenhos Manuel Noriega e Omar Torrijos, os argentinos Leopoldo Galtieri e Roberto Viola, o peruano Juan Velasco Alvarado, o equatoriano Guillermo Rodriguez e o boliviano Banzer Suarez, todos, com exceção de Velascos que adota uma política nacionalista de esquerda, se tornaram ditadores em seus respectivos países alinhados com os Estados Unidos. Dentre as escolas militares norte-americanas, a Escola das Américas e a *US Army School of The Americas* (USARSA) de Fort Gulick, segundo Rouquié (1980) foram as escolas que melhor conduziram os estágios a difundir a ideologia anticomunista e a filosofia contrarrevolucionária.

2.2 A Guerra Insurrecional e a Guerra Revolucionária

No final dos anos 1950, os franceses eram os únicos a tratar do tema da guerra revolucionária após derrotas contra as lutas de libertação nacional em países na região da África e Ásia. Assim, “fortaleceu-se, no exército francês, a ideia de que a razão da derrocada na

Indochina fora o fato de que a doutrina militar não estava preparada para enfrentar um novo tipo de guerra” (MARTINS, 2008, p. 41) na qual era indistinguível, nesse novo tipo de conflito, os meios militares dos meios não militares, combinando fatores políticos, ideológicos e operações bélicas.

A primeira preocupação dos Estados Unidos com “guerras de guerrilha” foi em 1949, com a Revolução Chinesa, porém, somente em 1959, com a Revolução Cubana e após a derrota no Guerra do Vietnã (1955-1975), que o Pentágono desenvolve uma doutrina que incorpora novos métodos de combate para esse tipo de guerra. Entretanto, havia resistência dos militares estadunidenses em treinar seus soldados contra uma guerra que consideravam secundária diante da disputa nuclear e tecnológica contra a União Soviética; frente a isso, Martins (1999) analisa que a falta de coesão dos militares dos Estados Unidos em adotar a estratégia da guerra revolucionária contribuiu para o fracasso na guerra contra o exército de Ho Chi-minh.

Desenvolvidos de maneira simples, os princípios da guerra revolucionária, para o Pentágono, foram compreendidos como a nova forma de guerra, que se tratava de uma nova estratégia do comunismo internacional atuando em países do Terceiro Mundo¹², portanto, qualquer contestação política era vista como um braço soviético passível de eliminação. Ademais, não havia distinção dos movimentos de libertação nacional, guerrilhas, subversão, terrorismo e guerra revolucionária, havia estágios distintos de um único processo, o da guerra revolucionária.

Os estrategistas estadunidenses, ao seguirem os primeiros princípios dos formuladores da doutrina francesa, os militares Roger Trinquier¹³ e André Beaufre¹⁴, de armar-se contra seus inimigos com suas próprias armas, entenderam a guerra como uma questão técnica, que

¹² O termo “Terceiro Mundo” foi criado pelo economista Alfred Sauvy, ao definir a plataforma política que estava sendo construída pelos países recém-independentes nas regiões da África e Ásia antes colonizadas. No artigo escrito para o jornal *Le Observateur*, Sauvy escreveu que o “Terceiro Mundo” ignorado, explorado e desprezado assim como o Terceiro Estado, exigia se tornar algo também. No Antigo Regime francês, anterior a 1789, a monarquia dividia seus conselheiros em Primeiro Estado (clero), Segundo Estado (aristocracia) e Terceiro Estado (a burguesia). Durante a Revolução Francesa, o Terceiro Estado se configurou como a Assembleia Nacional e convidou a população a ser soberana nela. Do mesmo modo as nações do Terceiro Mundo se apossariam da dinâmica dos assuntos mundiais (PRASHAD, 2022, p. 40)

¹³ O oficial do exército francês, Trinquier, escreveu o livro “Guerra Moderna e a luta contra as guerrilhas”, publicado originalmente em 1961, e utilizado como manual nas academias de guerra latino-americanas. A teoria desenvolvida corresponde às experiências do militar na luta contra as guerras de libertação nacional da Indochina (hoje Vietnã, Laos e Camboja) e da Argélia. Com a derrota da França na Indochina, sua tese, para lutar na Argélia, foi utilizar dos mesmos métodos do inimigo para combatê-lo. Assim como a construção de serviços secretos para obter o máximo de informação, sendo este um instrumento fundamental na guerra moderna para eliminar os inimigos, em função disso, a tortura foi utilizada como um dos principais meios para obtê-la (RIVAS, PEDRO; FERNANDEZ, MARIA, 2010).

¹⁴ Para o general Beaufre, a guerra fria era permanente, de modo que, para alcançar a paz, não se admitia gradações, ou era total ou não era. Desse modo, o oficial preferia a estratégia à política por acreditar que, na guerra, cabia impor o poder total de um Estado, guiar-se pela estratégia impedia estabelecer limites para combater o inimigo, assim, não distinguia os níveis políticos, táticos e estratégicos (Ibid).

bastariam aplicar as mesmas táticas utilizadas pelos comunistas que obteriam êxito (COMBLIN, 1978).

A aplicação da nova doutrina pelos Estados Unidos ocorreu na guerra do Vietnã, no entanto, não consideraram as particularidades das formas de guerra e seus motivos. Não levaram em consideração os anseios dos povos e seu processo histórico, atribuindo aos soviéticos a responsabilidade da luta. Os fracassos da ação militar naqueles territórios foram importantes para a formulação do manual da *Operaciones de Contraguerrilha*, instruída na Escola das Américas aos militares latino-americanos, contudo, segundo Comblin (1978), havia uma distância entre a teoria e a realidade na América Latina, pois, não havia nada parecido com uma guerra revolucionária no sentido de Mao Tsé Tung na região.

Desta maneira, o serviço de informação foi um dos mais importantes instrumentos para combater esse novo tipo de guerra, pois havia dificuldade de anteceder a presença do inimigo. Quando identificados, aniquilavam-se todos os participantes da guerra e seus simpatizantes, em seguida, detectá-los em qualquer parte da sociedade: nas escolas, prisões, trabalho, os apoiadores da causa. A *ação psicológica* é outro conceito importante na guerra revolucionária. Trata-se de manter o povo longe das ações subversivas. Kennedy pensou ter encontrado a fórmula perfeita quando fez a ação cívico-militar, ao mostrar à população que o governo estabelecido era mais eficiente que uma revolução (COMBLIN, 1978).

A importância dada nesses dois aspectos pelos militares latino-americanos está relacionada com a influência da doutrina francesa. Retiradas as lições da Indochina, os franceses instalaram no pensamento militar e, em sua doutrina, a guerra revolucionária, garantindo o preparo necessário para derrotar outras guerras futuras, assim, um dos principais elementos da doutrina era “a ideia de que, se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, seria impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado” (MARTINS, 2008, p. 41). Os militares franceses não acreditavam na capacidade dos civis de responder ao problema colocado por tal questão estratégica. O entrelaçamento da doutrina francesa sobre os militares brasileiros pode ser analisado na fala do general Octávio Costa:

Comete-se grande injustiça debitando aos americanos a inspiração do movimento de 64. Acho que o pensamento francês influenciou mais. A guerra que se estudava nas escolas francesas era a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. Como nunca deixamos de mandar estudantes à Escola Superior de Guerra de Paris, nossos oficiais voltaram com esse material na mão, toda a racionalização francesa sobre o assunto (D'ARAUJO; SOARES, CASTRO, 1994, p. 78).

Apesar da divisão de tarefas de segurança no continente americano ter sido instruída na maior parte em escolas estadunidenses, o caso brasileiro evidencia que a doutrina francesa garantia a flexibilidade na definição do inimigo e, ao mesmo tempo, valorizava os países do terceiro mundo como cenários dos confrontos da Guerra Fria (MARTINS, 2008). Assim, a colaboração de militares estrangeiros foi buscada pelos militares latino-americanos, e não uma imposição imperialista¹⁵. No caso dos Estados Unidos, os programas de ajuda militar “contribuíram para reforçar a confiança institucional dos oficiais, e também, para aumentar a consciência de suas capacidades técnicas e organizacionais consideradas superiores aos dos civis” (ROUQUIÉ, 1980, pp. 174-175).

Para a doutrina francesa, a diferença entre a guerra convencional e a guerra revolucionária está no uso das armas que são empregadas no fim, e não no começo do conflito (MARTINS, 2008). Do ponto de vista técnico da guerra, existem três momentos para a ação revolucionária: a preparação, a ação e a consolidação. A preparação consiste no planejamento, formando alianças, a ação é o assalto, tomando os pontos estratégicos para a tomada de poder e, por último, a consolidação, sendo a neutralização das forças opositoras. Na guerra revolucionária, a parte da conspiração é a mais delicada, por ter de realizar alianças e tomar o cuidado das ações contrarrevolucionárias não tomarem conhecimento (SAINT-PIERRE, 1996).

As etapas de guerra revolucionária desenvolvidas na doutrina francesa foram divididas em cinco: a primeira seria a preparação do terreno, que os militares entendiam ser a população que os revolucionários pretendiam conquistar. A segunda fase seria uma rede formada por militantes para prover ataques como sabotagem, tumultos e atos para desestabilizar o governo. Na fala dos teóricos franceses, tratava-se do terrorismo como principal método de ação nessa fase. A próxima etapa seria o estabelecimento de zonas liberadas com a formação de um exército provisório, impedindo a presença do exército regular, para formar um exército regular revolucionário. A última etapa consiste na conquista do poder (MARTINS, 2012, p. 527).

A gramática da guerra revolucionária é diferente, assim como todas as outras guerras. O combate é o mesmo, mas a lógica é diferente, sendo a da guerra revolucionária, a lógica da política. A guerra não tem lógica, mas a política que rege a guerra sim, é a política que determinará não só os objetivos da guerra como seus meios, os usos para uma guerra (SAINT-PIERRE, 1996). A guerra revolucionária “é um conflito armado do tipo da guerra civil, na qual

¹⁵ Do ponto de vista econômico, o conceito de *imperialismo*, para Lênin, em *O imperialismo: fase superior do capitalismo* é o seguinte: “o imperialismo é o capitalismo a uma fase de desenvolvimento onde se firma a dominação dos monopólios e do capital financeiro” (1917, p. 88). Desse modo, o imperialismo é uma parte do desenvolvimento do capitalismo que busca, através da dominação, a sustentação de sua hegemonia.

o que está em jogo é o domínio político de uma classe social” (SAINT-PIERRE, 2000, p. 68) No contexto da Guerra Fria, a guerra revolucionária atacava frontalmente os valores capitalistas e cristãos da sociedade ocidental.

O equívoco dos militares estadunidenses em atribuir as diferentes táticas como guerra revolucionária levaram a desencontros sobre a política militar adotada no Vietnã, por exemplo. As guerras de libertação podem se transformar numa guerra revolucionária desde que o objetivo final assim seja estabelecido. O mesmo ocorre com as “guerras de guerrilha” que, para Saint-Pierre, é falso nomeá-las assim, pois são táticas de guerrilhas, meios utilizados numa guerra, e, os meios não determinam uma guerra revolucionária. Para uma guerra ser considerada revolucionária, o objetivo final deve ser um fim político, as táticas empregadas serão definidas para atingir esse objetivo, assim “a guerra revolucionária será conduzida por uma política revolucionária, independente dos meios que empregue” (SAINT-PIERRE, 2000, p. 70).

O objetivo da tática de guerrilha na guerra revolucionária consiste em criar focos político-militares de resistência que, a partir da propagação e da criação de uma base fixa, consigam se desenvolver e crescer até formar um exército regular que possa buscar a decisão por meio do combate (SAINT-PIERRE, 2000, p.72).

Para o coronel Gabriel Bonnet, a guerra revolucionária poderia ser expressa por uma simples equação: guerra de partisans ¹⁶+ guerra psicológica = guerra revolucionária (1959). O Coronel explica que o sintoma do comunismo internacional era causado pela doutrinação da população e, como um médico que examina seu paciente sem levar em conta seu estado psíquico, perde a capacidade de chegar a um diagnóstico preciso. Considerava, portanto, a conquista da população e a “guerra de guerrilha”, como estratégias dos revolucionários.

O cenário era parecido com que ocorria na América Latina, sobretudo após a Revolução Cubana, em 1959; entretanto, apesar das reivindicações carregarem, - sob a influência de Cuba e das guerras de libertação nos continentes africanos e asiáticos- caráter revolucionário, os governos que presidiam os países na América Latina não eram comunistas. A iniciativa de propor mudanças em partes da estrutura do país, como a reforma agrária, conflitava diretamente com interesses de empresas multinacionais que buscavam, nesses países, acesso a recursos naturais estratégicos, mão-de-obra barata e aquisição de terras. O desencontro de interesses

¹⁶ O conceito de guerra de partisans, na terminologia militar da década de sessenta, segundo Bonnet, são grupos organizados ou semi-organizados, que realizam operações surpresa sobre as retaguardas do inimigo. Utilizam como tática golpes de mão, atentados, emboscadas. Numa guerra civil, transforma-se em insurreição nacional, orientada para a conquista do poder; dirigida contra um invasor, combate isoladamente ou em ligação com o exército regular (Bonnet, 1963, p. 49).

provou, nesses empresários, a preocupação que seus negócios fossem tomados numa possível tomada de poder pelos comunistas ou por grupos de caráter nacionalistas.

Especificamente, países como o Brasil e o Chile foram governados, nesse período dos anos sessenta, por programas de governo de centro-esquerda. O Brasil, de João Goulart (1961-1964) do Partido Brasileiro Trabalhista (PBT), que tomou posse após a renúncia de Jânio Quadros (1960-1961), e no Chile, com Eduardo Frei (1964-1970), do Partido da Democracia Cristã (PDC); tais governos buscaram garantir direitos sociais que, naquele contexto, eram demandados. Temas como moradia, educação, saúde e a reforma agrária estavam na pauta desses governos, porém, as mudanças foram realizadas com cautela. Contudo, as legítimas reivindicações populares das políticas administradas foram postas sob a lógica da guerra revolucionária. Preocupação visto na fala do general brasileiro Octavio Costa:

Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e, foi ela que lançou as ideias sobre as guerras insurrecionais, guerras revolucionárias, e passou a nelas identificar o quadro da nossa própria possível guerra. Para nós, ainda não havia uma guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. [...] Isso tudo contribuiu para a formulação da nossa própria doutrina da guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 64 (D'ARAUJO *et al.*, 1994, pp. 77-78).

A Escola Superior de Guerra de Paris foi o principal centro de difusão da doutrina francesa. Segundo Duarte-Plon (2016), alunos de 35 nacionalidades foram formados na escola. Os militares latino-americanos, já na década de 1960, identificaram o início da luta contra a “guerra revolucionária” em seus territórios e se viam na posição de defesa dos valores cristãos e democráticos da sociedade ocidental do continente, a partir da obrigação na divisão de tarefas na defesa do continente, pois os Estados Unidos assumem sozinhos a responsabilidade da dissuasão nuclear, enquanto os países aliados são responsáveis por manter livre seus territórios (COMBLIN, 1978).

2.3 A DSN na Escola Superior de Guerra do Brasil (ESG)

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi a instituição militar que canalizou a teoria sobre a guerra revolucionária no Brasil. Para autores como Joseph Comblin (1978), a escola foi a precursora da Doutrina de Segurança Nacional no país e na América Latina. Contudo, a tese central do autor sobre a inspiração norte americana nos golpes militares que procederam na região ignora a capacidade destes militares em elaborarem suas doutrinas ou ideologias,

reduzindo-os a meros receptores. Para autores como Martins (2008)¹⁷ e Fernandes (2009), os militares brasileiros reelaboraram a Doutrina de Segurança Nacional proveniente das escolas norte-americanas adotando princípios da guerra revolucionária da doutrina francesa que respondiam melhor seus problemas nacionais.

Para Myamoto, os princípios da segurança nacional presentes na doutrina militar não são recentes, a segurança contra um inimigo interno está presente desde o período colonial com início no sistema escravocrata, sendo resultado de um processo evolutivo pelo qual passaram as Forças Armadas encontrando raízes no pensamento de autores brasileiros como Alberto Torres, Oliveira Vianna, dois pensadores autoritários, Goés Monteiro, responsável pela volta da geografia militar no currículo do Exército em 1934, e do positivismo republicano, deu início a formulação do conceito de segurança nacional inserido na doutrina formulada pela ESG em 1950, sem grandes modificações (1995).

Concebida como necessária para a proteção do Estado a DSN assumiu desde o início conotações autoritárias. Isso tornava-se necessário porque, de acordo com a ótica prevalente no seio militar responsável pela doutrina, somente com um Estado autoritário se poderia resolver os problemas nacionais. Esse autoritarismo seria justificado porque o país carece de uma organização que atenda às reais necessidades da sociedade, e também porque as elites são desprovidas de qualquer preparo. Daí a necessidade de um regime forte e autoritário (MYAMOTO, 1995, p. 80).

Os motivos que levaram à criação da ESG, em 1949, são bastante conhecidos¹⁸. Inspirada no National War College dos Estados Unidos, a escola tornou-se um Instituto de Altos Estudos “subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (BRASIL, 1949). No entanto, diferente de sua congênere, a ESG oferecia estudos, pesquisa e ensino também as elites civis em busca de soluções nacionais para os problemas brasileiros (BRASIL, 1977-1978).

Na análise dos militares, diante da desordem social da década de sessenta, havia despreparo dos civis na condução do país e, portanto, incorporá-los à sua doutrina significava quebrar vícios e hábitos que obstruía o desenvolvimento nacional. Para Eliezer (1976), as principais motivações da criação da nova escola, estabeleciam uma estratégia para além do seu conteúdo técnico

- a) A garantia da presença política de um grupo militar em alta posição no aparelho de Estado, na medida em que é órgão subordinado diretamente ao Estado Maior das Forças Armadas
- b) A ESG garante a não-dispersão deste agrupamento político-militar.

¹⁷ Para Martins, a análise de Comblin (1978) “tende a perder especificidades nacionais dos processos de construção do golpismo militar, as quais tiverem consequências importantes na própria configuração das ditaduras que se seguiram” (2008, p. 67).

¹⁸ Para aprofundar os estudos sobre a criação da Escola Superior de Guerra, ver: Eliézer (1976) e Arruda (1980).

- c) Se especializa no estudo da Segurança Nacional no âmbito da guerra fria, inicialmente, e no da guerra revolucionária, no contexto seguinte.
- d) Se assegura a possibilidade de difusão ideológica entre as elites civis e militares (OLIVEIRA, 1976, p. 20)

Em função dos objetivos de sua criação e do alinhamento com o Ocidente em função das contradições da Guerra Fria, compreende-se que os problemas militares não se restringiam a problemática da defesa, mas também ao enfrentamento dos conflitos internos políticos, voltando a atenção à questão da segurança nacional e do desenvolvimento.

O conceito de “desenvolvimento” para a ESG não se restringe apenas ao aspecto econômico, mas também a fatores políticos, psicossociais e militares em comparação a de outros países mais ou menos desenvolvido, a composição do Poder Nacional é, portanto, relativo às unidades comparadas (BRASIL, 1977-1978). A segurança exige um processo continuado de desenvolvimento, pois ambos processos são interligados e interdependentes. O que vai definir a ênfase a ser dada um a outro aspecto será a conjuntura que a nação esteja vivendo (BRASIL, 1977-1978).

A ênfase na questão do desenvolvimento inserida na doutrina atrelava-se ao entendimento da vulnerabilidade dos países subdesenvolvidos às novas formas de guerra estudadas, sobretudo, por processos insurrecionais que, no limite, transformavam-se em guerras revolucionárias. Para o general Golbery do Couto e Silva, a América do Sul com seu baixo padrão de vida, instabilidade econômica crônica e recorrentes problemas sociais permitiam que ideias demagógicas cerceassem as “massas desamparadas e sofredoras” (1967, p. 230). Portanto, o desenvolvimento compreendido como um processo de aperfeiçoamento e fortalecimento do Poder Nacional com a segurança nacional promoviam a estabilidade necessária para assegurar a consecução dos Objetivos Nacionais de pressões e antagonismos internos.

A Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) promoveu cursos, conferências e seminários por todo o país para ampliar o acesso aos princípios da doutrina para outros protagonistas, políticos civis e militares. Seus cursos influenciaram outras escolas militares brasileiras como a Escola de Comando do Estado-Maior (ECEME). Até 1956 os estudos sobre a contra insurgência não eram mencionados, enquanto em 1968, o currículo da escola contava com 222 horas dedicadas exclusivamente à doutrina da segurança interna e 129 horas de guerras não clássicas, enquanto apenas 21 horas eram dedicadas para estudos de defesa (ALVES, 1989, p.34).

A introdução ao estudo da Guerra Revolucionária deu-se em 1959, a partir da conferência ministrada pelo coronel Augusto Fragoso na ESG. O militar utilizou bibliografia

francesa para tratar o tema, pois, acreditava ser a única escola existente a discutir sobre o assunto naquele momento, pontuando que a bibliografia norte-americana não oferecia nenhum estudo, artigo ou tópico sobre a questão e/ou tema. É possível perceber a importância que o tema significou para os militares brasileiros, dado o entendimento sobre a realidade brasileira inserida no grupo de países considerados de “Terceiro Mundo”, onde a preocupação sobre a guerra revolucionária era igual ou maior em relação à guerra nuclear (EMFA, 1959).

De modo geral, a conferência aborda, sobremaneira, a bibliografia francesa sobre o tema, apresentando os principais conceitos que a Escola Superior de Paris desenvolveu e as diferenciações entre a guerra insurrecional e guerra revolucionária. O coronel extrai desses conceitos a formulação sobre a guerra revolucionária para a escola brasileira, tomando como princípio a formulação de Bonnet (1958), entendendo que a guerra revolucionária é uma combinação de guerra de *partisans* e guerra psicológica¹⁹(MARTINS, 2008). A Guerra Revolucionária foi conceituada da seguinte forma pelo Estado-Maior das Forças Armadas:

Uma doutrina elaborada por teóricos marxista-leninistas e exploradas por movimentos revolucionários diversos, para assenhorar-se do poder por meio do controle progressivo, físico e psicológico das populações, com o *[sic]* emprêgo de técnicas particulares, apoiando-se em uma ideologia e desenvolvendo-se segundo um processo determinado. Essa doutrina se ajusta a todas as formas de guerra (EMFA, 1969).

Sendo assim, a guerra revolucionária para a ESG significava um conflito indireto em que as células revolucionárias atuavam em ações psicológicas na conquista de “corações e mentes”, explorando os descontentamentos existentes, atuando de maneira lenta e progressiva até o momento da tomada de poder. Entende-se, portanto, que a guerra é promovida por forças externas do comunismo internacional e que recrutam seus combatentes entre a população do país-alvo (ALVES, 1987, p. 38). Pela falta de definição do sujeito combatente toda a população torna-se um potencial inimigo, constituída de “inimigos internos”, que devem ser controlados e aniquilados.

O coronel Frago (1959) elucida os pontos discutidos durante a conferência com estudos de caso, finalizando com a explicação que embora a nova forma de guerra seja um modo único de combate, ela apresenta particularidades em diferentes países e, no caso brasileiro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)²⁰ era um exemplo das diferentes formas de

¹⁹ O conceito de guerra psicológica presente no Manual da ESG, é o emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamento de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais (BRASIL, 1977-1978, p. 248)

²⁰ No período de 1946 a 1964 o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista (a sigla correspondeu ao Partido Comunista do Brasil até 1961, e daí em diante, a Partido Comunista Brasileiro). “Disponha de quadros experientes e dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida [...] contava com ramificações no meio camponês, tinha grande influência no movimento estudantil e nas

atuação do movimento revolucionário (EMFA, 1959). Para Martins (2008), o caso do Partido Comunista evidenciava qual estágio em que os militares brasileiros acreditavam que a guerra revolucionária estava inserida no Brasil.

As cinco fases da guerra revolucionária estudadas pelo EMFA são: 1) início da organização da infraestrutura revolucionária e clandestina, 2) ampliação da organização, ambas situadas no período pré-revolucionário; a 3) é a passagem da ação, onde são formados os bandos de choque permanentes; 4) rebelião plena e a 5) contraofensiva geral, as três fases estão situadas no período revolucionário (EMFA, 1959). Dessas cinco, dois dos períodos existentes eram essenciais para a compreensão do caso brasileiro, segundo o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA):

Um período pré-revolucionário, no qual o adversário está se preparando para a ação; criar um clima favorável para a montagem de uma organização e infraestrutura de ação, período que utiliza agitação social sob todas as formas legais, e o período da revolução, o da agressão propriamente dita (EMFA, 1959, p 21).

Neste quadro, o PCB estaria no primeiro período que, segundo Martins (2008), o coronel Fragoso enxergava na legalidade do PCB a limitação de ação das Forças Armadas em impedir que a atuação do Partido tornasse uma ação violenta. Para o EMFA, a legalidade do Partido Comunista garantia que os comunistas mobilizassem as massas com facilidade.

O coronel Fragoso considerava o primeiro estágio o mais perigoso por ser mais difícil de combater, pois, não se sabe com quem está lutando e, diante do exemplo do Partido, alega que a legislação não está adaptada a lutar contra ações subversivas e que regimes democráticos limitam as capacidades das Forças Armadas de agir contra o inimigo interno por estes terem assegurado as liberdades individuais de um cidadão comum e medidas protetivas garantidas aos “delinquentes do direito comum” (EMFA, 1958, p. 22).

Nesse sentido, os militares acreditavam que o regime democrático não apresentava capacidade satisfatória para assegurar a segurança perante as pressões e os antagonismos presentes no país. Para o coronel, “o regime democrático característico do mundo livre e tão prezado por todos nós, não favorece - pelo abuso de liberdades que, via de regra, propicia ao adversário - nem a parada preventiva, nem a resposta energética” (EMFA, 1959, p. 40).

Um dos instrumentos capazes de responder de forma imediata a essas questões foi a construção de um serviço de informações que deveria ser centralizado na direção, mas ramificado na busca de informes, capaz de antecipar a movimentação do inimigo, e a construção um sistema de defesa interior que permita o comando político-militar, nacional e regional capaz

campanhas anti-imperialistas. Servia de referência a todas as organizações de esquerda” (GORENDER, 1987, p. 20).

de coordenar a luta em todos os planos. Contudo, o EMFA também pontua a importância que o conteúdo não se restringisse apenas às Forças Armadas e que a contenção da subversão também estivesse alinhada com outros organismos do Estado (EMFA, 1959, p 42).

Os estudos sobre a Guerra Revolucionária na ESG ocorreram ainda no regime democrático, no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e, segundo Martins (2008) embora uma palestra na ESG não determine uma mudança na doutrina, o autor revela que a conferência obteve consequências institucionais que não podem ser desconsideradas. Após a palestra em setembro de 1959, foi publicado no “Noticiário do Exército” o ato do Chefe do Estado-Maior do Exército, que nomeava uma comissão para estudar a programação e a coordenação da instrução sobre a guerra moderna (EMFA, p. 5), com continuidade até o curto período do governo de Jânio Quadros.

Em 27 de julho de 1961, o general Oswaldo Cordeiro de Farias, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, aprova e recomenda a conceituação de “guerra insurrecional” de “guerra revolucionária”, de “subversão (guerra subversiva)” de “ação psicológicas”, de “guerra psicológica” e de “Guerra Fria” constante da FA-E-01/61 (EMFA, 1961).

É significativo que, após seis meses da disposição das conceituações recomendadas pelo EMFA, o governo Kennedy inaugura “a era da contra-insurreição - o NSAM 124 -” (MARTINS, 2008, p. 45), enquanto que, no Brasil, já estavam em andamento e orientariam a evolução da defesa interna diante das questões enfrentadas pelo país, com a renúncia do presidente Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade para a posse do vice-presidente João Goulart, eventos que contribuíam para consolidar as visões dos conceitos discutidos (MARTINS, 2008).

No entanto, desde a década de cinquenta, que textos do general Golbery do Couto e Silva ao discutir a ampliação do conceito de guerra clássica, sendo dois países beligerantes, declarados e identificados, para uma guerra total, esta que ultrapassa o campo militar incluindo o campo econômico, diplomacia, política, científico e psicológica, entende que, para alcançar a consecução dos Objetivos Nacionais, todos os instrumentos de ação deveriam ser utilizados direta ou indiretamente, contando que os adversários se utilizavam dos mesmos meios para alcançar a vitória.

Dentro desse entendimento, a Grande Estratégia ou Estratégia Geral, elaborada pelo general, consistia na coordenação de todas as atividades políticas, econômicas, militares, psicossociais que, embora apresentem estratégias particulares, seriam complementares (SILVA, 1967), assim, a estratégia conceituada pelo general buscava a neutralização da infiltração e da guerra psicológica tomada por seus adversários.

(...) arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamenta, tôdas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente (SILVA, 1967, p. 25).

A racionalização dos Objetivos Nacionais busca garantir que estes objetivos sejam assegurados independente de antagonismos internos e externos, é a garantia que o país possui um caminho a percorrer como nação. O que irá garantir que os Objetivos sejam concretizados é a organização do Poder Nacional (PN), este que indicará as potencialidades e fragilidades do Estado, que poderá impedir ou avançar no alcance dos objetivos. Assim, o PN significa toda a capacidade de um país: população, território, recursos naturais estratégicos e suas ameaças.

Esses objetivos, tanto os permanentes como os atuais, têm como finalidade estabelecer, a curto e longo prazos, uma série de medidas que propiciem ao país atingir um grau de desenvolvimento econômico. Segundo a ótica esguiana, a realização desses objetivos implica o fortalecimento do Poder Nacional, o que significa projetar o país internacionalmente, fazendo-o ocupar lugar de destaque no tabuleiro do poder ao lado das grandes potências. Ao mesmo tempo em que se procura alcançar esses objetivos, visa-se igualmente proteger a integridade do território contra o perigo exterior, manter a autodeterminação e preservar os valores morais e espirituais da nação, tendo como quadro de referência a civilização cristã ocidental da qual o país faz parte (MIYAMOTO, 1995, p. 88)

Na busca por alcançar as condições para a consecução dos Objetivos Nacionais frente ao crescimento da subversão, foram apresentadas, no Manual Básico da ESG, as etapas de ação do Estado para garantir a defesa interna:

- evitar: significa uma ação para que não se crie e amplie no país o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo.
- impedir: significa uma ação para que não se forme ou atue no País o grupo subversivo.
- eliminar: significa uma ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento
- garantir: finamente, compreende toda a sorte de medidas, visando a aumentar o grau de Segurança Interna, indispensável à preservação e consecução dos Objetivos Nacionais (BRASIL, 1976, p. 263).

Na ação contrarrevolucionária, a doutrina francesa divide a ação em duas etapas: parada e resposta; no Brasil, entre defesa e combate. Isso se dá nos dois estágios da guerra: primeiro, no período pré-revolucionário, as estratégias da preparação e uma intensa ação psicológica²¹ e, na organização interna do território; segundo, no período revolucionário, somente com a mobilização moral e física na população que seria capaz de combatê-la, além da importância

²¹ O conceito sobre ação psicológica presente no Manual Básico da ESG é uma ação que congrega “um conjunto de recursos e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos ou coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado desejado” (BRASIL, 1977-1978, p. 248)

do legislativo, judiciário e executivo estarem articulados na coordenação da resposta à parada (EMFA, 1959).

Os conceitos adotados presentes no Manual Básico da ESG apresentavam, como propostas básicas, a prevenção, repressão e a operação, em casos extremos. Na medida de repressão, embutidos os princípios da doutrina francesa e o conceito do “inimigo interno”, o Manual confere que “o conjunto de medidas repressivas atinge somente as manifestações de indivíduos ou de grupos que, conscientemente ou não, atuam como agentes dos antagonismos e pressões, cujos efeitos se produzem no âmbito interno” (BRASIL, 1977-1978, p. 266), porém, não havia uma identificação precisa sobre quem deveria ser combatido, passível da medida repressiva atingir todo cidadão brasileiro.

A sistematização do serviço de informação foi o principal instrumento capaz de localizar de maneira precisa os indivíduos que representavam uma ameaça em potencial. A informação é peça fundamental no planejamento governamental. Com a ESG, o serviço secreto, antes renegado pelos governos anteriores foi institucionalizado, obtinha recursos próprios, estrutura e poder (FIGUEIREDO, 2005). Fortalecer o Serviço era uma das recomendações da organização da defesa interna do território, segundo consta na doutrina francesa, o organismo deve garantir ao governo prazos mínimos necessários para o preparo da defesa e informações sobre os preparativos do adversário para interromper, no tempo certo, a insurreição (EMFA, 1959).

Contudo, as ações contrarrevolucionárias ultrapassaram os limites do território brasileiro, pois, os antagonismos considerados pelos militares em países vizinhos representavam, do mesmo modo, uma ameaça à segurança nacional, além do mais, a guerra revolucionária se tratava de um conflito no campo das ideias, e as limitações impostas pelas fronteiras geográficas desfavoreciam ações mais precisas na luta contra a subversão, portanto, as demarcações políticas são substituídas pelo conceito de fronteiras ideológicas, permitindo maior atuação entre as forças vizinhas.

Um exemplo da intervenção brasileira na política interna dos países vizinhos, se deu na derrubada do presidente Juan José Torres Gonzáles (1970-1971), na Bolívia,²² e o envio de blindados na fronteira com o Uruguai, capazes de ocupar todo o país, episódio conhecido como “Operação 30 horas”, que serviu para intimidar as eleições no país, que tendia a garantir a

²² Com o crescimento econômico brasileiro havia duplo interesse com a Bolívia, primeiro pela expansão do mercado brasileiro na América do Sul e, segundo, o país como um importante fornecedor de matéria - prima, como o gás natural, desse modo, a ditadura brasileira concordou em enviar para os setores golpistas armas, dinheiro e aviões necessários para derrubar o governo nacionalista de Torres (BANDEIRA, 2008, p. 222).

vitória à Frente Ampla, partido de esquerda (BANDEIRA, 2008, p. 241). E o Chile, país que recebeu o maior número de exilados políticos brasileiros (SIMON, 2020), que, apesar da distância, os caminhos políticos que o país experimentava passaram a ser monitorados pelos agentes de inteligência brasileiros.

2.4 A Doutrina de Segurança Nacional no Chile

Para autores como Comblin (1978), a Doutrina de Segurança Nacional, no Chile, ganhou forma após o golpe militar em 1973. Para Valdés (1980), apenas após a tomada de poder pelos militares que os princípios de constitucionalidade, que regiam a instituição militar, foram substituídos pela participação ativa das Forças Armadas na política. Contudo, ambos concordam que o conceito de segurança nacional, ainda sem caráter doutrinário, foi um elemento articulador das diferentes forças presentes na instituição. Para Agüero (1978), no plano político, a doutrina foi necessária para dar início a uma nova relação entre civis e militares.

A Academia Superior de Seguridad Nacional do Chile, fundada em 1947, originalmente com o nome Academia Superior de Defensa Nacional, foi a instituição que difundiu a formação sistemática dos militares sob a nova doutrina (MATTOS, 2019), porém, foi na Academia de Guerra do Exército que os princípios da Doutrina de Segurança Nacional foram canalizados, e segundo Valdés (1980), o ponto de partida para os militares aderirem ao golpe militar de 1973, conforme visto na fala do ex-professor de geopolítica da escola, general Augusto Ugarte Pinochet:

Antigamente, se pensava que os militares estavam destinados a permanecer na esfera militar. Agora, graças a Deus, temos as Academias, que preparam os membros das forças armadas para analisar, planejar, organizar e estudar. Nunca pensei que seria líder do país. Mas com a Academia de Guerra ensinei a ciência da Geopolítica, uma ciência que estuda o país, e aprendi o que é bom e o que é ruim para ele. Muitas medidas que temos aplicado agora são medidas que havíamos analisado muito anos antes (ERCILLA *apud* VALDÉS, 1980, p. 130, tradução nossa).

Para Augusto Pinochet, a Geopolítica²³ entende o Estado não apenas como um objeto geográfico-político, mas como um objeto biogeográfico, um organismo vivo que desempenha uma constante disputa por sua existência. Assim, para o ditador, o Estado aparece como um “ser biológico”, com “vida e consciência própria”, que nasce, cresce e morre, em meio às lutas constantes e biológicas (PINOCHET, 1974). A partir dos estudos deste Estado, se produzem

²³ O general Augusto Pinochet entende a geopolítica como ciência e seria um erro resumi-la ao conhecimento da Geografia, quando a mesma agrega questões da História, Sociologia, Economia, Estratégia, oferecendo, a depender da necessidade do Estado, um conceito adequado para o alcance do objetivo político (PINOCHET, 1974).

leis científicas e regras políticas para a condução da sua política. Mediante as metas e os caminhos que se devem seguir para alcançar o objetivo, a ciência torna-se mentora da condução política do Estado (AGUERO, 1978).

O conjunto de conceitos materializados desenhará a condução política que assegure a sobrevivência do Estado. Dentre eles, se destacam: Segurança Integral, Segurança Nacional, Poder Nacional, Soberania, Poder militar e Defesa Militar e Desenvolvimento (AGUERO, 1978), termos com significados semelhantes aos desenvolvidos pela Escola Superior de Guerra brasileira. Estes conceitos serão incorporados à Doutrina de Segurança Nacional, que configurará uma cosmovisão corporativa que, segundo Agüero (1978) se tornará uma causa necessária, mas não suficiente, à emergência política das Forças Armadas chilenas (FCCH). A emergência da FFAA, naquele momento, era o retorno à política civil.

A exclusão das Forças Armadas nas decisões civis a partir do governo de direita do presidente Arturo Alessandri, e criou consequências para o desenvolvimento de sua doutrina. A exclusão se deu após o levante na década de 30 de setores militares progressistas que aprovaram projetos políticos sociais que comprometiam a manutenção da estrutura do país. Desse modo, a responsabilidade das Forças Armadas se limitou a assuntos relacionados a defesa. No cumprimento de sua função, a política de defesa nacional era elaborada pelos altos mandos sem combinar com a política externa do governo civil.

A marginalização dos civis sobre a instituição, na tentativa de mantê-la distante do quadro político, para Agüero (1978), propiciou para que os militares compreendessem os problemas econômicos, políticos e sociais do país à sua maneira. O descontentamento dos militares pode ser visto nas memórias de Carlos Prats (1985) sobre a reorganização do Exército, dada a falta de investimentos:

El comandante em Jefe del Ejército, General Novoa Fuentes, tiene que cumplir una ingrata labor. Había que consolidar la disciplina militar y superar las frustraciones que afectaban a las generaciones de oficiales que, de una u otra manera, participaron en el período de intromisión política desde 1924 a 1931. Este general, un hombre bondoso y cordial, tiene que revestirse de una caparazón de autoritarismo que es decisiva para forzar a la oficialidade a olvidar sus incursiones en el campo de la política, para restablecer una férrea disciplina y formar escuela de dedicación al servicio (PRATS, 1985, p. 72).

A diminuição dos investimentos para as Forças Armadas na década de sessenta, no governo Frei, segundo Varas e Agüero (1980), se deu por dois motivos: primeiro, pela entrada de novos atores sociais (classe popular²⁴, trabalhadora) com maior poder de negociação e,

²⁴ Aqui, entendemos que o conceito de classe popular se diferencia de classe trabalhadora pela primeira não ser organizada. Contudo, a classe trabalhadora poderá pertencer à classe popular estendida aos marginalizados, desempregados, favelados, porém, o contrário é equivocado.

segundo, com a diminuição da capacidade de produção de riquezas do setor empresarial privado. Estes dois grupos se tornaram base para a vitória do governo Frei contra Allende, a “Revolução em Liberdade” proposta na campanha política, indicava que políticas de moradia, educação, saúde, trabalho seriam prioridade.

A mobilização política com a entrada de novos setores não foi bem recebida pelos militares, pois, este movimento gerou competição no acesso a financiamentos para atender suas demandas. Assim, os autores entendem que, apesar das Forças Armadas comporem a política do Estado, o mesmo não era equivalente em relação ao seu compromisso democrático, concluindo que, *“la democracia y el constitucionalismo se presentaron como dos términos que en los cuarteles no se conjugaban con facilidad”* (AGUERO; BUSTAMANTE; VARAS 1980, p. 16).

A consequência da marginalização dos civis sobre as Forças Armadas ocorreu em meio ao seu processo de profissionalização na década de cinquenta e sessenta, e provoca um descompasso entre a idealização da corporação sobre sua função no país e a realidade nacional, como analisa Aguero (1978), a busca pela difusão da doutrina estadunidense não se concretiza efetivamente no Chile, como esperavam os militares chilenos, pois, tendo em vista que a presença na tomada de decisões das Forças Armadas estadunidenses na política interna e exterior daquele país obedece à expansão das capacidades produtivas do país, no Chile, as forças produtivas do país não estão vinculadas as decisões e necessidades militares. A colaboração entre os²⁵ entre os dois países pode ser visto na fala de Carlos Prats:

Al iniciarse la década del 50, Chile se incorpora a la formalización de “Pactos Bilaterales de Ayuda Militar” con los EE.UU., con quien se intenta lograr la estandarización del equipamiento de las líneas de comunicaciones oceánicas y la defensa aérea colectiva, y se propicia el cambio de las doctrinas militares (estratégicas, tácticas y logísticas), tradicionalmente alemanas, por las que los EE.UU utilizaron en la guerra. Comienza, asimismo, a acenturarse el envío de oficiales de las FF.AA. chilenas cursos de capacitación tácticos y técnicos en las escuelas de las FF.AA norteamericanas (PRATS, 1985, p. 86).

No entanto, o baixo investimento para a modernização de equipamentos, treinamento e formação militar implicava na desarmonia com o processo de profissionalização em curso comparado a seus vizinhos, países em que o Chile possui histórico de disputas territoriais²⁶.

²⁵ A política de segurança dos Estados Unidos buscou institucionalizar seu programa de ajuda militar para países latino-americanos contra a subversão comunista. Segundo Rouquié (1980), o exército dos EUA esteve presente em dezenove países latinos que, em contrapartida, essa presença era a condição para empréstimos e venda de equipamentos bélicos cedidos pelos Estados Unidos (1980).

²⁶ “Desde a independência, os territórios do norte do Chile são alvo de disputas pela Bolívia e Peru, a região do Deserto do Atacama é rica em minérios, porém, apenas no século XIX ganharam valor comercial, e o interesse de ambos os países se agudizaram. As relações entre os estados limítrofes foram acordadas numa série de tratados, no entanto, em 1878, de forma unilateral, a Bolívia precipitou uma crise diplomática. O Peru, vinculado à Bolívia

Coloca-se em questão a ameaça que a distância entre os civis e militares refletia no seu desempenho profissional na garantia de suas funções na defesa nacional (AGUERO, 1978).

No fim da década de cinquenta, os militares buscam estabelecer na política governamental a integração da defesa nacional, e o tema da segurança nacional ganha destaque em razão de dois motivos: a distensão entre Estados Unidos e União Soviética e, o entendimento sobre a utilização de novos métodos do comunismo internacional para alcançar seus objetivos.

Considerando que os países subdesenvolvidos eram os mais suscetíveis à infiltração da ideologia comunista e, em razão da vulnerabilidade demonstrada pelo incidente entre a Argentina e o Chile, em 1958, conhecido como “O incidente Snipe”, resultado de uma disputa de uma linha no Canal de Beagle, na região da Patagônia, em função do conflito, o parlamento aprova a Lei 13.196, que transfere uma porcentagem fixa dos impostos do setor de mineração para o Conselho de Superior de Defesa (PRATS, 1985).

A expansão das políticas repressivas das Forças Armadas foi estimulada com a Lei nº 8987, de Defesa da Democracia de 1948²⁷, que atribuiu ao exército a responsabilidade de declarar Zona de Emergência e Estado de Sitio para garantir a ordem interna. A reintegração dos militares na vida política foi complementada com a “*Ley de Movilización y de Seguridad Nacional*”, elaborada pelo Alto Comando do Exército, porém, revogada pelo próprio parlamento ibañista, por considerar o aumento da militarização na política. A institucionalização das Forças Armadas na política se deu na década de 1960, com a substituição do Consejo de Superior de Defensa Nacional pelo Consejo Superior de Seguridad Nacional (CONSUPSENA)²⁸ com o objetivo de assessorar o presidente em assuntos relacionados à segurança da nação e a integridade do território (AGUERO, 1980).

numa aliança de defesa tentou evitar o conflito, porém, com a pressão do Chile e a negação da Bolívia em aceitar um acordo, foi declarada a guerra. Na Guerra do Pacífico (1879-1883), como ficou conhecida, as forças navais do Chile derrotaram os dois países, como já havia acontecido em 1830. A ampliação do território chileno foi a condição para o restabelecimento da paz, assim, os territórios peruanos como Taparacá, Tacna e Arica, estas últimas durante uma década, terminada o prazo a decisão seria escolhida através de um plebiscito, devendo o ganhador pagar ao perdedor uma indenização, foram anexadas ao Chile. Para a Bolívia, o acordo para a paz foi assinado apenas dez anos depois, e consistiu na perda do território de Antofagasta, único acesso marítimo dos bolivianos” (BETHELL, 1992, p. 160).

²⁷ A Lei de Defesa da Democracia foi decretada pelo presidente Gabriel Videla, substituindo a Lei nº 6026 sobre Seguridad Interior de Estado *In*: Ley 8987, modifica la ley nº 6.026 sobre seguridad interior del estado, em forma que indica. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=178249&idVersion=1948-09-03>. Acesso em: 07/03/2023. A Lei foi uma resposta de aliança com o ocidente na defesa da democracia contra a expansão da União Soviética. O Partido Comunista, que apoiou a candidatura de Videla, foi posto na ilegalidade e seus políticos e militantes perseguidos e presos. A Lei foi revogada em 1958 substituída pela Lei de Segurança Interior do Estado que consagrou a inconstitucionalidade do presidente em declarar Estado de Emergência e garantiu maiores responsabilidades as Forças Armadas na manutenção da ordem interna (AGUERO, 1980).

²⁸ Sob a Lei nº 13.305, 05/08/1960, cria-se o Conselho Superior de Segurança Nacional e a Junta dos Comandantes em Chefe. O artigo 10º, sobre a criação da Junta, tinha como objetivo assessorar o ministro da defesa nacional em matéria que se refere as três instituições armadas, a junta era formada pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O artigo 11º estabelece que o Estado Maior da Defesa Nacional será o órgão

A reintegração dos militares na dinâmica política foi justificada em razão da segurança nacional. Em função deste conceito, a política institucional militar foi inserida na esfera civil, dada a ampliação da atuação dos militares em ações antes restritas aos civis. A atuação pode ser vista na substituição de órgãos antes limitados à questão da defesa nacional para o âmbito da segurança interna. Essa mudança pode ser explicada com o intercâmbio de militares chilenos para escolas estrangeiras, o que contribuiu no processo da elaboração do conceito de segurança nacional do Chile.

A Doutrina de Segurança Nacional entrou no Chile, segundo Valdés (1980), por duas formas, primeiro pelo treinamento de mais de 6 mil homens nos Estados Unidos²⁹, sobretudo na Escola das Américas, localizada na zona do Canal do Panamá, e do trabalho de propaganda de intelectuais, jornalistas e políticos de direita. Somente no período de 1970 a 1975, foram enviados mais de 1.560 militares chilenos para essas escolas. Desse contingente, 58% foram enviados no pós-golpe (MATTOS, 2019).

Sin embargo, en la medida que se comienza a desarrollar un pensamiento corporativo en la soledad de los cuarteles durante la vigencia del modelo de segregación cívico-militar, se va desarrollando una doctrina que se convierte en la forma castrense de ver al mundo y de ubicarse en él. En este sentido la “teoría” de la sociedad desarrollada por las instituciones armadas no es otra cosa que la racionalización del sentido del conjunto de las prácticas sociales realizada bajo una coherencia castrense (AGUERO, 1978, p. 29).

No entanto, a forma castrense de ver o mundo não acompanhou as complexas mudanças na sociedade chilena. Diante das crescentes reivindicações sociais no governo de Eduardo Frei (1964-1970), este, ao buscar priorizar atender às expectativas e demandas sob orientação de promover o desenvolvimento econômico e social para evitar propaganda comunista na resolução dos problemas levantados pela população, os militares passam a questionar sobre a capacidade dos civis em garantir a integridade nacional (AGUERO, 1978).

Para Aguero (1978), os militares enxergam a sociedade como um organismo completo, sem contradições e qualquer elemento divergente que cause o desequilíbrio nesse sistema deverá ser eliminado. As Forças Armadas chilenas se enxergam dentro do tecido social como as únicas capazes de preservar esse organismo das ameaças, entendendo como uma coluna vertebral, dada a sua condição no mundo onde a lei de sobrevivência é a do mais forte. Essa

permanente de trabalho e coordenação do Ministro da Defesa, do Conselho de Segurança Nacional e da Junta dos Comandantes em Chefe. In: DFL 181. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=4950>. Acesso em: 07/03/2023.

²⁹ A política de segurança dos Estados Unidos buscou institucionalizar seu programa de ajuda militar para países latino-americanos contra a subversão comunista. Segundo Rouquié (1980), o exército dos EUA esteve presente em dezenove países latino-americanos, e, em contrapartida, essa presença era a condição para empréstimos e venda de equipamentos bélicos cedidos pelos Estados Unidos (1980).

concepção se relaciona à influência militar prussiana, que apontava os movimentos internacionalistas como inimigos do Estado nacional.

Consultado o acervo da biblioteca do Exército do Chile a partir das publicações acadêmicas do Memorial do Exército do Chile (MECh) da década de sessenta é possível perceber o crescimento dos escritos sobre a segurança nacional no contexto da Guerra Fria. As publicações eram realizadas de forma bimestral, porém, nem todos os meses tiveram as publicações divulgadas. As revistas abordam matérias relacionadas as funções própria do exército e análises conjunturais. Assim, foi consultada as pastas disponíveis dos anos sessenta com artigos específicos que tratavam sobre o tema. As primeiras publicações foram escritas militares estrangeiros e, em seguida, por militares chilenos. Com a publicação do General da Divisão José Hajar Arinõ, com o artigo “*El pensamiento militar chileno actual*”, o conteúdo recorre ao processo histórico da chamada guerra revolucionária.

Em 1966, ainda major, Manuel Contreras publica sobre a “*Estrategia en la guerra de Vietnam*”³⁰. Contreras discute sobre o papel de cada potência no conflito e seus desdobramentos. No mesmo documento, o major Juan G. Hutt Guenther publicou “*El Estado y el Servicio de Informaciones. Su Influencia en la Conduccion Politica del Estado*”,³¹ sustentando a importância do serviço de informação para a manutenção do Estado, assim como outros elementos como território, população, fatores econômicos, educacional e cultural, no momento deste artigo considerava o serviço secreto como um órgão orientador e de coordenação para a defesa nacional.

Em setembro de 1966, A Revista nº 333, año LX, em razão do mês que se comemora a Independência do Chile, contou com publicação especial com artigos exclusivos sobre a contribuição de militares do exército e da instituição no desenvolvimento do país. O capitão Alejandro Medina Lois ³²publicou sobre “*Seguridad Nacional – Um concepto que debe difundirse*”³³; o capitão, em seu texto, acredita na criação de uma cátedra universitária para difundir os conceitos de segurança nacional e criar uma doutrina unificadora a respeito dos problemas que lhe concernem, a fim de formar especialistas que irão garantir o alcance dos objetivos nacionais.

³⁰SEPÚLVEDA, C. Manuel. *Estrategia en La Guerra de Vietnam*. Memorial del ejército del Chile, Santiago de Chile, nº 331, mayo-agosto de 1966.

³¹ Ibid, p. 36.

³² Lois chegará a ser comandante da Escola de Forças Especiais do Chile em 1973, e, esteve envolvido na detenção, tortura e assassinatos de militares da instituição por supostamente pertencerem ao MIR (TAPIA, 2018, KINDLE)

³³LOIS, A. Medina. *Seguridad Nacional – Un concepto que debe difundirse*. Memorial del ejército del Chile, Santiago de Chile, nº 333, septiembre de 1966.

No volume de setembro-outubro de 1967, foi publicado pelo professor doutor Leandro Rubio Garcia sobre a guerra revolucionária, com o título “*La guerra revolucionaria: gran cuestion de nuestro tiempo*”³⁴. O professor aborda os conceitos, o desenvolvimento e as formas que se organizam os novos combatentes. Em sua conclusão, ressalta um trecho do discurso proferido pelo vice-presidente estadunidense Hubert Humphrey (1965-1969) em setembro de 1965, que diz que esta classe de guerra poderia se comparar à importância militar ao descobrir a pólvora.

Publicada em 1968, a revista de nº 346³⁵, año LXII, possui o artigo do Tenente coronel Agustín Toro Dávila, com o título “*Las modernas formas de la guerra*”. Em 1970, o nº 356³⁶ publicado no bimestre de julho e agosto, a preocupação com as guerras de guerrilha fica mais evidente, são três artigos que abordam o tema: “*Las Fuerzas Armadas en el Tecer Mundo*”, do Major Claudio Lopez Silva; “*La evolución de la Doctrina Militar norteamericana después de 1945*”, de Peter Althaus, traduzido pelo Tenente Coronel Rafael Ortiz Navarro; e, um tópico sobre Guerrilha, com o artigo “*Guerra de Guerrillas Urbanas*”, do Major Philip D. Caine, da Força Aérea dos Estados Unidos.

No ano de 1973, publicada de modo quadrimestral, apenas um volume foi publicado, o nº 373³⁷. No primeiro artigo escrito pela direção, o diretor Coronel Raúl Toro Arriagada, para comemorar o “*Días de la Glorias del Ejército*”. Arriagada enfatiza o compromisso do Exército com a nação e seu papel de guardião das leis e do Estado. E finaliza, com letras maiúsculas, o constitucionalismo do Comandante René Schneider e do atual Comandante em Chefe do Exército, Carlos Prats, como posição do oficial do Exército: “*todos los miembros de la institución tienen en el profesionalismo militar el único cauce legítimo de sus inquietudes y realizaciones*”.³⁸

É possível observar, através dos artigos publicados, a preocupação do Exército com o tema sobre a segurança nacional no contexto da Guerra Fria. Temas sobre a Guerra Moderna, Guerra de Libertação Nacional, passaram a ser recorrentes nas publicações. O conceito da “segurança nacional” responde à evolução dos acontecimentos a nível global e as características da guerra moderna, que, por seu caráter de guerra total, compromete toda a nação, sem

³⁴ GARCÍA, L. Rubio. *La guerra revolucionaria: gran cuestión de nuestro tiempo*. Memorial del Ejército del Chile, Santiago de Chile, nº 339, septiembre – octubre, 1967.

³⁵ DÁVILA, A. Toro. “*Las modernas formas de la guerra*”. Memorial del ejército del Chile, Santiago de Chile, nº 346, noviembre – diciembre, 1968.

³⁶ Memorial del Ejército del Chile, Santiago do Chile, nº 356, julio – agosto, 1970.

³⁷ ARRIAGADA, R. TORO. *Um Ejército Profesional*. Memorial del ejercito del Chile. Santiago de Chile, nº 373, mayo – agosto, 1973.

³⁸ Ibid. p. 7.

diferença, portanto, a responsabilidade de se apropriar do conceito como resposta a essa ameaça (TAIPA 2018, local: 1974).

As consultas as publicações do Memorial do Exército do Chile não têm como objetivo torná-la um objeto de pesquisa, porém, serve para observar que o conteúdo da guerra revolucionária estava presente nas discussões das instituições militares antes da chegada de Salvador Allende na presidência em 1973. Em 1973 um único bimestre está disponível, de maio a agosto, a frase de capa indicava “Todos los miembros de la institucion tienen en el profesionalismo militar el unico cauce lejitimo de sus inquietudes y realizaciones”. O editorial, escrito pelo diretor da revista o coronel Raul Toro Arriagada, foi um artigo de três páginas para enfatizar o papel constitucional do Exército, porém, os artigos são de responsabilidade dos autores e não representam, necessariamente, o pensamento do Estado Maior, ou da doutrina do Exército.

3 DA VITÓRIA DE SALVADOR ALLENDE AO GOLPE MILITAR

A relativa estabilidade democrática do país não traduz as fragilidades presentes em suas estruturas. Em entrevista ao historiador Mário Amarós, o sociólogo chileno Tomás Moulian descreve o mito que foi construído sobre uma “democracia exemplar” no Chile: “tivemos sempre uma democracia política em processo de perfeição, mas, com uma sociedade muito oligárquica e muito autoritária em suas hierarquias” (AMARÓS, 1999, p. 4).

Em 1964, o candidato à presidência Eduardo Frei Montalva, do Partido Democrata Cristão (PDC) vence as eleições contra o candidato Salvador Allende, da Unidade Popular (UP). O apoio à candidatura de Frei foi a solução encontrada pelos partidos tradicionais conservadores para impedir a vitória de um candidato socialista. O slogan da campanha: “Revolução em Liberdade” demonstra o compromisso com os valores democráticos ocidentais, no qual o PDC estava inserido. O horizonte de revoluções nos países do chamado “Terceiro Mundo” legitimou um programa político que atendesse às expectativas populares, a fim de preservar o status quo.

O fortalecimento do PDC ³⁹nas eleições de 1964 é resultado de múltiplos fatores: no âmbito interno, com a crise de legitimidade⁴⁰ que os partidos tradicionais de direita enfrentavam naquele momento mostrou-se uma opção razoável em comparação à UP. No contexto externo, em razão da política contrainsurgente adotada pelo governo John Kennedy (EUA), através da “Aliança Para o Progresso”, o Chile⁴¹ foi o país, no continente sul-americano que mais recebeu o recurso do programa, para superar parcialmente o atraso do desenvolvimento do país e garantir o apoio da população (tendo em vista o crescimento da Unidade Popular nas eleições).

No plano econômico, o governo Frei destacou elementos centrais para a superação do atraso do desenvolvimento no país: reforma agrária, modernização das indústrias e aumento das exportações. O programa de governo buscava atender as classes médias, sua principal base, e o

³⁹ Em 1962, o governo dos Estados Unidos aprovou US\$50 mil para o PDC e US\$180 mil para o candidato Eduardo Frei. Em 1964 outros serviços foram entregues pelos EUA ao PDC no valor de US\$3.160 mil. Foram investidos US\$2 milhões em ações clandestinas pela CIA entre 1964-1969 (GARCÉS, 1976, p.62).

⁴⁰ Os partidos de direita conservadores e liberais, tradicionalmente reconhecidos, passaram por um processo de modernização na década de sessenta, para atender às novas demandas sociais. Derrotados nas eleições parlamentárias de 1966, tem seu poder de negociação diminuído no parlamento, e buscam realizar coalizões com os partidos de centro, para impedir o êxito da Unidade Popular. No entanto, com a reforma agrária iniciada no governo de Eduardo Frei, que contrariam seus interesses, decidem criar um partido alternativo, o Partido Nacional, que contou com figuras como Sergio Onofre Jarpa, Mario Arnelo e Jorge Prat (CONTRERAS, 2020).

⁴¹ O governo Frei foi o que mais recebeu ajuda do governo Kennedy dentre os países signatários da Carta de Punta del Este, de 1961, pois além do seu programa político estar alinhado com os interesses dos Estados Unidos, buscava-se fazer o país servir de modelo alternativo às ditaduras de direita para resolver a crise que se assolava no continente sul-americano e evitar “novas Cubas”.

apoio das camadas urbanas e camponesas marginalizadas, na promoção de políticas sociais em proveito do crescimento econômico alcançado com as mudanças em cursos. Nesse sentido, a mitigação da desigualdade social seria possível sem rupturas com a macroestrutura do país.

Contudo, a sustentação do programa econômico muda de direção com a alteração dos resultados: a parcial reforma agrária desencadeou uma onda de mobilizações populares e a organização dos camponeses, fruto da Lei de Sindicalização Campesina (16.625 de 1967). Na indústria, os empresários ressentiam sobre os ganhos políticos e econômicos das empresas estrangeiras em detrimento das indústrias nacionais. A pressão destes contra o governo levou à alteração do plano de governo e a exigência dos empresários levou Frei a priorizar um programa conservador para atender aos interesses imediatos de frações das elites chilenas. Dentre as exigências, estava a desmobilização popular, a interrupção da reforma agrária, diminuição de impostos e aumento de lucros (BITTAR, 1980).

Uma série de ações repressivas foram provocadas por agentes do Estado no final do governo contra a classe trabalhadora organizada. O Jornal *Punto Final*⁴², em 1969, publicou três ocorrências delas: Em 11 de março de 1966, ocorre o primeiro massacre contra os trabalhadores da mina salitreira El Salvador, explorada pela multinacional Andes Copper Mining Company, filiada do consórcio da Anaconda. Foi decretado pelo presidente Frei o envio do exército e dos carabineiros para conter a greve organizada em solidariedade aos grevistas da El Teniente, em greve desde 1 de janeiro. A ação foi comandada pelo Coronel Manuel Pinochet Sepúlveda, chefe da zona de emergência de Chamaras a mando do Ministro da Defesa, Juan de Dios Carmona (PDC).

A segunda ocorrência publicada foi da greve nacional organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 23 de novembro de 1967, em Santiago, contra o pagamento dos reajustes dos salários através de bônus. Consultado o Conselho Superior de Segurança Nacional, foram acionadas as forças do Exército e da Aeronáutica, Forças Móvel e dos Carabineiros para conter a manifestação. A repressão provocou a morte de cinco pessoas. Por último, em 07 de março de 1969, um grupo de aproximadamente 70 famílias ocupam um terreno em Pampa Irigoín, em Puerto Montt. O Jornal aponta, através de testemunhos, que havia mais de duzentos carabineiros para retirar a ocupação; a ação resultou em nove óbitos. A ordem partiu do vice-prefeito Jorge Pérez Sánchez, com a anuência do então Ministro do Interior, Edmundo Pérez Zújovic.

⁴² O jornal *Punto Final* era publicado pelo MIR.

A expansão do papel político das Forças Armadas deu-se no início na década de 1940, porém, foi na década de 60 que esse processo se institucionalizou com a criação do Conselho Superior de Segurança Nacional, em substituição ao Conselho Superior de Defesa Nacional. O primeiro passo para a recuperação do peso da corporação se deu no governo Ibáñez, com o repasse fiscal para a modernização da instituição, e como forma de consolidar a entrada no aparato estatal, os militares passaram a ocupar cargos⁴³ antes exercidos por civis. Com o material bélico ainda que obsoleto enviado pelos EUA, somada à ampliação de funções políticas, as Forças Armadas antes marginalizadas voltam à cena política (VARAS, 1987)

No entanto, este processo é interrompido com a entrada de novos setores políticos (rural, popular e da classe média) que buscavam reorganização social. Os gastos fiscais, antes direcionados às Forças Armadas, foram substituídos para atender às novas demandas e expectativas. Em conformidade das mudanças estruturais, programas do governo surgiram ao mesmo tempo das transformações sociais no âmbito internacional⁴⁴, assim, a continuidade de modernização da instituição foi resignada (VARAS, 1987).

A sequência de casos de repressão citados acima demonstra a substituição da política de defesa para a segurança interna, o que pode explicar as mudanças na prioridade fiscal no governo Frei. A segurança interna faz parte de uma política estrutural do Chile, porém, neste período, entre 1961 e 1969, foi investido o montante de assistência policial no país, pelos Estados Unidos, de aproximadamente U\$2,5 milhões, e instruídos 143 oficiais de Carabineiros no período de 1964-1970 (AGUERO; BUSTAMANTE; VARAS, 1980). O fortalecimento das Forças Armadas durante a Segunda Guerra consistiu em defender o país de uma possível agressão externa, porém, com a política de contrainsurgência, a ameaça surgia dos setores mobilizados que o governo fortaleceu com seu programa de governo.

Sin embargo, la Democracia Cristiana comete un grave error histórico, al menospreciar a las Fuerzas Armadas, en las que se venía acumulando durante treinta y cinco años un fermento de frustración profesional cada vez mayor, nate el descuido de su acervo técnico-profesional y la desatención de sus necesidades sociales por los sucesivos gobiernos (PRATS, 1985, p. 103).

O baixo investimento na política de defesa em razão do fortalecimento da segurança interna e da interrupção do envio de equipamentos bélicos em troca de treinamento e assessoria militar, com ênfase nas atividades de contrainsurgência pelos Estados Unidos, somado ao crescente poder militar dos países vizinhos (Argentina e Peru), desencadeia uma crise

⁴⁴ No âmbito internacional: a Revolução Cubana, o foquismo guerrilheiro, a distensão da URSS e os EUA e no âmbito interno, as mudanças na Igreja Católica, nas Universidades e no campo com a Reforma Agrária.

institucional que encerra as relações civil-militares, caracterizado pela subordinação da Defesa com o desenvolvimento do país e o compromisso das Forças Armadas com o Executivo, a sociedade e a democracia (AGUERO; BUSTAMANTE; VARAS, 1980).

O aquartelamento do regimento Tacna, em 21 de outubro de 1969, tratou-se, em primeira instância, da manifestação contra o retrocesso do governo Frei com as Forças Armadas, e reivindicar mais recursos para a modernização dos equipamentos, da formação militar e aumento salarial. Segundo o general Carlos Prats:

Las plantas institucionales habían experimentado un crecimiento insignificante y, en relación al crecimiento de la población, su porcentaje había disminuido al 0,42%. Las remuneraciones del personal eran bajísimas, en relación a las del nivel de la clase media profesional y técnica, y las rebajas presupuestarias afectaban sin consideración alguna a las tres Instituciones, em beneficio de outros programas y servicios resultando el Ejército el principal perjudicado em su conscripción, que descende al 50% o de su nivel mínimo indispensable (PRATS, 1985, p 103).

O general Roberto Viaux, líder do levante, argumenta que o objetivo não previa a ruptura institucional, pois o intuito era mostrar a debilidade que as Forças Armadas se encontravam. No entanto, o general Prats (1985) reconhece o caráter golpista do levante, “com uma finalidade política clara”, planejado para a deposição do presidente Frei. O episódio demonstra a crise instalada nas relações civil-militares. As mudanças na reorganização social e nas transformações sociais no exterior, somadas à diminuição dos gastos fiscais para a instituição, reforçam o questionamento do papel político das Forças Armadas neste processo, das alternativas e consequências.

Para Varas (1987), estes processos explicam as mudanças de comportamento dos militares que passam, primeiro pelo constitucionalismo formal (assegurar a ordem estabelecida); e segundo, por uma posição institucionalista⁴⁵ (defesa dos interesses da instituição); e, terceiro, pela posição intervencionista, presente no governo da Unidade Popular. O autor explica que a mudança do comportamento constitucional para o institucionalista desenvolve aspectos de um pensamento da segurança nacional. Esta noção oferece à emergência das Forças Armadas noções básicas para a sua entrada como papel político, assim como a orientação para a tomada do controle do executivo (VARAS, 1987).

A crise econômica e social registrada no fim do governo Frei antecipa o debate no interior da caserna sobre a capacidade civil em assegurar a segurança nacional. O fim do governo apresentou baixa taxa de crescimento 1969-1970 (3,1% e 4,5% respectivamente); alta taxa de inflação entre 1969-1970 (29,3% e 34,9% respectivamente); taxa de desemprego 1969-

⁴⁵ No processo de evolução do constitucionalismo para o institucionalismo serão desenvolvidos os elementos constitutivos na segurança nacional.

1970 (5,4% e 8,3% respectivamente); e, média taxa de investimento entre 1969-1970 (17,1% e 16,4% respectivamente).

Como resultado das mudanças operadas pelo governo Democrata-Cristão, a mobilização das classes trabalhadoras, rural e popular se intensificaram, porém, as reformas proporcionadas não foram suficientes para a concretização do programa se tornar uma alternativa ao socialismo. Em razão disto, a Unidade Popular canalizou as demandas dos “debaixo” ao propor mudanças radicais em aspectos já iniciados pelo PDC (BITTAR, 1980).

A figura do político Salvador Allende⁴⁶ como candidato à presidência aparece pela primeira vez nas eleições de 1952, após esta data, o senador concorreria por mais três vezes até a formação da Unidade Popular (UP)⁴⁷. Embora derrotado nas três primeiras candidaturas (1952), (1958) e (1964), o aumento por sua preferência era progressivo⁴⁸. Conhecido como o “senador dos pobres” em sua passagem pelo parlamento, obteve apoio do Partido Socialista, a qual era fundador, e do Partido Comunista, que, em coalizão com outros partidos formariam a Unidade Popular (UP).

A Unidade Popular foi uma coalização de partidos de esquerda e movimentos sociais, que inseridos na luta do povo buscaram canalizar as demandas sociais crescentes daquele período pela via institucional. A UP surge como continuidade da antiga Frente de Ação Popular (FRAP)⁴⁹, porém, diferenciava-se ao agregar novas tendências do pensamento democrático com a entrada do Partido Radical. Baseado nos documentos⁵⁰ de criação da nova frente, pode-

⁴⁶ Salvador Allende foi médico, membro fundador do Partido Socialista Chileno (1933), sendo escolhido para o cargo de secretário regional do partido de Valparaíso. Em 1937 foi eleito deputado em Valparaíso e Quillota, mas renunciou ao cargo no parlamento em 1939 para assumir o Ministério da Saúde do governo Pedro Aguirre Cerda, até 1942. Em 1945 foi eleito senador, cargo que exerce por 25 anos atuando em prol da saúde pública, proteção à infância e seguridade social.

⁴⁷ Criada em 1969, a Unidade Popular foi uma coalizão do Partido Comunista, Partido Socialista, dissidentes do Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Radical, Ação Popular Independente, Partido Radical de Esquerda e Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU).

⁴⁸ Em 1952, Allende recebeu 51.975 votos; em 1958, com a formação da Frente de Ação Popular (FRAP) aliança entre comunistas e socialistas e outros partidos de esquerda, recebeu 354 mil votos; concorrendo contra Eduardo Frei da Democracia-Cristã em 1964, Allende recebeu 977.902 votos, e por fim, em 1970, ano da sua vitória eleitoral obteve 1.075.616 votos.

⁴⁹ A formação da UP foi precedida por três alianças políticas da esquerda, segundo Bittar (1980), a primeira delas ocorreu com a Frente Popular em 1938, contando com o Partido Socialista e o Partido Comunista e majoritariamente com o Partido Radical, obtendo êxito ao conseguir a vitória eleitoral. A Frente do Povo, em 1952, com o Partido Comunista, Partido Socialista e o Partido Democrático, levantando a primeira candidatura de Salvador Allende. E por fim, a Frente de Ação Popular, em 1956, composta pelos Partidos Comunista e Partido Socialista sustentando duas candidaturas de Allende (1958 e 1964). A FRAP impôs um projeto autônomo dos partidos de esquerda e, quando da formação da UP com a entrada do Partido Radical, manteve-se a hegemonia comunista. (BITTAR, 1980, p. 58)

⁵⁰ “Programa Básico da Unidade Popular (1970)”, “O pacto da Unidade Popular (1969)” e “Acordo sobre a conduta e estilo da campanha”.

se afirmar que o programa da UP anulava o caráter reformista proposto pelo PDC e estabelecia o papel central do poder popular na construção da via chilena para o socialismo.

Na figura de Salvador Allende, a construção do socialismo seria conquistada por meios pacíficos, através dos marcos institucionais, de maneira gradual e progressiva. Para Carlos Altamirano (1979), o programa da UP agregava uma mudança radical no plano político e econômico, no entanto, não havia consenso entre os membros da coalização sobre os meios para alcançar o objetivo. De todo modo, pode-se dizer que o projeto carregava uma mudança revolucionária, tendo sido desenvolvido em conjunto com a população antes mesmo das eleições.

3.1 A vitória eleitoral da Unidade Popular (1970-1973)

Em 04 de setembro de 1970, Salvador Allende foi eleito com 36,6% dos votos, apesar do legítimo processo eleitoral, sua vitória foi contestada, dado o resultado de maioria relativa. A primeira tentativa de impedimento da oposição foi através da via institucional, porém, não obtiveram apoio dos congressistas de maioria do PDC, assim, consideraram a deposição pela via militar, no entanto, o posicionamento legalista do Comandante em Chefe das Forças Armadas impedia tal opção, e não havia na caserna, como verificado em 1969, a coesão necessária para aderir à ruptura constitucional.⁵¹

A imediata articulação para impedir a posse de Salvador Allende ocorreu logo após a confirmação do resultado. A relativa maioria dos votos recebida por Salvador Allende, 1.075.616 votos (36,22%) contra Jorge Alessandri, 1.036.278 votos (34,9%), do Partido Nacional, e Rodomiro Tomic, 824.849 votos (27,1%), do PDC (além dos votos brancos e nulos, que somaram 31.505; e, as abstenções, 584.958), foi a justificativa da oposição pela ratificação da eleição através do congresso na tentativa de subornar senadores e deputados, de maioria do PDC, para favorecer a vitória de Alessandri. O plano consistia em garantir a vitória de Alessandri, que renunciaria e convocaria novas eleições, na qual Eduardo Frei (PDC) poderia candidatar-se.

Diante da imprevisibilidade, o Comandante-em Chefe das Forças Armadas, René Schneider, reuniu-se com o chefe do Estado-Maior da Defesa Nacional, Carlos Prats, para

⁵¹ Apesar disto, os países aliados na defesa do ocidente, tais quais o Japão, Suíça e Alemanha ocidental, na tentativa de pressioná-los, prontamente romperam o acesso ao crédito de compras de equipamentos militares, e os Estados Unidos sinalizaram que fariam o mesmo. O embaixador Edward Korry havia declarado sobre a futura dificuldade que o presidente Salvador Allende enfrentaria com as Forças Armadas, por não fornecer a modernização desejada pela instituição e, também, a indisponibilidade de financiamento dos Estados Unidos, seu principal exportador bélico ao país (BANDEIRA, 2008).

discutir quatro cenários possíveis sobre o processo de ratificação do congresso: 1) caso a escolha do congresso optasse pela vitória de Jorge Alessandri, desencadearia uma guerra civil, pois a esquerda adotaria a luta armada como meio político, dada a inevitabilidade de governar pela via eleitoral; 2) o pacto do PDC com a UP levaria a uma gradual crise institucional; 3) Salvador Allende transformaria o país, gradualmente, num regime comunista, provocando uma crise que levaria o país à ditadura do proletariado ou uma ditadura militar; 4) o golpe militar, liderado general Viaux e seus simpatizantes antes da decisão do congresso, o que resultaria numa guerra civil (BANDEIRA, 2008).

Diante de quatro cenários de instabilidade, o comandante reiterou o respeito das Forças Armadas sobre a decisão do congresso, independente do resultado. A posição legalista do general garantiu a preservação do processo democrático, pois o princípio da verticalidade hierárquica na cultura castrense impede manifestações contrárias da instituição. Desse modo, ainda que exista na caserna grupos contrários ao resultado, a posição institucional deve ser superior ao do indivíduo.

O comportamento constitucionalista formal - defesa da ordem constitucional - classificado por Augusto Varas (1987), com o Comandante Schneider, prevalecia na instituição. A coesão dos militares é fundamental para a preservação da existência da própria instituição, pois, a quebra da verticalidade causaria fraturas na organização, correndo o risco do seu próprio fim. Desse modo, o comportamento constitucional defendido por Schneider previa o comportamento institucional. Assim, o general enfatizava o distanciamento do Exército em assuntos políticos.

O general era taxativo quanto ao dever do Exército em não se envolver em assuntos políticos, “um dever que -em um dado estado de direito- está relacionado a um dado: as Forças Armadas, por lei, têm o monopólio do uso das armas. Em essência, meter-se em política, munidos das armadas que os cidadãos lhes põem nas mãos, seria “jogar sujo” (VERDUGO,2003, p. 49-50).

Em 22 de outubro de 1970, René Schneider sofre uma tentativa de sequestro. A intenção da operação era criar um futuro cenário de insegurança com a entrada da UP frente à violência contra o Comandante-em Chefe das Forças Armadas, que foi assassinado. O objetivo do atentado era acusar os integrantes do Movimiento Izquierda Revolucionaria (MIR), e exigir que Frei entregasse o governo a um gabinete militar⁵², sugerindo a incapacidade dos civis em prover a segurança nacional.

⁵² Composto pelo Almirante Hugo Tirado Barros (assumindo a chefia do Estado), o general Roberto Viaux, nomeado como ministro da Defesa e o general Camilo Valenzuela, como Ministro do Interior. Os militares das três forças participaram do aquartelamento do regimento Tacna em 1969.

Contudo, a execução do chefe do Exército causou um efeito inverso. A comoção causada pela morte do general fortaleceu o compromisso com a democracia, algo visto no discurso de Eduardo Frei, proferido em rede nacional: *“este atentado no es sólo el ataque al Jefe de Ejército, sino a la Institución misma y a todas las Fuerzas Armadas, y deja de manifiesto el propósito de sus autores de alterar la vida democrática del país”* (CHILE, 1970). A pressão contra a vitória de Salvador Allende contribuiu para fortalecer o compromisso democrático dos congressistas.

No dia 24 de outubro de 1970, mais de 150 parlamentares (78,4% do congresso) legitimaram o resultado, porém, propuseram ao novo governo o “Estatuto de Garantias Democráticas” como condição à ratificação das eleições. O Estatuto previa limitar a operacionalização das políticas consideradas radicais presentes no programa do governo.

A investidura de Allende como presidente do Chile, dependia, contudo, de um entendimento com o PDC, de modo que pudesse obter o quórum necessário à ratificação de sua vitória pelo Congresso Pleno. E ele teve de negociar com esse partido um Estatuto de Garantias Democráticas, com o compromisso de transformar seu texto em reforma constitucional, consolidando o Estado de Direito, reafirmando o caráter profissional e independente das Forças Armadas, regulando a propriedade dos meios de comunicação e assegurando a liberdade de opinião, de imprensa, bem como de ensino, a inviolabilidade da correspondência, o respeito à pluralidade sindical e à autonomia das universidades, assim como a obrigação de indenizar as expropriações previstas no programa da UP (BANDEIRA, 2008, p. 176).

Em 04 de novembro de 1970, Salvador Allende toma posse como presidente, sendo o primeiro candidato declarado marxista a ganhar as eleições na América Latina. Elisa Borges (2019) explica que não existia, na figura do presidente, a intenção da tomada de poder pela via armada, imaginado pelos partidos de direita e a elite chilena e projetada na imposição do Estatuto de Garantias Democráticas. Para Allende, segundo Borges (2019), o Chile poderia experimentar um processo revolucionário através das instituições.

[...] La Vía Chilena al Socialismo, proyecto de transición que partía de la premisa que era posible hacerlo desde la propia institucionalidad burguesa, la cual ofrecía los instrumentos para ir socializando los medios de producción y financieros, e ir integrando a los trabajadores a la gestión de ellos, sin necesidad de una destrucción violenta del aparato estatal (ZARATÉ, 2005 p. 183).

Para concretizar a construção do socialismo sem a necessidade da ruptura constitucional, o programa da Unidade Popular previa a planificação da economia para substituir a estrutura econômica vigente, visando a eliminação do poder do capital monopolista tanto nacional quanto estrangeiro e do latifúndio, através de “mecanismos de controle, orientação, crédito a produção, assistência técnica, política tributária e de comércio exterior”⁵³.

⁵³ Programa de La Unidad Popular 17 de noviembre de 1969. Disponível em: <https://www.archivochile.com/entrada.html>. Acesso em: 17/10/2022.

Salvador Allende recebeu o país com 10 milhões de habitantes (1968) e imensa desigualdade social, onde 60% das famílias recebiam 17% da renda nacional, enquanto apenas 2% recebiam 45%, onde o capital estrangeiro dominava as riquezas básicas, principalmente o cobre, e penetrava todo o setor industrial, controlando mais de um sexto do capital de todo os setor manufatureiro; entre as 100 maiores empresas do país, o capital estrangeiro tinha participação em 61, das quais controlava inteiramente 40 (BANDEIRA, 2008, p. 259).

A expropriação das empresas estratégicas se deu com a Área de Propriedade Social (APS), que consistiu na posse do Estado sobre as empresas de mineração, rede financeira a atividades que impactavam no desenvolvimento econômico do país, tal como produção e distribuição de energia, transporte marinho, comunicações e outros⁵⁴, além de aprofundar e estender a reforma agrária iniciada ainda no governo de Eduardo Frei, implementando três sistemas de posse da terra: as cooperativas, a propriedade individual e as empresas estatais.

O efeito que emergiu dessas transformações no governo de Salvador Allende, entre os operários, camponeses e subproletariados marginalizados, segundo Carlos Altamirano, ex-secretário-geral do Partido Socialista do Chile, foi a consciência de serem protagonistas da experiência política. A organização desse grupo no combate às investidas da oposição no momento mais crítico do governo de Allende (foram criados centros de mães e juntas de vizinhos, o que, posteriormente, viriam a ser os Comandos Comunais, e os emblemáticos Cordões Industriais⁵⁵) demonstraram a evolução da consciência política na construção do poder popular (ALTAMIRANO).

3.2 O governo da Unidade Popular e os militares

Apesar das investidas de Eduardo Frei em aconselhar Salvador Allende a indicar um general que fosse alinhado ao marxismo, Allende permaneceu limitado a seguir os procedimentos estabelecidos pela constituição. Assim, Frei indicaria para o Chefe de Comando das Forças Armadas o próximo da escala hierárquica (GARCÉS, 1993). Sendo assim, Carlos Prats tornou-se o novo Comandante em Chefe das Forças Armadas que, por sua vez, compactuava com a doutrina de legalidade de seu antecessor.

A historiadora Verónica Valdívia (2005) constatou três análises a respeito da ausência da política militar da UP: primeiro, os setores golpistas não foram neutralizados, permitindo que se organizassem e agissem contra aqueles que possuíam o compromisso com a constituição

⁵⁴ Ibid. Atividades que condicional o desenvolvimento econômico e social do país: produção e distribuição de energia elétrica, transporte ferroviário, aéreo e marítimo, as comunicações, produção refinação e distribuição de petróleo e seus derivados, incluindo gás líquido; siderurgia, cimento, petroquímica e química pesada, a celulose e o papel.

⁵⁵ Durante a greve patronal, em 1972, por 26 dias os trabalhadores assumiram o controle da produção e distribuição de produtos e mercadorias.

(avaliação constatada, principalmente, pelo Partido Comunista Chileno). Segundo, a perspectiva individual de Salvador Allende em acreditar no processo histórico constitucional das Forças Armadas. Terceiro, que a UP estava destinada ao fracasso desde o começo, dado o caráter ideológico⁵⁶ das Forças Armadas, naturalmente contrária ao processo revolucionário em curso.

Contudo, Valdívia (2005) afirma que a UP elaborou, sim, uma política militar que correspondeu ao processo da via chilena para o socialismo. As Forças Armadas, que de modo imposto pelas oligarquias, estiveram à margem do processo político ao longo da história, no governo de Allende, receberam uma nova função social: os dois eixos presentes na política militar da UP buscavam a manutenção da subordinação dos militares aos civis nos marcos da constitucionalidade, envolvendo-os nas tarefas de desenvolvimento econômico e social sob comando dos civis; e também, tratando de dar uma fundamentação doutrinária relacionada com o desenvolvimento e modernização, comprometendo-se ao processo chileno.

Para Allende, a questão da defesa nacional complementava o processo chileno baseada na concepção moderna, patriótica, popular e soberana, atendendo aos seguintes critérios: ênfase no caráter nacional das Forças Armadas, rejeitando o emprego de repressão do próprio povo ou participação de ações que atendam aos interesses de potências estrangeiras. Formação técnica e aberta a todas as contribuições da ciência militar, “conforme as conveniências do país, da independência nacional, da paz e da amizade entre os povos” (CHILE, 1969, p.08) e, por último, a integração das Forças Armadas nos diversos aspectos da vida social, possibilitando sua contribuição no desenvolvimento econômico do país sem o prejuízo da sua função principal da defesa nacional.

O governo da UP concentrou esforços para atender as demandas dos militares concernentes à infraestrutura e modernização de seus equipamentos e das reivindicações salariais. A valorização de Salvador Allende à instituição dava-se pelo objetivo do mesmo em integrá-la ao processo de desenvolvimento do Chile, compreendendo que o caminho do socialismo seria possível se todos os aparatos estatais estivessem alinhados. Garantir a formação e a modernização dos equipamentos era requisito para capacitar os militares contra as forças estrangeiras com capacidade militar superior, e contrapor-se a tratados, a exemplo do TIAR, que exerciam influência nos institutos militares nacionais (VALDÍVIA, 2005).

Os militares, sob a lógica da segurança nacional e comprometidos com o desenvolvimento do país estavam articulados com os princípios da Aliança Para o Progresso,

⁵⁶ Nesse sentido, Rouquié (1980) demonstra que a ágil repressão contra os grupos apoiadores de Allende após o golpe revelou o ódio de classe alimentado pelos militares durante o governo da UP.

na construção da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e dos países não-alinhados na busca por autonomia no Terceiro Mundo. Não é à toa que Carlos Prats indicou a existência de quase 80% de seu contingente inclinado às ideias progressistas, mas não necessariamente marxistas (PRATS, 1985). Pode-se compreender que estavam inspirados, também, nos militares latino-americanos do Panamá e Peru, que integravam o desenvolvimento democrático.

No entanto, a estratégia de Allende requeria o controle do aparato do Estado para poder integrar os militares no processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que o Estado estava se reestruturando. Para VALDÍVIA, foi essa inconsistência no projeto da transição para o socialismo que fez a política militar da Unidade Popular tornar-se impossível (2005). Para Altamirano (1979)⁵⁷, as tendências comprometidas com o desenvolvimento nacional não se efetivaram, e uma minoria de cunho fascista, dada a clareza dos objetivos e da coesão enquanto bloco, conseguiram derrotar os militares progressistas comprometidos com o processo.

Desde o final do governo Alessandri (1958-1964), os gastos com as Forças Armadas ficaram em 1,7%, com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), enquanto no governo de Eduardo Frei (1964-1970) houve um aumento substancial na média de 2,0%. No governo da UP, o aumento foi de 2,5% em relação ao PIB, sendo 2,3% em 1970; 2,6% em 1971; e 3,4% em 1972⁵⁸.

A confiança de Allende no compromisso constitucional das Forças Armadas também é visto em seus discursos, como em 1971, ao lado de Fidel Castro no Estádio Nacional (evento de despedida das quatro semanas de passagem no país), onde reitera a integração dos militares no projeto de transformação do país.

No lo van a conseguir, no lo van a conseguir porque las Fuerzas Armadas y Carabineros de Chile comprenden perfectamente bien que este Gobierno Popular es el que más se ha preocupado y se preocupará por darles a las Fuerzas Armadas y al Cuerpo de Carabineros lo que deben tener en la situación de un desarrollo de un esfuerzo, para hacer de ellos, también, participantes en el proceso de transformación y progreso de la patria⁵⁹.

⁵⁷ Carlos Altamirano critica a ausência de uma política militar que fosse capaz de sustentar o processo revolucionário: “ele [Allende] se limitou a tentar um tipo de vinculação que não mudou as formas tradicionais de tratamento dos assuntos militares, nem alterou a natureza e conotação superestrutural, sem levar em conta o caráter de instituição de classe das Forças Armadas” (ALTAMIRANO, 1979, p. 144), porém, reconhece que o governo da Unidade Popular atendeu às necessidades de infraestrutura e reivindicação salarial que sustentou seu apoio até o golpe de 1973.

⁵⁸SIPRI, World Armaments and Disarmament, Yearbook, 1979. London Taylor & Francis Ltd. 1979, págs. 56-57. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/SIPRI%20Yearbook%201979.pdf>. Acesso em: 21/09/2021.

⁵⁹ Textos de Salvador Allende (1971). Discurso de despedida a Fidel Castro (Estadio Nacional 4 de diciembre de 1971). Biblioteca Clodomiro Almeyda, Partido Socialista do Chile, 2008. pags.467-474. Disponível em: <https://www.socialismo-chileno.org/PS/APSA/Discursos%20de%20Salvador%20Allende%201971b%20.pdf>. Acesso em: 21/09/2021.

Segundo VALDÍVIA (2005), a estratégia de Salvador Allende em dar forma a uma nova doutrina e garantir um novo papel social às Forças Armadas, integrando-as ao processo de desenvolvimento do país, e considerando o compromisso histórico constitucional da instituição não era de todo modo infundado, sua visão era fortalecida com as tentativas de golpes frustradas pelos generais em mando⁶⁰, no entanto, não levou-se em consideração a deterioração na caserna causada pelas ações psicológicas e a perda de posição dos oficiais legalistas.

A Doutrina Schneider⁶¹ contribuiu para a permanência do governo contra as pressões de políticos de oposição, de grupos paramilitares como o *Patria Y Libertad*⁶², ao considerarem que os problemas políticos deveriam ser solucionados pelos civis e não pelos militares. Contudo, uma vez que a politização penetrou na instituição, os militares legalistas foram superados. Em suas memórias, o general Carlos Prats, ao tentar dissuadir sobre a decisão da renúncia do general Mario Sepúlveda Squella, Comandante da II D.E e da Guarnição de Santiago e Guillermo Pickering Vásquez, Comandante do Institutos Militares obtém como resposta a seguinte análise:

Como se puede ejercer la grand responsabilidad de comandar las dos unidades operativas clases del Ejército en la convulsa coyuntura política que vive el país, cuando sus propios colegas generales, que no tienen mando, soliviantan a los mandos medios y subalternos o se dejan empujar por las presiones de éstos? Cómo se puede responder de la disciplina de cuerpo de tropa, si la oficialid media y subalterna está claramente perturbada por la acción psicológica que la oposición ha llevado ya al paraxismo? (PRATS, 1985, p. 484).

Até 1972, os militares que manifestavam uma estratégia golpista eram minoria na instituição, vinculados a pequenos grupos nacionalistas de direita e, com os oficiais da reserva, como Viaux e o coronel Alberto Labbé⁶³, sem força frente à maioria institucional. (VALDÍVIA, 2005). No entanto, após esse período, dado o desgaste político provocado por acordos entre a

⁶⁰ Em 1972, o Plano Setembro, encabeçado pelo general Alfredo Canales consistia em ações terroristas com apoio do *Patria y Libertad* e do Comando Rolando Matus, do Partido Nacional e sabotagens na infraestrutura do país. O plano foi descoberto e Canales foi destituído e reformado.

⁶¹ A Doutrina Schneider como ficou conhecida refere aos militares legalistas que seguiram com o comportamento constitucional do general René Schneider.

⁶² A Frente Nacionalista *Patria y Libertad*, grupo paramilitar de extrema-direita organizada, sobretudo, por empresários, como o Roberto Thieme, secretário-geral, atuou e financiou ataques terroristas no período do governo da UP com o objetivo de criar consciência social sobre a necessária intervenção militar para derrubar o governo. Conforme o depoimento de Manuel Fuentes Wendling, ex-secretário-geral do grupo, a organização foi criada pela CIA como instrumento de provocação; estima que o *Patria y Libertad* recebeu da agência estadunidense, entre setembro e outubro de 1970 um subsídio de US\$38.000, entre a eleição de Allende e sua homologação pelo Congresso (BANDEIRA, 2008, p. 293).

⁶³ Demitido da Escola Militar e reformado, em 1971, por fazer discurso político contra o governo (BANDEIRA, 2008, p. 350).

extrema-direita e o PDC, somado à greve dos caminhoneiros no final deste período, aumenta a adesão dos militares a esses grupos antes isolados.

3.3 A desestabilização do governo de Salvador Allende a exemplo do caso brasileiro

A presença de civis do meio empresarial no golpe militar brasileiro foi estudada pelo historiador René Armand Dreifuss (1981). ⁶⁴Neste sentido, há quem atribui a nomenclatura “ditadura civil-militar”⁶⁵ para mencionar o período do golpe e destacar a participação de todos os responsáveis pela ruptura democrática no país. A partir disso, é possível compreender, especificamente, no caso chileno, como os partidos políticos e grupos paramilitares de direita atuaram na desestabilização política que levou ao golpe militar de 1973.

O governo de Salvador Allende, a partir de 1972, foi marcado por greves patronais, escassez de produtos de primeira necessidade e manifestações de profissionais liberais. A intenção da oposição era criar uma situação de instabilidade econômica, política e social para deslegitimar a capacidade de governabilidade da esquerda, construindo o que Moniz Bandeira (2008) chamou de “fórmula para o caos”. Este plano foi igualmente utilizado com sucesso para derrubada do governo de João Goulart no Brasil em 1964. O Brasil, no período do governo de Allende, vivia sob uma ditadura militar, foi um dos seus principais mentores, a “emprestar” sua experiência para derrubar Allende.

A “fórmula para o caos” foi preparada por grupos pertencentes à Escola Superior de Guerra (ESG), a principal via de acesso dos militares com a Doutrina de Segurança Nacional e, não somente, mas, a maior parte dos que passaram na escola foram protagonistas na construção do golpe militar de 1964. O complexo IPES/IBAD⁶⁶, permitiu o agrupamento de civis e militares que conspiravam contra o governo de João Goulart.

A ação do complexo IPES/IBAD entre os militares visava, principalmente, envolver o maior número de oficiais na mobilização popular contra o governo. O golpe propriamente dito consistiu na organização e disposição estratégica de forças militares comandadas por oficiais envolvidos ativamente na conspiração, de acordo com um

⁶⁴ E tem sido investigada pelo projeto de pesquisa "Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura" do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense" https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf.

⁶⁵ Neste trabalho, entendemos a importância em ressaltar o termo “civil-militar” por considerar a participação de diversos setores na preparação do golpe militar, especificamente, no caso brasileiro, contudo, segundo Martins (2008) aponta, apesar da presença de civis no golpe, a idealização partiu das Forças Armadas.

⁶⁶ O Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais (IPES) foi fundado oficialmente em 1962 e integrado por empresários de todo o Brasil, sobretudo dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O grupo tinha como objetivo difundir notícias contra o governo de João Goulart denunciando seu caráter comunista. Com ajuda de empresários de grandes jornais como do Estado de São Paulo, o IPES realizou um trabalho insistente sobre a defesa dos valores democráticos. Enquanto, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foi fundado em 1959 ainda no período do governo de Juscelino Kubitschek, era integrado por empresários nacionais e internacionais insatisfeitos com os resultados da política econômica adotada no país e tinha como objetivo promover ações políticas. Durante as eleições parlamentares de 1962 criam um fundo “Ação Democrática Popular (Adep) para canalizar os recursos em candidatos que eram contrários a João Goulart, além de financiar em rádios, jornais e televisão notícias anticomunistas.

plano do que, em termos militares, não passou de um jogo de guerra simulado em escala nacional. As operações militares, como tais, destinaram-se, principalmente, a prender ativistas camponeses e de sindicatos e a deter políticos, intelectuais e líderes estudantis (DREIFUSS, 1981, p. 362).

O efeito deste complexo foi agrupar as ações civis e militares para sustentar uma “realidade comunista catastrófica” para legitimar a decisão de derrubar o governo pela via militar, pois não existia coesão na caserna⁶⁷ na decisão da ruptura constitucional. No entanto, militares que frequentavam o IPES eram oficiais respeitados na instituição e seus posicionamentos diante da crise política que o país enfrentava refletia nos militares de baixa patente que os admirava. Para tirar os militares da inércia, a “receita” consistia em estimular os militares tanto da ativa quanto da reserva com produção de notícias falsas do cenário político brasileiro, assim como o alarme da possível invasão comunista caso não intervissem.

É sabido que a estratégia utilizada para desestabilizar o governo de João Goulart foi elaborada nos Estados Unidos, que enxergavam governos progressistas como ameaça à sua segurança nacional. O Brasil, considerando sua dimensão territorial, populacional, fonte de matéria-prima e importância regional não poderia estar sob administração de um governo à esquerda diante do contexto da Guerra Fria. Apesar do caráter progressista do governo de Goulart, interessado na redução das desigualdades sociais e econômicas, a fim de aumentar a capacidade produtiva do país para o seu desenvolvimento, não condizia com as expectativas estadunidenses.

Os golpes de Estado na América Latina, a partir da década de 60 correspondiam à mudança na estratégia estadunidense na contenção do comunismo no período da Guerra Fria na região, após a Revolução Cubana. Nos países hispânicos, os chefes militares interviam na política e não era difícil induzir as Forças Armadas, influenciadas pelas doutrinas da ação cívica e contrainsurgência do Pentágono, à derrubada de governos para substituí-los por aliados (BANDEIRA, 2008, p. 85)

Contudo, países como Brasil e Chile, onde as instituições democráticas eram relativamente sólidas e estáveis, em comparação aos países vizinhos, o crescente movimento popular e o avanço da esquerda preocupavam os Estados Unidos. Assim, não bastava a técnica do *Coup d'État*, era preciso construir as condições necessárias para o golpe (BANDEIRA, 2008).

⁶⁷ A primeira ação repressiva após o golpe militar foi dentro da própria instituição. A caserna passou por um processo de “limpeza” interna, onde os militares considerados comunistas ou simpatizantes do governo de João Goulart foram compulsoriamente para a reserva, outros foram presos, torturados e mortos (ALVES, 1989).

Empresários da Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA), consultaram os brasileiros para aprender o método que levou à deposição do governo de João Goulart no Brasil; o engenheiro Glycon de Paiva, um dos organizadores do IPES, revelou à jornalista Marlise Simons, do *Washington Post*, que aconselhou o grupo sobre a preparação do terreno para tirar os militares da inércia.

A receita envolvia criar o caos econômico e político, fomentar o descontentamento e aprofundar o medo do comunismo entre os empregadores, bloquear os esforços legislativo de esquerda, organizar manifestações e concentrações, e mesmo atos de terrorismo se fosse necessário (BANDEIRA, 2008, p. 287).

A conspiração organizada por setores civis e núcleos de oposição no interior das Forças Armadas buscou no modelo brasileiro o cenário ideal para a possibilidade da intervenção militar. O cenário de guerra provocado buscava isolar os comandantes legalistas e substituí-los por aliados ao golpe, isso porque a quebra da verticalidade militar e com a formação de dois exércitos poderia resultar numa guerra civil.

Na história de ambos os países os militares até o início do século XX os militares eram chamados pelas oligarquias locais para restabelecer a ordem quando seu poder político era confrontado pela luta de classes. No entanto, os golpes sob a Doutrina de Segurança Nacional não pretendiam servir de “poder moderador” como era habitual, a entrada dos militares na política tinha como objetivo incorporar na administração do Estado a política das Forças Armadas.

3.4 A desestabilização do governo de Salvador Allende (1972-1973)

A base de sustentação e mobilização da crise foi desencadeada por setores da classe média, que demonstravam insegurança diante das estratégias de reformas econômicas do governo. O processo de transformação da economia previa a estatização de empresas de riquezas básicas, que somadas as já em posse do Estado formariam a Área de Propriedade Social (APS). As pequenas e médias indústrias eram resguardadas pelo governo, contudo, as expropriações destas foram realizadas por ações espontâneas, contradizendo a garantia de segurança. Parte dos setores médios, sobretudo proprietários e rentistas, enxergavam a UP como uma ameaça global contra a propriedade privada (GARRETÓN; MOULIAN, 1993).

Com a entrada da UP, o tradicional jogo político que preservava o interesse de classe era visto com desconfiança. Nas reflexões de Marini sobre a posição do MIR, o qual fazia parte, na transição e no socialismo, a pequena burguesia burocrática instrumentalizava, através do parlamento, seus privilégios, onde fazia seu voto ter peso igual ou maior da grande burguesia, contando que a classe dominante necessitava de seus votos. Este bloco de poder se transformou

num setor político dirigente no Chile, e, não é à toa que existe o culto à instituição que ela própria se beneficia, assim como podemos incluir o profissionalismo das Forças Armadas, respaldado pelo interesse dos oficiais, que não é outra coisa, a não ser uma posição de defesa de seus privilégios (MARINI, 2019).

A pequena burguesia chilena converte-se em uma camada política dirigente “que, respondendo aos interesses de sua classe, faz dela, em seu conjunto, uma classe de apoio ativa ao sistema de dominação vigente” (MARINI, 2019, p. 113). A ascensão do Partido da Democracia-Cristã representou a conjunção dessa força. Quando o governo conservador de Alessandri, em 1958, tenta minar a continuidade da pequena burguesia no sistema político, passam a apoiar um partido que as represente. A criação de um partido próprio que atendesse os interesses da pequena burguesia, como foi a DC, diminui as capacidades de ação da burguesia mais reacionária e obriga a grande burguesia a apoiá-los (na candidatura de Frei em 1964) dado o aumento progressivo da UP (MARINI, 2019).

No entanto, o interesse da fração dominante da burguesia no processo de acumulação capitalista dependente buscava readequar a estrutura do mercado interno, contrariando o programa econômico progressista que levou Eduardo Frei à vitória. A aliança entre as classes é fragilizada com a decisão de Frei em atender as demandas do capital financeiro em detrimento dos interesses dos pequenos e médio industriais. Marini (2019) aponta que a pequena burguesia inicia um processo de autonomização política com o apoio na candidatura de Radomiro Tomic (1967), porém, se dividem em variáveis extremas: uma parte apoiará Jorge Alessandri, enquanto outra irá sustentar a UP (2019).

Contudo, a crise desencadeada em outubro de 1972 manifestou o choque de valores da classe médias e da classe trabalhadora. Enquanto Salvador Allende, em seus discursos reivindicava o povo como sujeito político, a classe média buscava criar fronteiras entre as duas classes. Este ponto é relevante para entender os conflitos causados entre as organizações populares e os comerciantes quando o governo cria o controle popular para solucionar o problema de desabastecimento (GARRETÓN; MOULIAN, 1993).

A crise que marcou outubro de 1972 buscou deslegitimar o governo que, até o ano anterior, havia conquistado ganhos políticos significativos. As eleições municipais de 1971 correspondeu cerca de 50% de candidatos eleitos de partidos de esquerda⁶⁸, resultado que marca

⁶⁸ A UP conseguiu 49,8% dos votos, somado a votação obtida pela União Socialista Popular (USP) que não fazia parte da UP, dava à esquerda um total de 50,86%. Isso significava a ampliação da base política e um crescimento de apoio desde as eleições de 1970. Comparado com as eleições de 1969, o Partido Socialista foi o mais votado (22,89%), o Partido Comunista manteve-se estabilizado (17,36%). Há um declínio para os partidos Radical (8,18) e o Partido Social Democracia (1,38%). A Democracia-Cristã (26,21%). O PN obteve 18,53%, perto dos 20% em

a aprovação da sociedade chilena com o programa do governo (AGGIO, 2002). Com eleições legislativas previstas para ocorrerem em março de 1973, a oposição busca, com a crise de 1972, construir um cenário de ingovernabilidade para diminuir o apoio social conquistado.

A paralisação patronal quase integral de quase todas as atividades produtivas do país demonstrou alto nível de coordenação (Comandos *multi-gremiales*), contando com a Confederação da Produção e do Comércio e a Frente Nacional da Atividade privada como centros dirigentes (AGGIO, 2002) e de ação de mobilização (uso de táticas de guerrilha, hostilização, paralisação de caminhões) (GARRETÓN; MOULLIAN, 19993, p. 117). O modo operacional da paralisação apresentava conexões entre os líderes das entidades patronais e o Partido Nacional (PN). O interesse do PN com os grêmios era garantir a legitimidade das manifestações sem a presença de partidos políticos. Em razão do protesto partir da sociedade civil, obrigava apoio do PDC contra a UP.

O mês de outubro marca o início das greves a nível local, regional e nacional, tendo seu ápice nos dias 17 a 24 de outubro com a negativa dos presidentes do congresso em dialogar com Salvador Allende. Outros setores aderiram a greve, como a classe médica, e a resposta do governo foi a convocação da classe popular para manter as atividades funcionando.

Em vista do conflito, a solução encontrada pelo PDC, sugerida por Tomic, foi a formação de um Gabinete de confiança da oposição, que permitisse a realização pacífica das eleições parlamentares de março de 1973 (GARRETÓN, MOULIAN, 1993). Tanto o PDC como a UP encontraram, nas Forças Armadas, um elemento de regulação do conflito, ao reconhecer na instituição seu caráter neutro. O novo gabinete foi formado por militares, políticos da UP e o presidente e vice-presidente da CUT⁶⁹. Em 05 de novembro as greves são encerradas, porém, por imposição do governo, as negociações voltaram apenas quando as atividades foram retomadas.

As Forças Armadas não eram apreciadas como um setor significativo nos governos anteriores, porém, durante o governo da UP, foi proporcionado, à instituição, benefícios como reajuste de salários, compra de novos equipamentos e a sua integração no projeto de desenvolvimento do país, assumindo, no governo da UP, diante dos conflitos, um papel implícito de árbitro em última instância em decisões políticas. Com o apoio das Forças Armadas, era reforçado o compromisso democrático do governo de Allende.

1969. Considera-se um crescimento de 5% do eleitorado em relação as eleições municipais de 1967, w de 13,58% em relação à eleição presidencial 1970 (GARRETÓN; MOULLIAN, 1993; AGGIO, 2002).

⁶⁹O Comandante-Chefe do Exército Carlos Prats, passou a ser o ministro do Interior, o Contra-Almirante Ismael Huerta, ministro de Obras Públicas e o General, da Brigada Aérea, Claudio Sepúlveda, ministro da Mineração O gabinete durou cinco meses, de novembro de 1972 a março de 1973.

La UP incorporo a los militares activamente em las tareas de Gobierno – participación en los directorios de los minerales estatizados, dirección de servicios de utilidad pública, etc., elevó los niveles de ingresos de los oficiales y de la tropa y les permitió modernizar sus instalaciones y equipos. En esta relación la UP enfatizo las temáticas nacionales de su discurso, presentando el programa como la única forma posible de obtener un desarrollo acelerado y estable, sin multiplicar al mismo tiempo las desigualdades sociales (GARRETÓN, MOULIAN, 1993, p. 124).

A presença das Forças Armadas no governo desencadeou posições dúbias nas repartições internas da UP, após superada a crise de 1972, uma parte do governo buscava apoio com a instituição para o andamento das transformações propostas pelo programa, enquanto outra entendia a presença dos militares como um entrave ao processo revolucionário onde se subtrairia o apoio popular. A direita, por sua vez, evitou a discórdia com os militares, porém, ao perceber que a permanência do general Carlos Prats impedia a derrocada do governo, passou a criar condições para afastá-lo.

O general Prats, enquanto Ministro do Interior no gabinete provisório, buscou intermediar um acordo entre o PDC e a UP, concentrando seu apoio na busca por uma resolução da crise e evitando aproximação política com o governo, em vista que, dentro da caserna, havia aumentado consideravelmente os oficiais partidários de um golpe de Estado (BITTAR, 1980).

A mudança do papel social das Forças Armadas e a multiplicação de convocações para a resolução de conflitos civis inicia, na instituição, discussões não apenas sobre problemas políticos do cenário atual, mas, a criação de um projeto autônomo de poder político real (GARRETÓN; MOULIAN, 1993). No entanto, o Comandante em Chefe, ao aceitar participar do gabinete proposto pelo governo como solução dos conflitos políticos, entende o compromisso da instituição com a sociedade e o respeito constitucional dada a legitimidade do governo.

Desse modo, o general Carlos Prats, enquanto Ministro do Interior, buscava êxito na sua gestão para impor a visão dos constitucionalistas diante do problema. O êxito dependia da capacidade de normalização econômica e política e a autonomia dos militares com os partidos políticos. Porém, na medida da deterioração dos acontecimentos, Prats perde posição na caserna e justifica sua presença no gabinete como forma de normalizar a crise, abandonando seu projeto inicial de criar condições para um acordo político entre o executivo e o congresso (BITTAR, 1980).

O objetivo da direita, com as paralisações, era criar um clima de desordem que levasse à ilegitimidade do governo e provocasse, nas Forças Armadas, o compromisso do zelo constitucional, que resultaria no golpe militar. Contudo, não havia unidade suficiente à ruptura e o projeto de autonomia era incipiente. A oposição não analisou precisamente sobre o

comportamento institucional dos militares: a quebra da hierarquia e disciplina poderiam resultar na destruição da própria instituição. A crise política provocada pela direita nesse período não acompanhou o mesmo ritmo da crise militar, alcançada em 1973 (GARRETÓN; MOULIAN, 1993).

A solução da crise com o gabinete militar visava - a curto prazo - garantir a realização das eleições parlamentares em março de 1973. A partir de dezembro de 1972, a concentração com as eleições diminuiu a viabilidade de negociação e gerou um efeito contrário, pois contribuiu no aumento da polarização política manifestado na criação de dois blocos eleitorais: A Confederação Democrática, que incluía o PDC e o PN, e o Partido Federado, expressão do eleitorado da UP (BITTAR, 1980).

A direita previa a derrocada do governo nas eleições, dada a deterioração da economia, e buscava 2/3 do parlamento para iniciar o processo de impeachment de Salvador Allende. No entanto, o resultado⁷⁰ frustrou os planos da oposição pela via institucional. A partir de então, foi considerada a saída pela via militar, porém, as condições para a resolução da crise através da ruptura constitucional precisavam ser construídas.

Por outro lado, a oposição se beneficiou com a aplicação da Lei nº 17.798, de 20 de outubro 1972, sobre o controle de armas. O projeto foi encaminhado para o congresso pelo democrata-cristão Juan de Dios Camona, sob a justificativa que o controle das armas fosse de responsabilidade dos militares, iniciativa que o executivo aceitou ao coincidir com a função dos militares nas paralisações. O projeto de Carmona buscava garantir a autonomia das Forças Armadas e possibilitar que a política militar operasse acima das decisões civis (ZARETE, 2005).

De acordo com a direita, a Lei era um instrumento democrático que buscava impedir que grupos de qualquer posição ideológica perturbassem a ordem e a tranquilidade pública. Para a oposição, o cidadão havia entendido a sua importância, dado o contexto de guerra-civil que o cenário político polarizado apresentava (ZARETE, 2005). Contudo, parte das operações realizadas pelo exército ocorreram em locais predominantemente ocupados por apoiadores do governo. Para Varas (1987) a Lei de Controle de Armas terminava por consagrar a responsabilidade das Forças Armadas no controle político da ordem interna.

El problema del desabastecimiento y la necesaria distribución; y la aprobación de la ley de control de armas. Ambas cuestiones colocaran a la oficialidad en un núcleo

⁷⁰ O governo da Unidade Popular obteve apoio de 44% do eleitorado, resultado superior da obtida nas eleições presidenciais (36%) que garantiu a vitória de Salvador Allende em 1970, mas menor que as eleições municipais que alcançou, aproximadamente 50% em 1971. Entre a votação de 1971 e de março de 1972 houve uma ampliação de eleitores de 3.660 votantes para 4.542.000, em parte pela redução mínima para votar: de 21 anos para 18 anos (BITTAR, 1980, p. 240).

del enfrentamiento y las politizaran de una manera, determinando sua ubicación en bandos claramente identificados, antesala del golpe de Estado (VALDÍVIA, 2005, p. 200).

A legalidade do governo passou a ser o foco da oposição, com o objetivo de torná-lo ilegítimo. A construção das condições de ilegitimidade transbordou por todos os espaços institucionais. O projeto de Reforma Constitucional sobre as áreas econômicas atingiu seu limite. A legalidade das expropriações foi questionada pela *Controladoría de La Republica*, que, a partir desse dilema, inicia um embate entre as partes sem perspectiva de resolução. O único tema de contestação da oposição passaria a ser o da legalidade do governo (AGGIO, 2002).

O PDC, como partido de centro, foi incapaz de se manter como força dirigente do blocopositor (sob a tática de questionar o totalitarismo da UP e rejeitar a sedição proposta pela direita), e perde a capacidade de se afirmar como alternativa ao poder. Segundo Aggio (2002), com a derrota política da UP e a neutralização dos partidos de centro, o cenário polarizado abre espaço à violência política vista a partir de março de 1973, com explosões, assaltos, incêndios, sabotagens e atentados à bomba constantes.

A deterioração do ambiente político seria explicitada com a tentativa de golpe militar em 29 de junho, o “*Tanquetazo*”, que foi um levantamento do Regimento Blindado nº 2, sob a responsabilidade do coronel Roberto Souper, em concomitância com o grupo paramilitar *Patria y Libertad* e outros grupos opositores, que tinham como objetivo a derrubada do governo. Uma unidade blindada cercou o Palácio do Governo e atacou o Ministério de Defesa, resultando na morte de 22 pessoas, a maioria civis.

Para Aggio (2002), a tentativa frustrada de golpe foi realizada por um grupo isolado no interior militar e conduzida por comandantes que haviam sido punidos por atividades sediciosas. No entanto, apesar do ato isolado e o fracasso do golpe, o general Prats havia perdido a capacidade de evitar a politização dentro da caserna e a pressão externa articulada pela direita em aderir a ruptura constitucional (VALDÍVIA, 2005).

A hostilização dos militares por parte da oposição fazia parte do plano de afastar o general Carlos Prats. E, os eventos que sucederam levaram ao Comandante em Chefe do Exército a pedir sua renúncia e buscar o que Varas (1987) chamou de “comportamento institucional”, pois, a quebra de comando, que resultou a perda de posição do general, levaria ao fim do Exército, porém, o primeiro pedido foi negado por Salvador Allende. Entretanto, com desdobramentos políticos e a polarização dentro da caserna, Allende, por fim, aceitou o segundo pedido de renúncia de Prats em agosto de 1973.

O cargo foi ocupado pelo Chefe de Estado Maior do Exército, general Augusto Pinochet. Pinochet, que esteve presente nas decisões com o general Carlos Prats, e tinha a confiança do general, a exemplo da afirmação do mesmo sobre a participação de Pinochet na reunião de coordenação de ação das Forças Armadas para a aplicação da Lei de Controle de Armas: “*como ellas asistía el Jefe del Estado Mayor de Ejército, General Pinochet, en quien depositaba toda mi confianza, él se encargaría de informarme de cualquier desviación violatoria de la disciplina en que se pudiera incurrir*” (PRATS, 1985, p.436)

No entanto, a consulta ao general Augusto Pinochet feita pelo general Gustavo Leigh sobre a decisão da Armada iniciar o levante em Valparaíso, revela o conhecimento prévio do general, pois, conforme aponta Bandeira (2008), o general Leigh sabia da posição favorável do general Pinochet, além do mais, segundo Garcés, Pinochet foi o responsável pela mudança da data do golpe. Assim não avisá-lo sobre o que iria suceder colocaria em risco todo o *complot* (BANDEIRA, 2008).

A data do golpe estava marcada para o dia 10 de setembro, porém, havia o risco do plebiscito proposto por Salvador Allende, que pretendia anunciar no dia 11, pela manhã, que poderia reduzir as tensões políticas, dividindo a oposição e promovendo a perda de apoio de parte dos militares considerados indecisos. Desse modo, a decisão do golpe para o dia 11 buscou evitar a divisão das Forças Armadas, porém, quem impulsionou no Exército o general Pinochet a unir-se à sublevação que o almirante Toribio Merino e o general Gustavo Leigh estavam dispostos a deflagrar no dia 11, foi o general Sergio Arellano Stark ⁷¹(BANDEIRA, 2008).

3.5 A cooperação brasileira na desestabilização do governo de Salvador Allende

Estudos recentes demonstram o desempenho do governo brasileiro na desestabilização política que culminou na derrubada do governo de Salvador Allende e em outros países latino-americanos⁷². No caso chileno, é conhecido o papel do Brasil no monitoramento dos exilados políticos, da atuação do Itamaraty, na figura do embaixador Antonio Cândido da Câmara Canto, do apoio financeiro entre o empresariado dos dois países e do envolvimento direto entre os militares.

⁷¹ Arellano, um dos articuladores do golpe militar dentro do Exército, após o golpe, foi nomeado chefe do grupo de militares (Sergio Arredondo, Pedro Espinoza, Marcelo Moren Brito e Armando Fernández Laríos), que visitou todos os principais regimentos para apurar se os procedimentos do Conselho de Guerra estavam sendo adotados de forma uniforme, além de impor medidas consideradas “duras” contra os prisioneiros políticos. Foi responsável pela criação da “Caravana da Morte” que cruzou o país de norte a sul e matou 90 pessoas em diferentes cidades do país (POLICZER, 2017).

⁷² O papel desempenhado nas eleições presidenciais no Uruguai em 1971 e a derrubada do governo de Torres em 1971, na Bolívia.

A estratégia utilizada para desestabilizar o governo de João Goulart (PDT) em 1964, no Brasil, foi desenvolvida pela *Central Intelligence Agency* (CIA), nos Estados Unidos, e replicada no Chile. O “modelo brasileiro” foi emprestado aos civis e militares chilenos que aplicaram a “fórmula para o caos” para derrubar Salvador Allende. Os laços entre o empresariado dos dois países começou logo após a vitória da Unidade Popular, quando os chilenos transferem seu capital para o Brasil e passam a investir em indústrias de São Paulo⁷³.

Como recomendação do IPES, foi criado o *Centro de Estudios de la Opinión Pública* (CEOP) e o *Grupo de Acción de Informaciones*, com o objetivo de aproximar oficiais militares e civis para o golpe militar (PADRÓS; SIMÕES, 2013). Fundado por associações econômicas de industriais e proprietários de terras, esse grupo foi responsável por elaborar estratégias de paralisações contra o governo, fomentar ações psicológicas, bem como promover a articulação entre grupos civis de extrema direita.

Dentre as ações postas em prática no Brasil e que foram exportadas, Glycon Paiva disse ter instruído a chamar as mulheres da alta sociedade, donas de casa, a iniciar o movimento de mulheres contra o governo, semelhante com a “Marcha com Deus pela Liberdade”⁷⁴ que ocorreu no Brasil, mobilizando parte da população a criar um cenário de clamor social por um golpe militar. No Chile, se refletiu na “*Marcha da Família por Deus Y Pela Propriedade*”, e na criação de centros de mulheres de direita⁷⁵ que conspirariam contra o governo.

No dia 26 de novembro, ocorreu a primeira Marcha de las Cacerolas Vacias com a participação das senhoras dos bairros mais ricos, que batiam nas panelas, a pretexto de protestar contra a escassez, o desabastecimento, o racionamento de alimentos e outros gêneros de primeira necessidade, os preços altos etc., em virtude, principalmente, do lockout empresarial, como reação aos controles sobre o comércio estabelecidos pelo governo da UP (BANDEIRA, 2008, p. 292).

A *Frente Nacional de las Dueñas de Casa* (FRIENDUC) responsável pela *Marcha de las Cacerolas Vacias* era vinculada ao *Patría y Libertad*, e consistia na política de massas para justificar o golpe e derrubar o governo. Embora o depoimento de Paiva atribua a si e à conexão entre o empresariado dos dois países sobre o conhecimento e aplicação das ações psicológicas

⁷³ O Grupo Gilbert Hubert Jr, do empresário Gilbert Huber Jr e Glycon Paiva foram um dos responsáveis pela criação do IPES, em 1960, que junto com o IBAD, fortaleceram a oposição na derrubada do governo de João Goulart. Ambos os empresários ofereceram a experiência para Luiz Fuenzalida e Orlando Saéz, empresários chilenos que buscaram no Brasil a solução para derrubar o Salvador Allende.

⁷⁴ Sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, ver a dissertação de mestrado da historiadora Aline Presot, *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964*, defendida em 2004, Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRJ_c2189a58eb3d8db324e2f1b9909fe8a2. Acesso em: 20/08/2021.

⁷⁵ Os estudos sobre mulheres de direita que contribuíram para a desestabilização do governo de Salvador Allende podem ser vistos no livro de Margareth Power *Right-Wing Women in Chile: Feminine Power and the Struggle Against Allende*, publicado em 2002; e no artigo: *Conexões transnacionais entre as mulheres de direita do Brasil, Chile e Estados Unidos*, publicado em 2014, da mesma autora.

para a construção do caminho ao golpe militar, os integrantes do *Patria y Libertad* contaram diretamente com o apoio e instrução de agentes militares e pessoas a serviço do Estado brasileiro.

[...]. Eram estreitos os vínculos entre o *Patria y Libertad* e a inteligência brasileira. Na fase final do governo da Unidade Popular, parte da cúpula do grupo teria ficado abrigada no Brasil, onde mantinha contato com o SNI, e alguns de seus líderes supostamente retornaram ao Chile com ajuda de agentes brasileiros. Desde cedo, os dois lados teriam avaliado que a ruptura da hierarquia dentro das Forças Armadas poderia desatar uma guerra civil a qualquer momento (SIMON, 2021, p. 102).

No ano de 1973, constatou-se uma maior inclinação dos militares na adesão ao golpe, no entanto, conforme relatado pelo Embaixador Câmara Canto ao presidente Médici, faltavam às forças anticomunistas do Chile coordenação, organização e recursos adequados para a conjura. Isso porque, dada a escolha pela via armada para derrubar o governo, as tentativas de golpe⁷⁶ não chegaram a se concretizar ou foram frustradas pelo serviço de inteligência (BANDEIRA, 2008).

3.6 O Golpe Militar (1973)

A “*Acta de Constitución de La Junta de Gobierno*”⁷⁷, publicada pela Junta Militar, declara o compromisso histórico da instituição no resguardo do Estado, da integridade física e moral e identidade histórico-cultural contra a desintegração causada pela intromissão da ideologia marxista como justificava do golpe militar.⁷⁸ Os pontos elencados que indicam a ilegitimidade do governo de Salvador Allende foram publicados no “Bando N°5”⁷⁹, que atribui ao governo deposto a responsabilidade do colapso econômico, político e social do país.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a Junta Militar como governo legítimo⁸⁰. O Embaixador Câmara Canto intermediou o pedido entre o Itamaraty e o governo brasileiro, indicando ser do interesse do país fortalecer o novo aliado. Com a crescente importância do país nos órgãos internacionais, o governo Médici buscou evitar o isolamento internacional do Chile e assegurar a viabilidade da ditadura (SIMON, 2021).

⁷⁶ O Plano Setembro de 1972 foi identificado por Raúl Montero, comandante-em chefe da Marinha, que informou o general Carlos Prats e destituiu o general Canales. O governo descobriu uma conspiração para matar o presidente, tomar de assalto o Palácio do Governo e libertar o general Roberto Viaux. Do mesmo modo, o *Tanquetazo*, em junho de 1973, que não contava com unidades de apoio.

⁷⁷ ACTA DE CONSTITUCIÓN DE LA JUNTA DE GOBIERNO. Disponível em: <https://www.archivochile.com/entrada.html>. Acesso em: 18/04/2023.

⁷⁸ A Junta foi formada pelo Comandante em Chefe do Exército General Augusto Pinochet Ugarte, Comandante Chefe da Marinha, Almirante José Toribio Merino Castro e Comandante em chefe da Força Aérea, General Gustavo Leigh Guzmán e Diretor Geral dos Carabineiros, general César Mendonza Durán.

⁷⁹ BANDO 5°, 11/09/1973. Disponível em: <https://www.archivochile.com/entrada.html>. Acesso em: 18/04/2023.

⁸⁰ O governo brasileiro, antes da confirmação, solicitou o cumprimento de “formalidades mínimas” como nomeação dos ministros, controle efetivo do território e compromissos internacionais (BANDEIRA, 2008).

No Chile, os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional estudados nos institutos militares desde a década 60 foram aplicados apenas após o golpe de 1973, sendo, um deles, o combate ao inimigo interno (COMBLIN, 1978). No quadro dos estágios da guerra revolucionária, o país estava localizado em estado avançado, nesse sentido, a repressão generalizada que marcou os três primeiros meses após a deposição de Allende era justificada para a normalização do país, como publicado na *Acta Junta N° 1*⁸¹, pela qual deveriam ser eliminados os rebeldes e extremistas.

Como parte das medidas de ação psicológica, o *Libro Blanco: del cambio de gobierno en Chile*⁸², livro anônimo, escrito pelo historiador Gonzalo Vial Correia⁸³, se tornou um alicerce para legitimar o golpe ao apresentar as irregularidades do governo no descumprimento das Leis e na exposição do “Plano Z⁸⁴”, a publicação tinha como estratégia evitar o isolamento internacional do país. O exemplar foi distribuído por embaixadas chilenas no exterior. No âmbito interno, o artigo n° 13 do Bando n° 5, dispõe o dever moral das Forças Armadas na interrupção de um governo considerado ilegítimo.

Por todas las razones someramente expuestas, las Fuerzas Armadas han asumido el deber moral que la Patria les impone de destituir al Gobierno que aunque inicialmente legítimo he caído en la ilegitimidade flagrante, asumiendo el Poder por el sono lapso em que las circunstancias lo exijan , apoyado en la evidencia del sentir de la gran mayoría nacional, lo cual de por sí, ante Díos y ante la Historia, hace justo su actuar y por ende, las resoluciones, normas e instrucciones que se dicten para la consecución de la tarea de bien común de alto interés patriótico que se dispone cumplir (CHILE, 1973, s/p).

As ações psicológicas contribuíram na adesão da conspiração e da legitimidade do golpe, além do mais, o comportamento intervencionista das Forças Armadas no final do governo de Salvador Allende foi possível, pois, a execução do golpe militar se tratava do “dever moral” da instituição no resguardo do Estado chileno, desse modo, a estratégia utilizada prevista na doutrina de contrainsurgência concretiza a função do que se espera com a doutrina militar: “a ‘doutrina’ não tem nenhum outro objetivo além de unificar as fileiras militares, fundamentar

⁸¹ ACTA JUNTA N° 1°. Disponível em: archivochile.com/entrada.html. Acesso em: 18/04/2023.

⁸² Libro Blanco: del cambio de gobierno en Chile: Disponível em: https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/20157/1/Libro_Blanco_del_cambio_de_Gobierno_en_Chile.pdf. Acesso em: 12/12/2022.

⁸³ Destacado intelectual conservador e nacionalista de obras da segunda metade do século XX a início do século XXI da historiografia chilena. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100642.html>. Acesso em: 12/12/2022.

⁸⁴ O “Plano Z” foi um plano inventado pela extrema-direita do governo de Salvador Allende para acabar com a oposição e instalar a “República Democrática do Chile”. Nos documentos desclassificados da CIA se confirma que o plano foi um elemento da guerra psicológica das Forças Armadas para justificar a repressão e legitimar o golpe de Estado. Fonte: Memória chilena. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96802.html>. Acesso em: 12/12/2022.

a posteriori, estrategicamente, a intervenção política do Exército, evitando assim, qualquer agitação nas casernas” (ROUQUIÉ, 1984, p. 308).

A doutrina da contrainsurgência embutida nos institutos militares instruíra que “se a sociedade democrática era incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então era necessário mudar a sociedade, não o exército” (MARTINS, 2009, p 182). Desse modo, sob a justificativa de proteger o “Estado, a integridade física e moral e identidade histórico-cultural”, à essa definição foi concedido aos militares um papel sem limites na execução da política de segurança nacional (ROUQUIÉ, 1984, p. 306).

No dia 11 de setembro de 1973, mediante o Decreto-Lei nº 3⁸⁵, foi declarado Estado de Sítio em todo o território nacional. No dia seguinte, foi publicado o Decreto Lei nº 8, que delegava os Comandantes em Chefe das Unidades Operativas do território nacional, sob a responsabilidade do exercício de jurisdição militar e competência para ditar os “bandos”. O estado de sítio era prorrogado a cada seis meses sob a justificativa de defesa interna (RETTIG, 1990)

A magnitude das suspensões e restrições das liberdades pessoais podem ser verificadas através das alterações na Constituição e legislação⁸⁶ impostas pela Junta Militar. O Decreto Lei nº 5⁸⁷ ampliou os poderes da Justiça Militar, além de alterar a Lei 17.798 sobre o Controle de Armas, que passa a considerar a penar a perturbação da ordem, ataques às forças de segurança demais delitos que acometem a segurança interna com pena de morte.

O artigo 1º, da Lei Nº 5 declara, interpretando o artigo 418, do Código da Justiça Militar

Que el estado de sitio decretado por conmovición interna, em las cirusntancias que vive el país, debe entenderse ‘estado o tiempo de guerra’ para los efectos de la aplicación de la penalidade de esse tiempo que establece el Código de Justifica Militar y demás leyes penales y, em general, para todos los demás efectos de dicha legislación (CHILE, 1973, s/p).

Com a instalação do “estado em tempo de guerra” ocorre a subtração da justiça civil para a justiça militar, o artigo 2º, agregando-se ao código 218 da Justiça Militar, demonstra a aplicação dessa medida com a normalização da pena de morte contra aqueles estabelecidos no Bando nº 1. Agrega-se, também, na Lei nº 12.927, sobre “Segurança Interior do Estado” penas mais duras contra aqueles que perturbarem a ordem.

Los que cometieren atentados contra la vida o integridad física de las personas, con el propósito de alterar la seguridad interna o intimidar a la población, o procedieren

⁸⁵ Decreto Ley nº 3 – Santiago de Chile, a 11 de septiembre de 1973. Declara Estado de Sitio. Diario Oficial, nº 28.653, año XCVI, p. 2.

⁸⁶ A Junta exerceu mediante decretos leis, o poder constituinte e legislativo (INFORME RETTIG, 1990).

⁸⁷ Diário Oficial, 22 de setembro de 1973 Decreto Ley nº 5 – Santiago de Chile, a 11 de septiembre de 1973. Declara que el Estado de sitio decretado por conmovicion internadebe entender-se “estado o tiempo de guerra”. Otras disposiciones. Diario Oficial, nº 28.657, año XCVI.

a su encierro o detención en los términos del artículo 141 del Código Penal, con iguales fines, sufrirán la pena de presidio mayor cualquiera de sus grados (CHILE, 1973, s/p).

O resultado da subtração da justiça comum para a jurisdição militar de tempo de guerra, previsto no Título III do código da Justiça Militar de 1944, cria os conselhos de guerra com a função de julgar prisioneiros sob o código penal militar. Determina, nos artigos 71, a nomeação do Chefe do Exército, que irá operar na jurisdição militar em tempo de guerra (território nacional declarado em estado de sítio, seja por ataque externo ou comoção interior), previsto no art. 72; o artigo 73 dispõe que sua competência será exercida nos territórios em estado de sítio no momento da nomeação do general em Chefe do Exército, que irá operar contra o inimigo interno, sob este artigo, cessa os Tribunais Militares em tempos de paz (CHILE, 1944).

Com o estado de guerra instituído, o general Sergio Arellano Stark tinha a missão de rever as sentenças, i. e., na verdade, agravá-las e ordenar a execução de presos políticos – estudantes, trabalhadores, camponeses, dirigentes sindicais, profissionais liberais, fossem socialistas, comunistas ou militantes de qualquer outra tendência de esquerda, ou mesmo sem filiação política, mas contrários ao golpe de Estado ou implicados na formação de Cordões Industriais (BANDEIRA, 2008, p. 565)

A imposição do estado de guerra e a ações repressivas praticadas pelas forças militares após o golpe podem ser enquadradas nos aspectos da doutrina contrainsurgente levantados por Marini (2019), sendo o primeiro aspecto da doutrina o enfoque militar à luta política, nesse sentido, o inimigo a ser combatido não deve ser apenas derrotado como aniquilado, o que implica ver a luta de classe como uma guerra, o que justifica a adoção e táticas e métodos militares de luta.

Um segundo aspecto da doutrina considera o movimento revolucionário como algo externo à sociedade em que se desenvolve, assim, entende a provocação como infiltração de um inimigo. Em terceiro, para restabelecer a saúde do organismo social afetado, isto é, a da sociedade burguesa e sua organização política parlamentar e liberal, prevê o restabelecimento da democracia após o período de exceção.

A validade do regime democrático não se perde, porém, passa por um período de limitação e suspensão durante a campanha de aniquilamento. Mediante a conquista de bases sociais, marcha rumo à institucionalização, que é vista como o restabelecimento pleno da democracia burguesa (MARINI, 2019)

4 A CONSTRUÇÃO DA REPRESSÃO

Neste capítulo, será abordado como o Brasil auxiliou na construção do aparato repressivo após o golpe militar no Chile. No entanto, é preciso compreender as razões que levaram o governo brasileiro a cooperar com a Junta Militar. Assim, o capítulo foi dividido em quatro tópicos: o primeiro, sobre o interesse comercial do Brasil com a expansão comercial chileno e da segurança nacional frente à quantidade de exilados brasileiros no território andino.

No segundo tópico, será abordado o aparato repressivo brasileiro, sua construção e operacionalização em território nacional, a ponto de ser considerado, pela comunidade de informação como “um modelo a ser exportado por sua eficiência” (FICO, 2001); a respeito deste “modelo brasileiro” exportado, o trabalho buscou compreender de que forma sua influência operou na construção da repressão no Chile.

Nesse sentido, o terceiro tópico abordará sobre a construção da DINA e a influência do Brasil na sua organização, tendo oferecido seu modelo e formação técnica aos militares chilenos. No último tópico, será demonstrada a operacionalização do novo sistema de inteligência criado no Chile.

4.1 O interesse brasileiro sobre o Chile

A diferença de nove anos de um golpe para o outro fez do Brasil um modelo a ser seguido pelos militares chilenos. O general Leigh, em conversa com o embaixador Câmara Canto, disse que o Chile deveria seguir o mesmo caminho que o Brasil, pois, o modelo da “Revolução Brasileira” de 1964 era o mais adequado para os países latino-americanos, em vista do crescimento e estabilidade política existentes no país, que comprovam o sucesso das linhas de ação⁸⁸.

O apoio dos militares e civis aliados da ditadura brasileira foi importante na construção do golpe militar de 11 de setembro de 1973. No ano do golpe, a situação econômica, política e social dos dois países era diferente: enquanto o Brasil se apresentava ao mundo como potência regional, no Chile, faltavam suprimentos básicos para atender à população.

A relação do Brasil com o Chile, ainda no governo de Salvador Allende, era dúbia, pois, se o programa de governo da UP proporcionou, com a nacionalização das indústrias estratégicas, o aumento de renda da população e, conseqüentemente, o aumento do consumo; então, interessava ao governo de Médici transformar o país em parceiro comercial, tendo em

⁸⁸ *Brazilian Embassy Santiago*, Telegram, “Relações Chile-Brasil, Afirmacao do General Leigh” [*Chile-Brazil Relations, Statements by General Leigh*], SECRET, December 8, 1973. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/20762-09>. Acesso em: 11/05/2023.

vista o aumento da produção da indústria nacional, porém, a permanência de um governo marxista próximo à fronteira brasileira representava uma ameaça à segurança nacional, considerando que Santiago se tornou a “capital do exílio”⁸⁹ com a ida de brasileiros perseguidos e expulsos do país⁹⁰.

Mesmo no governo de Salvador Allende⁹¹, as relações comerciais entre os dois países se mantiveram, o governo Médici⁹², em 1971, disputou a venda de mil ônibus da Mercedes-Benz do Brasil à Empresa de Transportes Coletivos (ETC), empresa estatal chilena (SIMON, 2021). Contudo, a oferta de crédito e subsídios para acessar produtos brasileiros aumentou após o golpe militar, pois, além do interesse econômico do país em expandir sua produção na região, fortalecer o novo governo era garantia de novos aliados políticos. A afinidade entre as duas ditaduras militares abriu oportunidades de negócios. Após o golpe, produtos bélicos de fabricação brasileira, da indústria brasileira Engesa Engenheiros Especializados S.A, foram enviados às Forças Armadas e Carabineiros do Chile.

Após o golpe militar em 1964, o Brasil buscou a estratégia de construção de uma indústria de defesa⁹³. Na mesma época, os Estados Unidos⁹⁴ começam a restringir o envio de produtos bélicos aos países latino-americanos, o que, por sua vez, levou o governo brasileiro a buscar o mercado europeu e estimular a produção nacional de seu próprio arsenal (política condizente com o processo brasileiro de substituição de importação). Dentre as empresas

⁸⁹ Em documento oficial, datado em 1970, um informe elaborado pelo CENIMAR relatava sobre “Brasileiros Asilados” e “Refugiados no Chile”, que após o decreto do AI-5 constatou intenso fluxo de refugiados brasileiros ao Chile. No mesmo documento o agente relata sobre a criação de um “comitê chileno de solidariedade aos torturados brasileiros”, organizado por Pablo Neruda, mas que, segundo o agente, tinha certeza da participação de brasileiros na sua elaboração. O plano do comitê, como apontado, tinha como objetivo desmoralizar o regime brasileiro e contava com a ajuda da Unidade Popular para fazer repercutir o movimento. In: Arquivo Nacional: Dossiê: Sistema Nacional de Informação: Brasileiros Asilados no Chile, 19/04/1970.

⁹⁰ Os países da América do Sul foram os principais locais de refúgio pelos perseguidos políticos brasileiros e, justamente por isso, a repressão passou a se estender na região. O Uruguai foi o principal destino escolhido entre os brasileiros, e foi lá o início da atuação dos agentes de repressão, e depois, em países que concentravam o maior número de exilados (MARQUES, 2011).

⁹¹ O presidente Salvador Allende evitava o confronto com o regime brasileiro, e, através das relações comerciais buscava uma oportunidade diplomática de diálogo entre os dois países (SIMON, 2021).

⁹² No caso brasileiro, apesar das diferenças ideológicas, o desejo de promover a indústria brasileira era maior, assim, não apenas com o Chile, mas outros países da África, como a Angola e Moçambique e Ásia (China), recebiam produtos brasileiros. A diferença com o Chile, no entanto, está na distância que esses países estão com o Brasil, o que representava um grau menor de ameaça a segurança do país.

⁹³ Dentre os motivos econômicos e políticos levantados pelo governo brasileiro para o desenvolvimento da indústria bélica, está a segurança do país no contexto de Guerra Fria; segundo, criar condições para transformar o país potência bélica internacional na lógica do “Brasil Potência”; terceiro, a promoção do desenvolvimento da industrialização brasileira. Em paralelo com ao processo de industrialização nacional, a indústria de defesa alcançou a 11ª na exportação de produtos bélicos em 1983 (STRACHAMN; DEG’IESPOSTI, 2010).

⁹⁴ A partir de 1977, com a vitória de Jimmy Carter (1977-1981) o congresso estadunidense impôs severas restrições no envio de material bélico ao Brasil, em razão de denúncias de violação de direitos humanos cometidas no país, e cancela o tratado de 1952 de assistência militar entre os dois países, levando, dessa forma, ao Brasil a construir sua própria indústria de defesa nacional (STRACHAMN; DEG’IESPOSTI, 2010).

pertencentes a esse setor industrial, algumas chegaram a criar produtos de elevado grau tecnológico, como a Engesa (STRACHAMN; DEG'IESPOSTI, 2010).

No entanto, foi a partir de 1974, no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979⁹⁵), que o país se tornou o segundo maior fornecedor de armas no Chile, atrás apenas dos Estados Unidos, impulsionando a incipiente indústria de defesa brasileira. E, diante das denúncias de repressão contra Pinochet, a parceria comercial se fortaleceu no momento em que havia restrição dos países europeus no envio de armas (AGUERO, 1980).

Nesse sentido, o Brasil⁹⁶ se tornou um aliado regional na busca armamentista das Forças Armadas, sob a justificativa de combater os inimigos internos. O apoio oferecido no envio de armamentos se limitava à manutenção da ordem interna, ou seja, não poderiam ser enviados materiais que visassem o fortalecimento militar para a guerra externa⁹⁷. O fortalecimento se deu através do plano de relacionamento entre as Forças Armadas de ambos os países, em 1973, o que resultou no intercâmbio de visitas e experiências e o apoio institucional.⁹⁸

O objetivo estratégico do Brasil era evitar o isolamento do país, que passou a ser cobrado pelas denúncias de violação de direitos humanos repercutidas na mídia internacional, além da busca por assegurar a viabilidade do novo governo. Com a crescente importância econômica que o Brasil vinha adquirindo, o governo Médici passou a defender praticamente todas as candidaturas chilenas nos Organismos Internacionais, tanto regional como mundial.⁹⁹

O governo brasileiro, logo após reconhecer a Junta Militar, enviou para o país 20 toneladas de medicamentos (aspirinas, filmes radiográficos, ataduras prontas e gesso) e gêneros alimentícios (arroz, farinha, leite em pó, café, açúcar, azeite). No entanto, a ajuda não ficou restrito ao envio desses produtos, segundo Bandeira (2008), o Banco Central do Brasil se comprometeu a entregar ao Chile um crédito de US\$200 milhões. O pedido foi do almirante Toribio Merino, um dos integrantes da Junta, ao embaixador Câmara Canto, para iniciar a gestão do país que contava apenas com US\$1,2 milhões disponíveis (BANDEIRA, 2008).

⁹⁵ No governo de Geisel, o alinhamento público do governo Médici à Junta Militar chilena deu lugar a uma aproximação discreta, em vista do processo de abertura política iniciada no período (SIMON, 2021).

⁹⁶ Contudo, do lado brasileiro, o governo Geisel restringia a relação com o Pinochet ao comércio, pois com o processo de abertura política iniciado no seu governo as denúncias de violação de direitos humanos no Chile poderiam interromper esse processo (SIMON, 2021).

⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil); ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Dossiê Chile: vol. 6. Cb10, 1973. BR DFANBSB 2M.0.0.116. Arquivo Nacional de Brasília.

⁹⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Chile); Embaixada do Chile no Brasil. *Ejemplar nº 6, hoja nº 1*. E. BRASÍLIA SEC. Nº 694/5.

⁹⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Chile); Embaixada do Chile no Brasil. *Ejemplar nº 6, hoja nº 1*. E. BRASÍLIA SEC. Nº 694/5.

Contudo, a relação entre os dois países também se deu através da rede de monitoramento¹⁰⁰ que passou a operar no território chileno, com trocas de informações sobre os inimigos internos, fortaleceram-se os laços entre os militares dos dois países. A movimentação política realizada por exilados preocupava os militares brasileiros, que, diante dos princípios de soberania que regem a ordem internacional, precisou contar com a força militar do outro país para estender as atividades repressivas contra os perseguidos políticos (MARQUES, 2011).

4.2 O serviço de inteligência brasileiro

É possível compreender, ao estudar a origem da construção do sistema de informação no Brasil, que a preocupação com a segurança nacional contra um “inimigo interno”, foi uma característica constante no seu desenvolvimento, antes mesmo da elaboração do conceito da Doutrina de Segurança Nacional, incorporado pelo Serviço Nacional de Informação, em 1965.

O primeiro registro oficial da atividade de informação no Brasil remonta ao período do presidente Washington Luís, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional, sob o Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927. O objetivo da criação do conselho foi acompanhar os acontecimentos que se seguiam no início do século XX¹⁰¹, sua missão foi reunir “informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à pátria” (BRASIL, 1927, s/p) que, segundo Figueiredo, não explicava muita coisa sobre como o novo conselho iria atuar, contudo, poderia ser utilizado conforme a conveniência e, na maior parte das vezes, contra o povo, sendo essa uma característica do serviço secreto do Brasil (FIGUEIREDO, 2005).

Na década de 1930, sob a presidência de Getúlio Vargas, houve uma nova organização do Conselho de Defesa Nacional com a criação da Comissão de Estudos de Defesa Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional, que passou a contar com escritórios dentro dos ministérios civis, as chamadas “Seções de Defesa Nacional” como forma de auxiliar o CSN nos estudos das questões relativas à segurança nacional (ANTUNES, 2002, p. 46) e as Forças Armadas ficariam à disposição do conselho para estudar “questões regionais” (FIGUEIREDO, 2005).

¹⁰⁰ Isso explica o motivo da ditadura brasileira aceitar o envio de 70 presos políticos ao Chile a mando da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que, em troca, libertou o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado no Rio de Janeiro, em 1970 (SIMON, 2021).

¹⁰¹ No período que compreende o início do século XX ocorreu no Brasil a Guerra do Contestado, em Santa Catarina, com mais de 3 mil mortos (1912-1916); as greves operárias no Rio de Janeiro e São Paulo, com mais de 65 mil pessoas paradas (1917-1918); a fundação do partido comunista brasileiro, o PCB (1922); o Movimento Tenentista, movimento político-militar onde oficiais de baixa patente se voltaram contra o governo central, a Coluna Prestes que percorreu do Rio Grande do Sul ao Maranhão (1925-1927). No contexto global, explode a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917), além da crise econômica no final da década de 1920, com a quebra da bolsa de valores de Nova York (1929) (FIGUEIREDO, 2005).

Após o golpe de Estado em 1937, Getúlio Vargas decretou uma nova Constituição Federal¹⁰², e responsabilizava o novo Conselho de Segurança Nacional (CSN) e dos órgãos especiais criados previsto no Artigo 162, na coordenação dos estudos relacionados à segurança. O conselho era presidido pelo presidente da república e constituído pelos Ministros de Estado e Chefes de Estado-Maior do Exército e da Marinha (BRASIL, 1937). Apesar das novas formas de organização e alterada a denominação, a atividade permaneceu limitada a assuntos de defesa da pátria (ANTUNES, 2002).

Um mês após o fim da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas foi derrubado por um golpe militar em outubro de 1945 e substituído pelo seu ex Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra¹⁰³. Durante o governo de Vargas, Dutra foi responsável, junto com o ex-comandante da Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, a operacionalizar um serviço secreto clandestino, com o objetivo de monitorar opositores políticos (FIGUEIREDO, 2005). O novo presidente, dada a sua experiência no governo anterior, reconheceu a deficiência do serviço secreto no Brasil, que, diante do início da Guerra Fria¹⁰⁴, mostrava-se frágil no cumprimento da defesa nacional. Para Antunes (2002):

O começo da Guerra Fria de certa forma obrigou a maioria dos países a uma nova reflexão em relação à sua segurança nacional, reformulando e criando suas agências de inteligência de acordo com suas perspectivas ideológicas. Os dois grandes eixos – Estados Unidos e União Soviética – começaram a exportar homens e técnicas de treinamento na área de inteligência para os países sobre os quais exerciam influência (ANTUNES, 2002, p. 47).

Assim, sob o decreto-lei nº 9.775 de 6 de setembro de 1946, coube ao presidente da República o estabelecimento das bases na elaboração dos Planos de Guerra, que, segundo o art. 3 “é a escolha da hipótese de guerra a encarar, como a direção geral da guerra declarada” (BRASIL, 1946, s/p). Como parte dessa diretriz, o presidente Dutra dividiu a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em três seções. Na divisão, a segunda seção seria responsável por coordenar os serviços de informação e contrainformação sob o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), órgão encarregado exclusivo da coleta, análise e tratamento das informações do Brasil (ANTUNES, 2002).

¹⁰² Constituição de 1937, decretada pelo Presidente da República em 10 de novembro de 1937.

¹⁰³ O ex-ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra foi responsável pela montagem do contingente enviado à Itália para combater os fascistas. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) contou com 25 mil brasileiros, entre homens e mulheres. No campo de batalha, Dutra teve sua formação influenciada pelos militares das grandes potências (FIGUEIREDO, 2005, p. 47).

¹⁰⁴ A capacidade de destruição que as duas superpotências alcançaram com o desenvolvimento de armamento atômico contribuiu para a valorização dos serviços secretos. As bombas atômicas despejadas pelos Estados Unidos sobre duas cidades japonesas, Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945 mostraram ao mundo que não fazia mais sentido a montagem de grande contingente, pois, com apenas duas equipes de pilotos e duas bombas matou-se 150 mil pessoas (FIGUEIREDO, 2005).

Dentre as funções sob a responsabilidade do SFICI, consistia o tratamento de informações, objetivando a tomada de providência na preparação do país em caso de guerra. Contudo, a segunda seção, à qual o novo órgão estava inserido, carecia de estrutura organizacional ou administrativa e doutrinária, que, posteriormente seria fornecida pela ESG¹⁰⁵, após a criação cursos regulares em 1959 (ANDRADE, 2014).

O SFICI foi oficialmente o primeiro órgão criado no país para tratar do tema da contraespionagem e contrainformação, não obstante, sua efetivação como produtor de informações só viria a ocorrer após a sua reestruturação¹⁰⁶ no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) (ANTUNES, 2002). Sob a influência dos Estados Unidos¹⁰⁷, pretendeu-se fortalecer os órgãos de informação no combate ao comunismo. Segundo Andrade (2014), ao privilegiar a ideologia anticomunista, o serviço de informação se tornava um importante instrumento de combate à subversão ao coletar, analisar, armazenar o tratamento das informações do Brasil e manter a Presidência da República a par da situação da política interna.

Para a Priscila Antunes (2002), com base nos depoimentos obtidos, destacam-se duas perspectivas a respeito da competência do SFICI. De acordo com a declaração feita pelo coronel Ary Pires¹⁰⁸, encontrada no livro *História da Atividade da Inteligência Brasileira* (publicado em 1999, de autoria de Lúcio Sérgio Porto Oliveira), o órgão, em 1960, se encontrava bem mais estruturado. Contudo, segundo o depoimento do general Carlos Tinoco, chefe do Estado-Maior do Exército (EME) no governo de José Sarney, que, em 1964, participou da operação de ocupação das dependências do SFICI, as “informações coletadas na época eram primárias, funcionando em função de recortes de jornais” (TINOCO, apud ANTUNES, 2002, p. 53). A diferença notada pela autora é encontrada entre os depoimentos que tiveram participação ativa no SFICI, e entre pessoas que tiveram contato com sua estrutura após a criação do SNI.

¹⁰⁵ A Escola Superior de Guerra oferecia quatro cursos regulares – com status de nível superior e duração de um ano letivo, em período integral: curso superior de guerra, curso comando e estado-maior, curso de mobilização, e um exclusivo de informações (FIGUEIREDO, 2005, p. 56).

¹⁰⁶ O coronel Humberto de Souza Melo, conjuntamente com outros oficiais militares, foi enviado aos EUA e participou de reuniões com o Departamento de Estado americano, na CIA e no FBI, onde aprendeu o modo de organização e funcionamento dos serviços de inteligência (ANTUNES, 2002).

¹⁰⁷ Havia, por parte dos EUA o interesse em fortalecer as estruturas dos países integrantes da OEA que, além de prestigiar a criação do órgão de informações brasileiro, teria dado todo o apoio necessário para a sua construção. De acordo com o depoimento do general Rubens Denys, que juntamente com o general Humberto de Melo foram os responsáveis pela ativação do SFICI quatro pessoas (coronel Humberto Melo, o major Knack de Souza, o delegado de polícia José Henrique Soares e o capitão Rubens Bayma Denys) foram enviados aos Estados Unidos em 1956 com a intenção de receber instrução e orientação sobre o modo de organizar e montar um serviço de inteligência (ANTUNES, 2002, p. 48).

¹⁰⁸ Ex-funcionário da Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional

Logo após o golpe de 1964 o general Golbery do Couto e Silva¹⁰⁹ enviou ao congresso o projeto de lei nº 1.968/64 para criar um novo serviço de informações, sancionado pelo presidente Humberto Alencar Castelo Branco (1964-1967), em 13 de junho de 1964, transformou em Lei nº 4.341, o Serviço Nacional de Informação (SNI), pois, o general relatava preocupação com a ineficácia do SFICI, em garantir informações seguras, destacando a dificuldade operacional em função da subordinação do órgão ao Conselho de Segurança Nacional. Desta forma, realçou a importância de um órgão de informação que estivesse em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional.

De acordo com a lei, caberia ao novo órgão superintender e coordenar as atividades de informações e contrainformações em todo o território nacional, particularmente as que interessassem à segurança nacional. Subordinado diretamente à Presidência da República, operaria em proveito das decisões do presidente e do Conselho de Segurança Nacional. O general Couto e Silva, primeiro ministro-chefe do SNI, desde o período que ocupou o gabinete do Conselho de Segurança Nacional, defendia um órgão de informação centralizado, com recursos próprios com funcionários capacitados, como indispensável para garantir os objetivos da consolidação da ditadura (ANDRANDE, 2014).

Em 10 de dezembro de 1964, foi aprovado o regulamento do SNI sob o Decreto nº 55.194, incluindo o novo art. 4º, referente à organização do novo sistema, compreendido com uma Chefia, o próprio ministro, seu gabinete e assistentes, com sede no Distrito Federal. A Agência Central, comandada pelo então coronel João Batista Figueiredo, antes situada no Rio de Janeiro, nas dependências do antigo SFICI, foi dividida sob três seções: Seção de Informações Estratégicas; Seção de Segurança Interna; e, Seção de Operações Especiais. O decreto regulamentou a criação de agências regionais - sob a mesma divisão da Agência Central, portadora de um número reduzido de efetivos - tantas quanto fossem necessárias com sede em capitais¹¹⁰ ou em cidades importantes. Destaca-se que a flexibilidade na criação de agências regionais gerou, conforme aponta Antunes (2002, p. 56) “um verdadeiro complexo de informações”.

A Agência Central¹¹¹ era a responsável pela triagem de grande parte das informações recebidas. A divisão em três seções tinha como objetivo as seguintes atribuições: à Seção de

¹⁰⁹ O general foi chefe de gabinete da Secretaria Geral no Conselho de Segurança Nacional, sendo o responsável pela coordenação do SFICI no governo de Jânio Quadros, a convite do presidente (FIGUEIREDO, 2005).

¹¹⁰ As primeiras agências regionais foram abertas em São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco. Com o passar dos anos, o Serviço instalou agências nas principais capitais do país e em cidades estratégicas, como Foz do Iguaçu, no Paraná, e em São José dos Campos, em São Paulo (FIGUEIREDO, 2005).

¹¹¹ Inicialmente, os efetivos recrutados eram da área militar, contudo, alguns civis também foram contratados para realizar atividades específicas.

Informações Estratégicas, planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinadas, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À seção de Operações Especiais, realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizadas com outras agências. À Seção de Segurança Interna, identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial que pudessem afetar a segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados (ANTUNES, 2002).

Antes da criação da Escola Nacional de Informações (EsNI), as academias militares eram as responsáveis pela formação dos agentes, sendo, uma delas, a ESG. Após 1964, esta dedicou atenção especial às demandas do recém-criado SNI, e sob o Decreto 55.791, em 23 de fevereiro de 1965 reativou¹¹² o “Curso de Informações” com finalidade de cooperar no estudo e desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional e preparar civis e militares para funções relacionadas a informações que funcionou regularmente no período de 1965-1971. Destinado a militares, o “Curso Superior de Informações (CSI)”¹¹³, tinha duração de um ano letivo, com base na Doutrina de Segurança Nacional (ANDRADE, 2014).

Na área de informações, o papel das academias militares foi essencial para moldar o pessoal do SNI e seus parceiros aos novos parâmetros do combate à subversão. Nos bancos escolares da Escola Superior de Guerra, os agentes secretos eram doutrinados para odiar, perseguir e aniquilar o inimigo, sem culpa. [...] A chave da catequese dos agentes da comunidade de informações estava no Curso de Informações da ESG. Ali, entre 1967 e 1970, forjou-se uma geração de duros para o SNI, o CIE e outros serviços de informações das Forças Armadas (FIGUEIREDO, 2005, p. 164).

A Escola Superior de Guerra foi a principal difusora da Doutrina de Segurança Nacional, alterando seu regulamento e os cursos oferecidos, de modo a atender às prerrogativas adotadas em nome da segurança e desenvolvimento nacional (QUADRAT, 2012). A elaboração de definições e conceitos aceitos em toda comunidade de informação foram importantes na formação dos agentes civis e militares.

Para os formuladores da teoria, a informação¹¹⁴ só tem valor integral quando auxilia na tomada de decisões, portanto, a informação cuidadosamente elaborada servirá para medidas de execução, planejamentos e decisões (QUADRAT, 2012). Para esses teóricos, a obtenção da

¹¹² O curso foi criado sob o Decreto nº 43.810, de 29 de maio de 1958 para suprir a falta de efetivos especializados no SFICI. Extraído de Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE). <https://docplayer.com.br/10025355-Curso-superior-de-inteligencia-estrategica-csie.html>.

¹¹³ O curso foi incorporado na Escola Nacional de Informações criada em 1973, era destinado a formação e habilitação de analistas de informações a nível nacional e integrada a categoria “A”, voltado para formação de chefias e analistas, considerada uma pós-graduação, exigindo que aluno fosse formado nas categorias “B” ou “C” (ANDRADE, 2014, p. 91).

¹¹⁴ O termo “informação” para a ESG é definido como um conhecimento de um fato ou situação, resultado do processamento inteligente de todos os Informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução e de acompanhamento dos atos decisórios (BRASIL, 1977, p. 302)

informação ocorre em duas etapas: primeiro, corresponde ao recolhimento dos informes, segundo, no tratamento do material coletado que, processado e elaborado, resulta na informação.

Para garantir a eficácia no cumprimento das etapas relativas à disseminação ou difusão da informação e evitar esforços de diferentes órgãos na elaboração de um mesmo conteúdo, cursos para este fim foram oferecidos pela ESG. A criação do Sistema Nacional de Informação (SISNI)¹¹⁵ visava à centralização das informações coletas pelos diferentes órgãos a repassar para o SNI (QUADRAT, 2012).

O papel das Forças Armadas no combate à subversão, de acordo com depoimentos dos generais Fiuza Castro e Rubens Denys era justificado pela presença de guerrilhas em todo o território nacional, que não respeitavam as jurisdições e as fronteiras estaduais. As polícias não tinham capacidade para combater a subversão e não havia uma política federal estruturada. Segundo o general Carlos Tinoco, as Forças Armadas eram as únicas que teriam condições de combater a subversão (TINOCO apud ANTUNES, 2002).

Diante da expansão do Serviço e a eminente necessidade de agentes especializados no combater à luta armada, a Agência Central do SNI, presidida pelo Carlos Alberto Fontoura, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)¹¹⁶ contou com civis e militares na criação de um Plano Nacional de Informações (PNI), com o objetivo de dinamizar a coleta e a disseminação das informações (ANTUNES, 2002).

Segundo depoimento do general Ênio Pinheiro, o presidente e o Conselho de Segurança Nacional traçavam os objetivos permanentes com base nas informações que eram elaboradas pelo PNI (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994). Um dos papéis mais importantes exercido pelo PNI consistia na definição do órgão responsável pela elaboração da Doutrina de Informação brasileira (ANDRADE, 2014), responsabilidade que impulsionou na criação de uma escola específica para este fim.

¹¹⁵ Criado em junho de 1970, o SISNI reunia os órgãos de informações das Forças Armadas: o Centro de Informações do Exército – CIE e o Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamento de Operações e Informações CODI-DOI; o Centro de Informações da Marinha – CENIMAR; o Centro de Informações da Aeronáutica – CISA. Mantinha também as (Divisões de Segurança e Informações (DSIs) que atuavam nos ministérios civis e as Assessoria de Segurança e Informações (ASIs) instalada em diversas instituições públicas. Centro de Informações do Exterior (CIEX); e das comunidades complementares de informações, no estado (Departamento de Ordem Política e Social – DOPS e Serviço Reservado da Política Militar (P2). O SNI era o órgão cúpula do SISNI. Extraído da Comissão da Verdade de SP mostra pesquisa sobre estrutura da repressão, 20/09/2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/339-comissoes-da-verdade-de-sao-paulo-mostra-pesquisa-sobre-estrutura-da-repressao>. Acesso em: 24/01/2023.

¹¹⁶ O general Médici foi o sucessor de Couto e Silva na Chefia do SNI, no governo do presidente Costa e Silva (1966-1969).

A Escola Nacional de Informações (EsNI), criada sob o Decreto nº 68.448, 31 de março de 1971, sugerida pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), foi a responsável pela elaboração de uma nova doutrina de informação nacional, porém sua criação não se devia apenas a essa finalidade. Havia preocupação dos oficiais responsáveis pela atividade de informações e na qualificação de seus agentes, com os cursos disponíveis que não capacitavam os agentes na área de operações e contrainformações. O serviço secreto brasileiro carecia de capacitação em técnicas de espionagem, instrução de idiomas, e na formação de analistas ultraespecializados capazes de reciclar as chefias (FIGUEIREDO, 2005).

Portanto, na expectativa de solucionar o problema da elaboração da doutrina nacional de informações e de capacitação dos agentes da área de informações, foi dada autorização para que se elaborasse a Escola Nacional de Informações [...] O Gabinete do Serviço Nacional de Informações (GAB/SNI) através da Portaria nº626, de 10 de dezembro de 1976, publicou o primeiro “Manual de Informações” da Esni, que, segundo o general Ênio, regulamentava a doutrina que já vinha sendo usada em caráter experimental desde 1973. O curso foi ministrado durante toda a década de 1970 e formava cerca de 120 pessoas por ano. De acordo com os depoentes, aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos formandos eram civis. Essas pessoas foram aproveitadas pelo SNI nos vários níveis de sua estrutura (ANTUNES, 2002, p. 59).

Sob forte doutrina anticomunista, três cursos foram oferecidos pela EsNI: A (altos estudos); B (fundamentos); e, C (operações). O curso A durava um ano letivo enquanto o B e o C, um semestre. As aulas funcionavam de segunda a sexta-feira em período integral, cada curso com no máximo 30 pessoas. Os estagiários eram obrigados a praticar educação física e escolher uma entre as 7 línguas oferecidas (inglês, francês, russo, espanhol, alemão, italiano ou árabe) e o treinamento de tiro era obrigatório. O curso “A” era voltado para oficiais, abordava com profundidade temas políticos, econômicos e sociais brasileiros, com análise de conjuntura e estudos de caso (FIGUEIREDO, 2005).

De acordo com o depoimento do general Ênio, o curso oferecido pela ESG foi incorporado na nova escola, pois, era o curso mais alto de analista de informação, assim também, os cursos do Exército, do Centro de Estudos e Pessoal do Exército (CEP), localizado no forte Duque de Caxias, no Leme (Rio de Janeiro), que ofertava línguas e uma escola de informação (D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES, 1994). O curso “B” era destino aos analistas de informações, com conteúdo teórico que incluía matérias de sociologia, história e ciência política, além de ensinar como analisar documentos, redigi-los e a avaliação de pesquisas. O curso “C” consistiu em técnicas de vigilância, escutas telefônicas, métodos de interrogatório, disfarces e coisas afins (FIGUEIREDO, 2005).

4.3 A comunidade da informação

É importante destacar sobre o uso do termo “militar”, pois, ao usar “militares” é preciso compreender, segundo João Martins (2019), que não se trata de uma homogeneização do grupo, mesmo após as cassações¹¹⁷ de oficiais que haviam resistido à conspiração contra o governo de João Goulart, o embate entre diferentes correntes existentes na instituição permaneceu.

Os expurgos nas Forças Armadas durante o primeiro ano tiveram dupla função: eliminar todo o pessoal militar que estivera estreitamente associado com o governo anterior e estabelecer a predominância da ESG e da extrema direita. Foi necessário eliminar militares democratas e nacionalistas que poderiam opor-se a políticas de intensificação da repressão declarada e de favorecimento das corporações multinacionais. Era essencial a rápida eliminação de tais grupos das Forças Armadas (ALVES, 1989, p. 64).

Contudo, apesar da conhecida divisão entre os “castelistas” e radicais (da linha-dura), onde o primeiro, no plano econômico previa a abertura do mercado brasileiro, enquanto, o segundo, um incipiente desenvolvimentismo associado, após 1964, os diferentes grupos existentes convergiam no objetivo da manutenção da ditadura e no controle e reorganização da sociedade brasileira, nesse sentido, a construção de um sistema repressivo para operar na perseguição, sequestro e aniquilamento dos inimigos fazia parte da política militar presente na doutrina de segurança nacional à qual estavam submetidos.

O final da década de 60 foi marcado pela mobilização civil contrária à ditadura militar. Inicialmente, apoiadores do regime se posicionaram contra as práticas repressivas da ditadura, entre eles, está a Igreja Católica, que passou a apresentar sinais de descontentamento, sobretudo após a prisão de um padre francês e integrantes da juventude católica, em 1967, fato este que levou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a lançar um manifesto de protesto. No âmbito político, a articulação de Carlos Lacerda¹¹⁸ na formação de uma aliança entre ele, Juscelino Kubitschek e João Goulart, em 1967, batizada de “Frente Ampla”, previa eleições diretas, constituição democrática e anistia geral (FICO, 2001).

O movimento operário, mesmo desorganizado após 1964 contou com expressivas greves em Minas Gerais, na cidade de Contagem, em 1968, e em São Paulo, na cidade de Osasco, do mesmo ano. O movimento estudantil, na ilegalidade desde o governo de Castelo Branco, continuava sendo alvo de arbitrariedades e perseguições, como as invasões nas

¹¹⁷ No período de 1964 a 1967, mediante o Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964, artigo 7º, foram cassados os cargos de 1.228 militares, a maior parte de oficiais, de modo assegurar o ponto de vista hierárquico (ALVES, 1989).

¹¹⁸ Carlos Lacerda foi um político de direita que colaborou na conspiração contra o governo de João Goulart e apoiou a intervenção militar com a intenção destes cumprirem com o dever de restabelecimento da ordem para novamente passar o poder aos civis. Neste episódio de formação da “Frente”, os militares acusaram Lacerda de trazer de volta um passado que o próprio ajudou a derrubar, caso do governo de João Goulart e estabelecer relações com Juscelino Kubitschek, que perdeu seus direitos políticos no governo de Castelo Branco.

universidades que resultavam em prisões. Em 1968, o protesto estudantil contou com grande número de participantes devido à alta incidência de crimes cometidos contra seus integrantes pelas forças de segurança ou de organizações semiclandestinas que perseguiram artistas, estudantes e intelectuais¹¹⁹ (FICO, 2001).

Em 1967, a primeira ação da luta armada da facção de Carlos Marighella ocorreu no interior paulista, com a morte do fazendeiro José da Conceição Gonçalves em conflito com alguns posseiros, em 24 de setembro de 1967. Os integrantes da facção Marighella eram militantes enviados a Cuba para receber treinamento guerrilheiro. A ida do deputado Carlos Marighella¹²⁰, membro da Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967, em Cuba, causou inflexão no pensamento do político. Marighella, ao tomar conhecimento do processo revolucionário cubano incorpora e adapta a teoria castro-guevarista à realidade brasileira (GORENDER, 1987).

O primeiro princípio do que viria ser a Aliança Nacional Libertadora (ALN) era a ação. Em dezembro do mesmo ano, começaram os assaltos como forma de expropriação de fundos. A ação que causou um impacto significativo foi o assalto ao trem pagador da estrada de ferro de Santos-Jundiaí, em 10 de agosto de 1968. Até 1967, os assaltos eram inexpressivos comparados ao ano de 1968, além da prática provocada por outras organizações, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Até o ano de 1968, os assaltantes não eram identificados, sendo confundidos pelas forças de segurança como delitos sem vinculação política. No entanto, em 13 de novembro de 1968, após a identificação do carro utilizado no assalto a um carro do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG), o motorista foi preso, e submetido à tortura, revelou o comandante das ações (GORENDER, 1987).

Os diferentes órgãos de informação das Forças Armadas, a exemplo do CIE e CISA¹²¹ e CENIMAR¹²², se constituíram em instrumentos para combater grupos da esquerda armada. O

¹¹⁹ O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) é um exemplo desses grupos que praticam atos terroristas, perseguições à artistas, intelectuais e estudantes, mas eram acobertados pelos militares da “linha dura”.

¹²⁰ Carlos Marighella foi expulso do partido após sua ida à Cuba.

¹²¹ Inicialmente criado como núcleo, o Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-Sisa) em julho de 1969, no governo Costa e Silva, para se adaptar as condições do Sissegint, a Aeronáutica extinguiu o N-Sisa e criou o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), órgão de assessoramento do Ministério da Aeronáutica e a ele diretamente subordinado (ANTUNES, 2002, p. 74)

¹²² A criação do Cenimar tinha como finalidade obter informações de interesse da Marinha, inicialmente subordinado ao Estado-Maior da Armada, desmembrado pelo Decreto nº 42.687, de 21 de novembro de 1957, e regulamentado, inicialmente, pelo Decreto nº 42.688, de 21 de novembro de 1957. O Cenimar funcionava relativas a questões relacionadas aos problemas da Marinha, como controle de fronteiras marítimas e preocupação com o

CIE foi construído exclusivamente para operar nas questões relativas à segurança interna, o CISA e CENIMAR foram adaptados para a mesma finalidade. No entanto, é importante frisar que o sistema de repressão construído não deve ser lido como causa e consequência das ações dos movimentos sociais e da luta armada.

Segundo Fico (2001), as prisões arbitrárias, torturas e “desaparecimentos” levaram a esquerda a intensificar a luta contra a ditadura militar, ou, ao contrário, os militares foram surpreendidos pela mobilização popular e, portanto, construíram o maior aparato repressivo do Brasil. Não cabe ampliar neste trabalho a discussão, porém, as crescentes mobilizações da sociedade civil contra a ditadura foram transformadas em pretexto para a criação de um sistema repressivo de aniquilamento.

O decreto do Ato Institucional nº 5¹²³, consistiu no entendimento dos militares “linha dura” que não bastava ser apenas um grupo de pressão (FICO, 2001). A radicalidade¹²⁴ dos comunistas, em 1968, foi usada como prova para construir um sistema repressivo rigoroso, porém, parte dos distúrbios causados foram fomentados pelos próprios militares, como aponta o autor.

Os serviços de informações da Aeronáutica (CISA), do Exército (CIE) e da Marinha (CENIMAR) atuaram diretamente na repressão. O SNI, em tese, não atuou diretamente na operação de obtenção de informes (FIGUEIREDO, 2005), porém, segundo Fico (2001) fica claro que o SNI patrocinou prisões e interrogatórios, além do mais, violou direitos civis do cidadão por interceptar correspondências, roubo de documentos, escuta telefônica e acompanhamento da vida das pessoas, tanto da oposição como da equipe governamental (ANTUNES, 2002).

Em depoimento, o general Adyr Fiúza afirma que a principal função do Serviço era coletar as informações recebidas dos diferentes órgãos, analisá-las (arquivar, se necessário), e repassar ao seu principal cliente, o Presidente das República, a fim de conduzir decisões, planejamentos e estratégias na segurança nacional. Contudo, segundo o próprio general, nem sempre a informação era repassada ao SNI (FIÚZA apud D’ÁRAUJO; SOARES; CASTRO, 1994).

pessoal da cooperação. A partir de 1968, sob o Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, foi atribuída a Marinha o zelo pela segurança interna.

¹²³ ATO INSTITUCIONAL nº 5, 13 de dezembro de 1968.

¹²⁴ Em 1969, as ações dos movimentos de luta armada se acentuaram ao considerarem cessadas a possibilidade de ações de massas, e o número de assaltos aumentaram em vista do papel do guerrilheiro urbano na construção das guerrilhas rurais, como previa o Manual do Guerrilheiro Urbano, escrito por Carlos Marighella que usava a teoria castro-guevarista adaptada à realidade brasileira, como meio estratégico para derrubar a ditadura (GORENDER, 1987).

Havia disputas entre os diferentes órgãos por melhores informações, prisões e mortes de inimigos potenciais, aponta Figueiredo (2005). Nessa disputa, houve sobreposição dos órgãos na atuação contra movimentos sociais, guerrilheiros, estudantes e dos trabalhadores, porém, todos esses tinham os opositores do regime como adversário (2005).

Na verdade, tanto o CIE quanto o CISA e CENIMAR – três das mais assustadoras siglas do período – foram reformuladas aproximadamente ao mesmo tempo para maior eficácia do combate à “subversão”. A reestruturação, em linhas gerais, constitui em articular melhor a 2ª seção do gabinete do ministro e a equivalente do estado-maior da força (isto se deu nos casos da Aeronáutica e Exército) (FICO, 2001, p. 91).

4.4 O SISSEGIN

O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado sob o Decreto nº 60.664, de 02 de maio de 1967, subordinado diretamente ao chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Mas, no governo Emílio Médici, o ministro do Exército Orlando Geisel, subordinou o CIE diretamente ao Ministério do Exército. Sob a chefia do general Milton Tavares, o órgão atuou no combate à luta armada. Antes de sua criação, a 2ª seção do Estado-Maior, formada pelas E2 e responsável pela informação do Exército era restrita a problemas relacionados a questões externas (atividade mantida mesmo após a criação do CIE), o objetivo do novo órgão consistia na segurança interna (ANTUNES, 2002).

O CIE possuía o setor de informação e contrainformação que, segundo depoimento do major Cyro Etchegoyen, “tinha uma parte de informação muito bem montada, e que não apresentava novidade para ninguém. Porque fazer informação não tem novidade” (ETCHEGOYEN apud D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.12). No entanto, este ficou responsável pela criação do setor de Contrainformação, que, para o major, “a contra-informação é a segurança daquela informação, é a segurança do todo” (ETCHEGOYEN apud D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.12).

No entanto, para os militares da “linha dura” não bastava conhecer apenas a ameaça ao regime, mas atuar repressivamente (FICO, 2001). Somada à lentidão do sistema judiciário e as punições inexpressivas, que impediam a concretização dos objetivos da “revolução”, especialmente pela limitação imposta pela justiça, os novos órgãos de repressão passaram a operar de maneira sistemática em perseguições, prisões e interrogatórios, quase sempre utilizando a tortura como método de obtenção da informação, respaldados pelo AI-5.

A implantação do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) criado em 1970 deu amparo jurídico a uma série de ações repressivas das Forças Armadas, preliminarmente, um foro especial para crimes políticos (julgados pelos tribunais militares desde o AI-2, definição

incorporada à Lei de Segurança Nacional de 1967) e a suspensão de garantias individuais, como o habeas corpus, que se tornou permanente com o AI-5) (FICO, 2001). Assim, do mesmo modo que o Plano de Informação Nacional apoiava o SNI, uma Diretriz para a Polícia de Segurança Interna, apoiada no SISSEGIN, adotaria a estrutura da Operação Bandeirantes (OBAN)¹²⁵ como modelo nacional (FICO, 2001).

As diretrizes de criação do Sissegim estabeleciam que cada comando militar deveria ter um Conselho de Defesa Interna (Condi), um Destacamento de Operações de Informações (DOI) e um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), todos sob responsabilidade do comandante do Exército da área, que era o próprio comandante de uma das seis Zonas de Defesa Interna (ZDI) em que o país foi dividido. ZDI era o nome do espaço terrestre sob a jurisdição de um Exército ou Comando Militar da Área, para efeito de segurança interna (CNV, 2014, p. 124).

Os órgãos operacionais responsáveis pela segurança interna foram os Centro de Operações de Defesa Interna (CODI¹²⁶) e Destacamentos de Operações Internas (DOI), criados a partir das diretrizes especiais para a defesa interna, portaria a qual o presidente Médici atribuiu ao Exército e ao comando da Amazônia a responsabilidade na área de sua jurisdição (ANTUNES, 2002).

O DOI era subordinado ao CODI, este responsável pela elaboração dos informes¹²⁷ obtidos pelos agentes¹²⁸. Segundo depoimento do general-de-brigada Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do CIE e chefe do CODI em 1972, o principal cliente do SNI era a presidência da república e, para o CIE, o ministro do exército (FIÚZA apud D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994).

O objetivo do CODI era esse. Ele passou a reunir, sob a coordenação do chefe do Estado-Maior do escalão considerado, a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, a Polícia, o DPF ou o que existisse na área. Porque o comandante militar é o responsável pela segurança interna da área. Então ele coordena. Na área do I Exército, é o I Exército. Agora para coordenar o CIE, o Cenimar e o CISA, não havia um órgão (FIÚZA apud D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 52).

¹²⁵ A criação da OBAN ocorreu em São Paulo em 1969, financiada por empresários como do Grupo Ultra, Ford e General Motors. Segundo a CNV, sua criação deu-se a partir da Diretriz da Política de Segurança Pública, responsabilizando o comandante militar de cada área a centralizar informações de caráter subversivo em um único órgão sob um único comando. A finalidade da OBAN foi a necessidade em atuar de maneira conjunta e coordenada para destruir ou neutralizar a oposição de forma mais eficiente (CNV, 2014, p. 127).

¹²⁶ O chefe do CODI é o chefe do Estado-Maior do escalão correspondente. Por exemplo, o chefe do CODI do Rio de Janeiro era o chefe do Estado-Maior do I Exército (comando leste), etc. Em 1970 após a publicação da diretriz foram criados pelo Exército brasileiro os seguintes CODI-DOI: I Exército, no Rio de Janeiro (estado de Guanabara); do II Exército, em São Paulo (SP), do IV Exército, em Recife (PE); e do Comando Militar do Planalto de Brasília (DF). Em 1971, foram criados os CODI-DOI da 5ª região Militar, em Curitiba (PR); da 4ª Divisão do Exército, em Belo Horizonte (MG); da 6ª Região Militar, em Salvador (BA); da 8ª Região Militar, em Belém (PA); e da 10ª Região Militar, em Fortaleza (CE). Em 1974 foi criado CODI-DOI do III Exército, em Porto Alegre (RS). Informação extraída do relatório da Comissão Nacional da Verdade, cap. 04, p. 138-139. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo4/Capitulo%204.pdf>. Acesso em: 31/01/2023.

¹²⁷ O termo “Informe” para a ESG é qualquer dado (observação, fato, relato ou documento) que possa contribuir para o conhecimento de determinado assunto (ESG, 1979, p. 302).

¹²⁸ Os “Destacamentos” configura um corpo sem estrutura detalhada, provisória e flexível de acordo com a necessidade. O chefe dos DOI geralmente era posto de um tenente-coronel.

Segundo o relatório da CNV, os quadros do CODI-DOI foram “imbuídos de uma ideologia difundida como espírito patriótico, que os colocavam muitas vezes como soldados leais a seus comandantes, em uma guerra cujo objetivo principal era eliminar o inimigo interno” (2014, p. 138).

O sistema CODI-DOI passou a ser valorizado na comunidade de segurança como uma criação brasileira que atendia as necessidades do interesse nacional estabelecidos pela ditadura militar. Em palestra proferida em 1970 na ESG, o presidente Médici celebra: “estamos vencendo o terrorismo da minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente, e vislumbramos já a total normalização da vida nacional” (FIGUEIREDO, 2005, p. 192) Não surpreende que o modelo dos CODI-DOI fosse exportado para outros países sul-americanos, a exemplo do Chile e Uruguai, como instrumento de repressão.

Para todos brasileiros que tiveram oportunidade de manter contato com os oficiais de Informações do Exército argentino, chileno e uruguaio, é reconfortante ouvir o testemunho desses oficiais que, ao estudarem o nosso SISSEGIN, sentem que estamos certos e ficam admirados de ser ele uma criação inteiramente nossa. O Chile e o Uruguai adotaram em seus países um sistema semelhante ao nosso, adaptado às leis e às peculiaridades existentes em cada um deles. O resultado da Contra-Subversão e do Contra-Terrorismo são evidentes nesses dois países (SISSEGIN, 1974. p. 44).

4.5 O serviço de inteligência chileno

A criação de um serviço de informação independente é recente na história do Chile, apenas em 1973, logo após o golpe militar é que se iniciou a construção de um sistema com estrutura e financiamento próprios, transformado em alicerce no fortalecimento da ditadura, e como órgão repressor contra os inimigos internos. Anterior a esse período, somente as Forças Armadas contavam com órgão especializado que priorizava informações no âmbito da defesa, além do mais, as três forças atuavam de maneira desarticulada (CHILE, 1991).

Para desempenho da nova tarefa em priorizar o âmbito interno em 31 de dezembro do mesmo ano, foi criada, sob Decreto nº 517¹²⁹, a *Secretaria Ejecutiva Nacional de Detenidos* (SENDET), responsável por centralizar e coordenar ações e informações a respeito dos antecedentes dos desaparecidos, com o propósito de informar os Ministérios da Defesa e do Interior (ROJAS, 1988).

¹²⁹ A data de publicação foi de 17 de janeiro de 1974, porém anterior ao ano da data publicada, as atividades da SENDET, atuou nos três primeiros meses após o golpe militar em 1973. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=273563>. Acesso em 03/05/2023.

A institucionalização da nova secretaria garantiu a legalidade da política repressiva efetuada pelas polícias e Forças Armadas, e na adoção de critérios estratégicos na condução dos agentes. Nos primeiros dias do golpe, as prisões realizadas por militares da 2ª seção das Forças Armadas foram públicas e massificadas contra os dirigentes políticos da UP, sindicalistas, estudantes e trabalhadores, o que Gutierrez (2020) destaca ter marcado um antes e depois do método repressivo adotado.

Como destacado no art. 3ª do seguinte Decreto nº 517, a estrutura da nova secretaria seria composta por um departamento de logística, estatística, administrativo e de inteligência, este com objetivo de:

Fijar las normas por las cuales se realizarán los interrogatorios o reinterrogatorios de los detenidos; determinar el grado de peligrosidad de éstos, y mantener una coordinación permanente con los Servicios de Inteligencia de las Fuerzas Armadas, de Carabineros e Investigadores, con el fin de intercambiar y mantener al día las informaciones de que dispongan (CHILE, 1974, s/p).

Segundo Gutierrez (2020), o departamento de inteligência serviu como um instrumento legal para as práticas repressivas realizadas pela “Comisión DINA”, que mais tarde dará origem à *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), que passará a perseguir, de forma sistemática, os considerados inimigos internos. A centralização do serviço de inteligência buscava garantir eficiência na operação dos diferentes órgãos de inteligência das Forças Armadas. Em função disso, era preciso um órgão autônomo, com recursos próprios que respondesse diretamente ao executivo, e que fosse responsável pela elaboração da estratégia da condução dos agentes.

Nesse sentido, a construção de um órgão de inteligência no Chile se deu pela adoção da política contrainsurgente da Junta Militar, justificada pelo “dever moral” em restaurar a “chilenidade” contra uma ideologia dogmática e excludente inspirada nos princípios marxista-leninistas (COMBLIN, 1976). A “*Acta de Constitución de La Junta de Gobierno*”¹³⁰, publicada em 11 de setembro de 1973 pelos militares, reconhece a força pública (formada pelo Exército, Marinha, Aeronáutica e Carabineiros) como a organização do Estado responsável por assegurar a integridade física, moral, de identidade e histórico-cultural da pátria.

Que con esta fecha esta Junta asume el mando Supremo de la Nación con el patriótico compromiso de restaurar la chilenidad, la justicia y la institucionalidad quebrantada, conscientes de que esta es la única forma de ser fieles a nuestras tradiciones, al legado que los Padres de la Patria nos derajon y que la Historia de Chile nos impone y de permitir que la evolución y el progreso del país se encausen vigorosamente por los caminos que la dinámica de los tiempos actuales exigen a Chile en el concierto de la Comunidad Internacional de que forma parte (CHILE, 1973, s/p).

¹³⁰ ACTA DE CONSTITUCIÓN DE LA JUNTA DE GOBIERNO – 11 de setembro de 1973. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2017/10/padros-chile.pdf>. Acesso em: 03/05/2023.

As instituições coercitivas são construídas em regimes autoritários, de forma a preservar o governo contra pressões antagônicas internas e externas, de modo que a repressão generalizada, que marca os três primeiros meses após o golpe, repercutiu de maneira negativa no Ocidente, o que poderia resultar no isolamento do país. Ao mesmo tempo, era preciso eliminar a possibilidade de resistência interna contra a Junta Militar. A construção de um órgão de repressão que atuasse no “silêncio” e de modo sistemático, como foi a DINA, diminuiu interferências externas sobre os “excessos” cometidos contra os inimigos internos.

No caso chileno, houve três momentos diferentes na repressão: primeiro, após o golpe de 1973, em que as três ramas das Forças Armadas e da polícia atuaram de modo generalista e irrestrito, desde prisões a execuções primárias; segundo, em 1974, com a criação da DINA, órgão centralizado e controlado pelo governo que atuou de maneira sistemática com amplos poderes de operação; e, terceiro, em 1977-1978, dissolvida a DINA, foi criada a Central Nacional de Informações (CNI), submetida a maior controle e restrição, resulta na diminuição de prisões e assassinatos (POLICSER, 2017).

Desse modo, se buscou construir um organismo especializado que proporcione ao Supremo Governo, de forma sistemática e processada, informações requeridas para readequar soluções no campo da segurança e do desenvolvimento. Criada sob o Decreto-Lei 521 em 18 em junho de 1974¹³¹, a DINA era um organismo militar de caráter técnico-profissional, subordinado à Junta Militar (CHILE, 1974). Os primeiros agentes convocados para compor o novo órgão eram militares dos altos mandos das Forças Armadas e Carabineiros, além da presença de civis oriundos de repartições e empresas do Estado¹³² e ex-integrantes do *Patria y Libertad* (CHILE, 1990).

Segundo o Informe *Rettig*¹³³(1990) a DINA operou na legalidade ao expor sua estrutura organizacional, composição, recursos e efetivos. Entretanto, os artigos 9º, 10º e 11º da mesma Lei foram ocultados e disponíveis apenas em circulação restrita. O art. 9º garantia ao diretor da DINA autonomia para coordenar diretamente as atividades para o cumprimento de ações específicas, sem prejuízo de aprovação dos chefes dos serviços de inteligência. O art. 10º previa o cumprimento pela busca e apreensão sob responsabilidade da DINA. O artigo 11º revela que

¹³¹ A data de promulgação da Lei 521 foi em 14 de junho de 1974 e a data de publicação da Lei foi no dia 18 do mesmo mês e ano.

¹³² São elas, a LAN CHILE, *Ferrocarriles, Empresa Naviera del Estado, Compañia de Teléfonos e ENTEL* (CHILE, 1974).

¹³³ Informe *Rettig* é o nome que se dá ao relatório final entregue pela *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, em 9 de fevereiro de 1991, sobre as violações de direitos humanos cometidas no período da ditadura militar.

a DINA dará continuidade legal da “Comissão Dina”, criada em novembro de 1973 (CHILE, 1990).

Com a criação da DINA, cessam as disputas entre os serviços de informação das diferentes ramas das Forças Armadas e Carabineiros, sendo responsabilidade do novo órgão de inteligência o combate a guerra revolucionária (AMARÓS, 2009). A DINA era responsável por centralizar as informações realizados pelos diferentes órgãos de inteligência como também na atuação direta nas atividades operacionais, isto é, em ações repressivas como prisões, sequestros e desaparecimento.

Dentro da Lei, a DINA estava encarregada no desenvolvimento de tarefas e programas de apoio, estabelecimento de uma rede de colaboradores ou informantes no serviço público, a supervisão, aprovação e veto de nomeamentos e decisões de certos benefícios estatais, e na coordenação com outros serviços de inteligência e grupos paramilitares estrangeiros em distintas atividades desconhecidas, com o objetivo de obter fundos (CHILE, 1990).

Su estructura fue muy compleja, ya que debía organizar a sus miles de agentes y a los alrededor de cincuenta mil informantes con los que contó, según há declarado Contreras en diversas ocasiones. En la cúspide había na comandancia al mando del director ejecutivo, Manuel Contreras, y por debajo funcionaban subdirecciones, departamentos, brigadas y agrupaciones. La DINA también contaba con equipos asesores y unidades encargadas de actividades concretas, como inteligencia electrónica, contrainteligencia, e incluso con profesionales que asesoraban a la organización en los campo legal y sanitario, incluido dentro de este último la participación y “asesoramiento” de médicos en las sesiones de torturas (AMÓROS, 2009, p. 13).

A criação de uma agência especializada como a DINA previa o cumprimento da política de extermínio contra os “inimigos internos” decretado pela junta militar e, em particular, por sua máxima autoridade, Augusto Pinochet; da mesma maneira, foi decisiva na consolidação do general como Presidente da República, em dezembro de 1974 (AMORÓS, 2009). A DINA tinha como diretor o general Juan Manuel Guillermo Contreras Sepúlveda, braço direito do presidente da Junta, o general Pinochet, que buscou fortalecer o seu poder com a disposição do serviço secreto.

Segundo Policser (2017), os governantes autoritários enfrentam um dilema entre fortalecer as instituições armadas e policiais e criar uma organização coercitiva poderosa para atingir seus objetivos, tais como conquistar e manter o poder, perseguir inimigos e controlar a população, no entanto pode ser tão poderosa a ponto de ameaçar o próprio poder (POLICSER, 2017).

Ainda segundo o autor, nos regimes democráticos, os governantes também devem considerar a organização militar e das polícias para que apliquem a coerção de maneira

controlada e efetiva, para evitar excessos. A diferença entre um regime democrático e o outro, o regime autoritário, está fundamentalmente marcada pela repressão, que define a própria política daquele que governa: “*los dictadores pueden ejecutar sumariamente sus enemigos, opción que no tienen los gobernantes democráticos. Asimismo, si pierden el control del poder, los dictadores también pueden ser ejecutados por sus inimigos*” (POLICSER, 2017, p.23).

A doutrina da contrainsurgência foi adotada em vários países da América Latina, com características semelhantes durante um mesmo período por agentes de segurança como a polícia e as Forças Armadas, o que confirma sua origem comum. Os esforços contrainsurgentes, na América Latina apresentam a seguinte estrutura ideológica: primeiro, profundo anticomunismo; segundo, a ideia de combate à guerrilha como uma guerra total; terceiro, todo o continente deve dar uma resposta ao comunismo internacional; quarto, a convicção de que as guerrilhas não respeitam as leis básicas nem a moral que rege a guerra, portanto a contrainsurgência deve responder com os mesmos métodos (POLICSER, 2017; INFORME RETTIG, 1991).

Nesse sentido, Policser (2017) levanta três hipóteses sobre a ascensão da DINA, em que não cabe, neste trabalho discutir as duas primeiras, porém, a terceira permite compreender as conexões desses agentes com militares de outros países. Os três argumentos básicos se entrelaçam na explicação da história e na evolução do regime. O primeiro argumento, caracteriza a criação da DINA como um desenvolvimento natural dentro da evolução do regime; segundo, como instrumento para a consolidação do poder de Pinochet, o terceiro, como mecanismo principal utilizado pelo diretor Manuel Contreras, para aplicar a doutrina de contrainsurgência (POLICSER, 2017).

Contudo, não havia, na DINA, a intenção de elaborar uma nova teoria, como mostra nos três argumentos que dão razão da sua existência. Os centros difusores da doutrina da contrainsurgência foram concentrados nos Estados Unidos, na França, Argentina e Brasil, somado ao histórico anticomunismo das Forças Armadas chilenas, presente desde sua formação sob a influência da doutrina prussiana¹³⁴. Os agentes da DINA não elaboraram uma doutrina para seguir, no entanto, as práticas adotadas nas ações repressivas são coerentes com a formação que receberam nas escolas estrangeiras.

Anterior à criação da DINA, os estudos sobre inteligência eram realizados exclusivamente no interior das Forças Armadas. A *Escuela de Inteligencia do Ejército* foi criada

¹³⁴ O processo de modernização do exército chileno contou com uma missão prussiana que influenciou o comportamento dos militares até os dias do golpe de 1973. Os valores constitucionalistas se devem a doutrina prussiana, que consistiu na preparação dos militares, criou centros de instrução, reformou a organização do exército, a modernização dos equipamentos militares e garantiu o aumento do número de efetivos e da reserva (AGUERA; BUSTAMANTE; VARAS, 1980).

em 1974 para formar quadros especializados, inicialmente subordinada ao *Estado Mayor General*¹³⁵ oferecia, de modo informal, desde 1964, cursos regulares sobre inteligência, ministrados em outras repartições da instituição (PRIETO, 2002). O curso era restrito a cargos de oficiais e suboficiais. O acesso à área da informação era exclusivo aos militares¹³⁶, limitando a participação dos civis em cursos de extensão como docentes, composto por civis e militares.

O *Servicio de Inteligencia Militar* (SIM) do Exército, o *Servicio de Inteligencia Naval* (SIN)¹³⁷, *Dirección de Inteligencia dos Carabineiros* (DICAR)¹³⁸ criado em 1974, e o *Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aerea* (SIFA), criado em 1974, subordinado à *Dirección de Operaciones del Estado Mayor de la Fuerza Aérea*, substituíram a política de defesa pela segurança interna e passaram a operar como órgãos de repressão¹³⁹.

A atuação de cada órgão foi concentrada de modo sistemático no combate dos diferentes partidos políticos e o movimento armado de esquerda no Chile. Após o golpe, por exemplo, o *Servicio de Inteligencia Militar* (SIM) passa a perseguir de forma violenta os políticos da Unidade Popular. Sua atuação foi maior na capital, Santiago, porém, após a criação da DINA a área de atuação deste órgão foi reduzida, além do envio de uma parte de seu contingente (mais qualificado tecnicamente) para a nova agência.

Com a extensão da DINA, no segundo semestre de 1974, a coordenação entre os dois órgãos se estreita, e “*personas que son arrestadas en ciudades de provincia, especialmente del sur del país, son primero interrogadas por el SIM y luego entregadas a la DINA en Santiago, que empieza a disponer de lugares propios de detención y tortura*” (ROJAS, 1988, p.14). A articulação entre os dois órgãos revela o trabalho da Junta Militar em centralizar a responsabilidade na DINA na coordenação dos métodos repressivos.

¹³⁵ Atualmente faz parte do Comando de Institutos Militares que reúne todos os centros de inteligência do exército chileno (PRIETO, 2002).

¹³⁶ A Academia Nacional de Estudios Políticos e Estratégicos (ANEPE) criada em 1974 sob inspiração da Escola Superior de Guerra do Brasil (ESG) foi um instituto de nível superior que passou a formar militares e civis com objetivo de aumentar o conhecimento sobre Segurança e Defesa Nacional. Segundo Prieto (2002), realizam desde várias décadas cursos de formação para militares (Curso de Alto Mando) e empregados civis que compõe o Estado (Formação em Estudos Políticos e Estratégicos).

¹³⁷ O serviço de inteligência da Marinha foi criado em 1965 sob o nome Departamento de Inteligencia del Estado Mayor General de la Armada e em 1968 passou a se chamar Serviço de Inteligencia Naval. O serviço de inteligência da Marinha é constituído apenas por militares tanto da ativa como da reserva. Em 1986 e até os dias de hoje o serviço passou a ser chamado de Dirección de Inteligencia de la Armada (DIRINTA).

¹³⁸ O Servicio de Inteligencia de Carabineiros (SICAR) era subordinada ao Ministério do Interior, após o golpe de 1973, foi substituída pelo DICAR sob o comando do Ministério da Defesa.

¹³⁹ Que, a partir de 1975, será denominada de “Comunidade de Inteligência”, funcionando sob o mesmo edifício os órgãos da DINE, SIN, DIFA e a DICAR, na tentativa de unificar no mesmo local a sede administrativa do trabalho da inteligência. Estes órgãos passaram a se reunir com o diretor da DINA uma vez por semana para reunir as informações coletadas (CHILE, 1990).

O Serviço de Inteligência da Força Aérea, o SIFA, esteve ligado à prática sistemática do uso da tortura. Até 1976, era o serviço de inteligência mais eficiente¹⁴⁰ no combate aos comunistas depois da DINA (ROJAS, 1988). O efetivo do SIFA foi formado por oficiais, suboficiais, soldados e civis integrantes do grupo paramilitar *Patría Y Libertad*. Após o golpe, o SIFA concentrou seus esforços repressivos contra militares que resistiram ao golpe, o caso mais conhecido é o do Brigadeiro-General Alberto Bachelet, morto ao ser submetido à tortura.

4.6 A influência brasileira na construção do aparato repressivo em território chileno

A diferença de nove anos entre os dois golpes militares foi o tempo necessário para o Brasil aperfeiçoar seu aparato repressivo. Os métodos adotados criados na época colonial contra os povos indígenas e pessoas escravizadas e, posteriormente, no período republicano contra a classe trabalhadora, pobres e marginalizados. Na ditadura militar de 1964¹⁴¹, a repressão foi concentrada contra pessoas organizadas em entidades estudantis, sindicais e partidos políticos de esquerda, considerados pelo regime como inimigos internos. A força e a violência como técnicas de controle social, no Brasil e em outros países da América Latina, irão respaldar a formação de um poder armado destinado a preservar o status quo.

O golpe militar brasileiro é compreendido como a primeira ditadura de segurança nacional imposta na América Latina orientada pelos Estados Unidos (PADRÓS, 2009). Contudo, a doutrina não respondia à realidade que os países em desenvolvimento enfrentavam, pois, apesar da influência dos Estados Unidos possuir relevância significativa nas academias militares, não foi a única fonte que os brasileiros importaram. A doutrina reelaborada pela Escola Superior de Guerra, a partir da própria realidade, buscou superar as questões internas relacionadas à segurança que não atingiam as potências mundiais, como a questão do desenvolvimento.

A Escola Superior de Guerra foi a difusora da doutrina de contrainsurgência e formou parte dos militares que, posteriormente, estiveram nos maiores postos do Serviço de Inteligência Nacional. Segundo Martins (2019), embora a influência da ESG¹⁴² tenha diminuído nos

¹⁴⁰ Uma das hipóteses da eficiência do serviço de inteligência da Força Aérea foi a disputa entre o general Augusto Pinochet, Comandante do Exército e o general Gustavo Leigh, Comandante da Força Aérea.

¹⁴¹ A perseguição contra pessoas organizadas também ocorreu durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). Desde 1927 o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade e seus dirigentes e militantes perseguidos e presos.

¹⁴² O autor apresenta sua perceptiva em duas teses centrais em contraposição a visão dualista da ditadura militar (1964-1985): a primeira está no fato de existir um grupo militar liberal nos pós 1964, pois desde o surgimento da ESG, o grupo liderou as correntes militares golpistas. No plano do discurso ou dos projetos, embora o grupo castelistas se apresentasse como defensor da “democracia ocidental”, a teoria dos “objetivos permanentes” da Doutrina de Segurança Nacional, anulava os princípios básicos do liberalismo moderno. A segunda é a própria configuração dual do quadro militar no pós-1964 a qual o autor considera incorreta, pois apesar dos expurgos de

governos de Costa e Silva (1968-1969) e de Emílio Médici (1969-1974), Fico (2000) constata que a ideologia difundida na doutrina da Escola permitiu que as forças de segurança criassem um eficaz aparato de repressão, legítimo para o uso da violência.

Era do interesse do governo Médici impedir que o hemisfério sul-americano fosse tomado por governos contrários à ditadura brasileira, com o apoio do assessor de Segurança Nacional dos EUA, Henry Kissinger, em transformar o país em aliado para promover ordem na América do Sul e projetar a influência dos Estados Unidos no continente. No entanto, segundo Spektor, o Brasil não queria dividir os custos da Guerra Fria com o governo de Washington, pois apesar de estar na luta contra o comunismo seu apoio seria decidido de acordo com o seu “interesse nacional” (2009, p.49).¹⁴³

As eleições no Uruguai, com margem à vitória do partido Frente Amplia (FA)¹⁴⁴ - coalização política de esquerda - representava para o Brasil e a Argentina uma ameaça à segurança nacional. Fundada em 05 de fevereiro de 1971, sob inspiração da Unidade Popular no Chile, visava à construção de uma alternativa ao tradicional bipartidarismo, onde apenas dois partidos, o Nacional e Colorado, disputavam o poder. O temor de Brasília era que ocorresse no Uruguai algo como o ocorrido no Chile (BANDEIRA, 2008). “Pois, desde o nascimento como nação independente, o país serviu como Estado-tampão entre as duas potências sul-americanas, Brasil e Argentina” (SPKETOR, 2009, p. 52).

A tese de que o Brasil atuou de maneira servil aos Estados Unidos pode ser questionada quando o presidente Médici, consultado pelo secretário do Tesouro, John Connally, enviado pelo presidente Nixon a Brasília, apresentou novas informações sobre as atividades brasileiras na Bolívia e no Uruguai, porém, questionado sobre assuntos relacionados ao Oriente Médio, não respondeu sobre a visão do país com a América do Sul (SPKETOR, 2009).

Em relação ao Chile, especificamente, o Itamaraty, na presença do Gibson Barbosa, disse ser importante que os americanos não intervissem diretamente no país, para evitar fortalecer a posição de Allende, e informou que os serviços de inteligência brasileiros

militares nacionalistas e populares, as correntes políticas atuantes nas Forças Armadas brasileiras caracterizam-se de maneira plural e por uma complexidade de fatores que impedem uma análise em termos duais (MARTINS, 2019, pp. 159-1960).

¹⁴³ No plano das ideias, a opção do país não tendia ao expansionismo, mas sim, ao desenvolvimento interno, entretanto, o conceito de “Brasil potência” – que o regime no governo Médici escolheu para caracterizar o comportamento brasileiro no mundo, a expressão representava a imagem de um país em ascensão na busca por maior participação na gerência do sistema internacional (SPEKTOR, 2009, pp. 44-45).

¹⁴⁴ A coalização era formada pelos Partidos Socialistas, Comunistas, Democrata-Cristão e por setores do Partido Colorado e do Partido Nacional (*blanco*) e concorreria às eleições marcadas para o dia 28 de novembro de 1971, conforme a constituição de 1966. O candidato em questão era o general Líber Seregni, um militar democrata, nacionalista, que protestou contra as ações repressivas empreendidas pelo governo autoritário de Jorge Pacheco Areco (BANDEIRA, 2008).

indicavam que a situação chilena estava em deterioração, sendo sua derrubada algo inevitável. A percepção do embaixador indicava que a presença dos Estados Unidos era a maior ameaça aos interesses regionais brasileiros, entretanto, a posição do Médici apontou a uma direção oposta, ao propor que era necessário fazer alguma coisa para derrubar o governo de Allende desde que as ações fossem encobertas (SPKETOR, 2009).

É sabido¹⁴⁵ sobre a participação da embaixada brasileira em Santiago como propagadora do golpe militar contra Salvador Allende. O diplomata Antonio Cândido da Câmara Canto tornou-se embaixador no Chile em 1968 e permaneceu até setembro de 1975¹⁴⁶. Canto era um homem de direita e não aceitava a vitória legítima de Salvador Allende, candidato marxista. A embaixada brasileira sob chefia de Canto serviu como reduto para encontro de militares e civis que preparavam o golpe. O Embaixador era considerado o 5º homem da Junta Militar (BANDEIRA, 2008).

No entanto, o contato dos militares brasileiros com os oficiais chilenos não foi mediado pelo embaixador, havia uma conexão direta entre as forças militares dos dois países. O reconhecimento e o envio de agentes militares brasileiros logo após o golpe demonstram esta aproximação. O adido militar Walter Mesquita de Siqueira, sucessor do coronel Mario de Assis Nogueira (1969-1971) e homem de confiança pessoal do general Orlando Geisel, ministro da Guerra, era quem transmitia diretamente todas as informações coletadas do Alto Comando das Forças Armadas chilena (BANDEIRA, 2008).

Un oficial del aparato de inteligencia brasileño Servicio Nacional del Informaciones (SNI) confirmo en 2000 que los oficiales de inteligencia de otros países latino-americanos llegaban a tres bases de Brasil, en el decênio de 1960, para adiestrarse en guerra contraguerrillera, “técnicas de interrogatório” y métodos de represión. Dio a conocer que a partir de 1969 equipos combinados “recopilaban información que más tarde se utilizo para la represión política (MACSHERRY, 2009, p. 97).

¹⁴⁵ Sobre a participação da embaixada brasileira na construção do golpe militar no Chile em 1973, ver: BURNS, Mila. **El modelo brasileño**: la influencia de Roberto Campos y Câmara Canto en la dictadura chilena. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.69707>. Acesso em: 12/04/2023; BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **A fórmula para o caos**: a derrubada de Salvador Allende. São Paulo, Editora Civilização, São Paulo, 2008.

¹⁴⁶ Quando deixou o cargo, recebeu do general Pinochet um jantar de despedida. *In*: EMBAIXADOR brasileiro era amigo de Pinochet. Folha de São Paulo, Brasília, 12/09/2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/14439-embaxador-brasileiro-era-amigo-de-pinochet.shtml>. Acesso em: 20/03/2023.

O caso notório da presença de militares brasileiros no Chile foi denunciado¹⁴⁷ por ex-presos políticos no Estádio Nacional¹⁴⁸. Cerca de 4.400 prisioneiros foram detidos no estádio e, destes, cerca de 50 eram brasileiros. Em depoimento, o médico Otto Brockes, preso no Estadio Nacional, em 1973, relata ter sido levado para ser interrogado por um agente chileno, sendo orientado por dois brasileiros, porém, não afirmar que o orientador fosse militar, por este não vestir farda (CNV, 2014).

Outro depoimento que denuncia a presença de agentes brasileiros no Estádio Nacional é do Osni Geraldo Gomes, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), segundo ele, era fácil identificar um agente brasileiro pelo tom da pele, pois, naquele contexto era raro encontrar um cidadão chileno preto, além do mais, eles não falavam com os militares chilenos, passavam papéis e o militar chileno perguntava em “portunhol” as questões elaboradas pelos agentes brasileiros a serem feitas aos prisioneiros, em particular, questões relacionadas a atividades no Brasil e à esquerda brasileira (CNV, 2014).

A experiência no Estádio Nacional por Osni revela os métodos de tortura adotados no Brasil exportados ao Chile, como o pau-de-arara, instrumento de repressão criado no período colonial e amplamente utilizado durante a ditadura brasileira, e que foi no país andino, conforme o relato:

[...] me levaram pra um outro quartinho e ali eu já vi o que ia acontecer, eu vi que tava tudo pronto, pau de arara pronto, maquineta de dar choques e eles me penduraram no pau de arara e começaram a me interrogar aí em português e me deram choques, enfim, o tratamento tradicional[...] (CNV, 2014, p.19).

No começo das sessões de tortura, Osni revela ter avistado a entrada de oficiais chilenos para observar a atuação de agentes brasileiros considerados profissionais, como uma espécie de treinamento. A “tortura científica”, posteriormente adotada pelos chilenos evidencia o resultado desta observação. Antes da chegada dos brasileiros, a conduta dos agentes chilenos era improvisada. Em entrevista ao autor Roberto Simon (2021), Nilton Bahlis, detido no Estádio,

¹⁴⁷ Os depoimentos de ex-presos políticos no Chile podem ser consultados na Comissão Nacional da Verdade (2014), em depoimentos de vítimas civis. No livro *68, a geração que queria mudar o mundo: relatos*, organizado por Eliete Ferrer. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia, 2011. E, na Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/plenario-e-comissoes/subcomissao-da-memoria-verdade-e-justica/2014/04/audiencia-busca-identificar-os-policiais-que-atuaram-clandestinamente-no-estadio-nacional-do-chile>. Acesso em: 20/03/2023.

¹⁴⁸ O Estádio Nacional foi construído em 1938, no governo de Arturo Alessandri, e, é considerado o maior centro esportivo do país. O espaço abrigou na década de sessenta além de eventos dos campeonatos esportivos eventos de aspecto político e culturais importantes, como a presença da Rainha Elizabeth II em 1968. A celebração da Vitória de Salvador Allende em 1970. Em 1971, Fidel Castro discursou para os partidários da UP. Em 1972 ocorreu a homenagem ao prêmio Nobel de literatura a Pablo Neruda. Durante a ditadura, em 1973, o Estádio foi transformado num centro de concentração e tortura e 20 mil pessoas foram detidas. *In: Estádio Nacional (1938-2010)*. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gov.cl/602/w3-article-100628.html>. Acesso em: 21/03/2023.

relata que a técnica da tortura para extração de informação foi aprendida com o tempo pelos agentes militares, pois antes, segundo Bahlis, os militares chilenos só sabiam “dar porrada a esmo e humilhar” (BAHLIS apud SIMON, 2021, p. 247). A percepção da desorganização da repressão dos militares também está presente no depoimento da ex-presa política Solange Bastos.

[...] Com um pouco de experiência de prisão em alguma ditadura vizinha, é possível identificar o amadorismo e a desorganização da repressão que se inicia. Mandam soldados recém recrutados no interior para policiar o estádio. Jovens camponeses assustados, contra quem também poderia voltar-se aquela máquina absurda que começava a se mover [...] (BASTOS apud FERRER, 2011, p. 574).

O relato de Luís Carlos Guimarães em relação ao amadorismo dos militares chilenos corrobora com a pouca experiência “científica” do uso da tortura como método, apesar de Guimarães considerar os agentes do SIM ¹⁴⁹ como experientes.

[...]Em um canto daquele amplo espaço, havia uma porta que dava para as salas de interrogatório usadas pelo SIM. Em um clima de tensão e com nó na garganta, testemunhávamos como os prisioneiros interrogados saíam daquelas jaulas. Pessoas que víamos entrar em perfeitas condições físicas, voltavam, após algumas horas de gritos e sons surdos de pancadas, com o rosto completamente deformado e coberto de manchas roxas. Alguns vinham apoiados nos braços de companheiros ou carregados em macas, tão mal o estado em que se encontravam [...] (GUIMARÃES apud FERRER, 2011, p.568)

O reconhecimento de um dos agentes brasileiros se deu pelo Luís Carlos Guimarães, preso e torturado no Rio de Janeiro, identificou o torturador do CENIMAR, Alfredo Magalhães¹⁵⁰, ao ser submetido novamente à tortura, desta vez em território chileno.

Do outro lado do velódromo, embaixo da tribuna de honra, em uma sala com o letreiro “Seja breve!” Na porta, cinco representantes do Departamento de Operações Internas (DOI) – o órgão central da repressão política no Brasil -, marcavam presença naquele campo de concentração. Eles interrogavam e torturavam os brasileiros que lá estavam presos. O chefe da equipe, Capitão Mike, oficial da Marinha Brasileira instruíra, pessoalmente, os oficiais chilenos no uso do já famoso método do “pau-de-arara”, quando o prisioneiro é pendurado pelos joelhos, em um bastão, com as mãos amarradas nos pés. Nessa posição encolhida, o corpo da vítima gira de modo que a cabeça, por seu próprio peso, fica para baixo. Esse método de tortura facilita a aplicação de choques elétricos nos órgãos genitais e era muito utilizado pela Polícia do Exército (PE) em quase todos os Estados do Brasil, pela Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (GUIMARÃES apud FERRER, 2011, p. 571).

¹⁴⁹ Primeiro Guimarães foi levado ao Estádio do Chile (mesmo lugar onde o cantor Victor Jara foi assassinado) para, posteriormente, ser enviado ao Estádio Nacional. No Estádio Nacional que Guimarães reconheceu o capitão Mike, do CENIMAR.

¹⁵⁰ Capitão de mar e guerra, fez curso em Fort Bragg na Carolina do Norte (EUA). Serviu no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) entre 1970 e 1971, onde atuou sob o codinome “Capitão Mike”. Participou de tortura na unidade da Marinha na Ilha das Flores, em Niterói. <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/alfredo-magalhaes/>

Em depoimento à Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça (2018), o ex-líder estudantil e preso no Estádio Nacional, Vitório Sorotiu, relata, por meio de um documento da embaixada brasileira, que “o Ministério das Relações Exteriores tinha conhecimento da presença de prisioneiros brasileiros no Estádio Nacional, onde a política atrelada não estava sob a proteção de seus cidadãos, conforme confere a Lei, mas, sim, à ordem imposta pelos órgãos de segurança” (TV SENADO, 2014).

No dia 22 de setembro de 1973, uma comitiva com a imprensa internacional foi organizada pela Junta Militar para combater as denúncias de violação de direitos humanos. O comandante do campo, o coronel Jose Espinoza Ulloa foi o responsável por receber os jornalistas, diplomatas e a Cruz Vermelha Internacional. No entanto, após as repercussões da mídia internacional do encontro, o Chile buscou encerrar a existência do Estádio como campo de concentração. A chancelaria chilena chamou o cônsul Dias da Costa para receber a lista dos prisioneiros de nacionalidade brasileira (SIMON, 2021, p. 239).

Os 52 nomes na lista estavam divididos em três categorias: 31 não respondiam a acusações e seriam expulsos do país; 13 passariam por um julgamento militar; e 08 seriam “novamente interrogados” (SIMON, 2021, p. 239). Segundo o coronel Ulloa, bastaria o governo brasileiro, por meio de uma nota oficial, emitir os salvo-condutos e assumir a responsabilidade de tirar os brasileiros que quisessem voltar ao Brasil. O Cônsul Dias da Costa foi informado que 22 cidadãos brasileiros haviam sido levados para a prisão militar da Ilha Quiriquina, na cidade de Concepción, dos quais, 14 já haviam sido liberados.

No entanto, a posição do Brasil foi imprecisa. O CISA concordou que os brasileiros que retornassem ao país fossem submetidos a interrogatório. Após um mês do golpe, o coronel Darcy Boano Mussói, da Agência Central do SNI, o qual, em nome do chefe do SNI, Carlos Alberto Fontoura, desaconselhava¹⁵¹ o retorno de brasileiros fichados de “subversivos”. “Quanto aos demais, seriam analisados caso por caso” (SIMON, 2021, p. 240).

A partir de depoimentos recolhidos pela cientista política Teresa Marques, os presos políticos estrangeiros¹⁵² acreditavam que primeiro a repressão cairia sobre os chilenos para,

¹⁵¹ Dias da Costa ajudou a retirar três brasileiros cujo nomes não estavam na lista dos cinco que haviam manifestado o desejo de retornar ao país e teve seu pedido vetado pelo SNI, eram eles: Solange Albernaz de Melo Bastos e os pais de Ricardo de Azevedo e Antônio Paulo Ferraz, todos condenados à expulsão do Chile. Solicitado o salvo-conduto à chancelaria chilena, os três presos foram liberados sob a condição dos pais ser responsáveis pela saída dos filhos. Com a necessidade de esvaziar o campo para realização da Copa de 1970, os demais brasileiros detidos foram levados a abrigos do governo suíço e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, em Santiago (SIMON, 2021)

¹⁵² Sobre a violência contra estrangeiros durante o golpe de 1973 ver *Frágeis e perigosos: a repercussão internacional da violência contra estrangeiros durante o golpe de 1973 no Chile* de autoria de Cristina Tereza Cristina Marques Schneider (2013). A autora demonstra, no texto, como a repercussão internacional diante das denúncias feitas por redes de solidariedade sobre os abusos cometidos pela Junta Militar levaram os países

posteriormente, a perseguição ocorresse contra os estrangeiros. No entanto, a Junta Militar seguiu a ordem inversa. Os estrangeiros foram considerados uma ameaça e responsabilizados pela desordem social. A publicação das atividades das Forças Armadas nos dois primeiros dias do golpe no Bando nº 26¹⁵³, pontua a “*detención de numerosos extremistas extranjeros armados*” (CHILE, 1973, s/p).

No Chile, haviam estrangeiros com diferentes status: asilados políticos, refugiados, turistas e ilegais. Independente da situação, a condição de cidadania no atual sistema internacional está vinculada ao país de origem e ao seu território. A frágil situação dos imigrantes o torna vulnerável à violência e quando praticada pelo estado no qual o imigrante se encontra a situação pode ser agravada (MARQUES, 2013).

No caso dos brasileiros, a situação era ainda mais dramática, pois, seu próprio país de origem havia catalogado seus cidadãos em território chileno, e repassado a informação aos militares do país vizinho. Além da detenção, casos de assassinatos ocorreram contra seus compatriotas, sem que o governo brasileiro intervisse.

O caso do brasileiro Nilton Rosa da Silva¹⁵⁴, morto no Chile antes da ditadura por integrantes do grupo *Patria y Libertad*, no dia 15 de junho de 1973; e, de três brasileiros assassinados durante a ditadura: Jane Vanini (militante da Ação Libertadora Nacional, ALN)¹⁵⁵; Luiz Carlos de Almeida; Nelson de Souza Kohl (ambos do Partido Operário Comunista - POC). E, ainda, Túlio Roberto Cardoso Quintiliano e Wânio José de Mattos (Vanguarda Popular - VPR).

Em depoimento, Otto Brockes relatou sobre a omissão de socorro ao brasileiro Wânio José de Mattos, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e militar paulista, preso no Estádio Nacional, que apresentou um quadro de peritonite aguda. A primeira busca por ajuda

ocidentais, sobretudo a Europa, a pressionar a ditadura de Pinochet a fim de impedir que novas violações fossem praticadas. Em resposta, especificamente, em relação ao Estádio Nacional, no dia 22/11/1973 foi organizada uma comitiva com a imprensa nacional, internacional e a Cruz Vermelha. Foi montada uma farsa, na qual o Coronel Jorge Espinoza Ulloa afirmava que os presos eram bem tratados. Nesta ocasião a autora desta dissertação esteve numa palestra realizada no Instituto Moreira Salles, em São Paulo, no dia 21/03/2023, na qual o fotógrafo Evandro Teixeira, presente no dia da comitiva organizada pela Junta Militar, havia realizado fotos das celas onde milhares de presos estavam tumultuados, porém, este local fotografado não estava à vista.

¹⁵³ Junta Militar. *Bando nº 26: comunicación sobre las actividades de las FFAA el 11 y 12 de septiembre de 1973*. Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0015.pdf. Acesso: 22/03/2023.

¹⁵⁴ Para aprofundar o caso do poeta e estudante brasileiro Nilton Rosa de Souza ver: BRUM, M.M. **Um jacarandá em Santiago**: o radicalismo político no Chile pela trajetória militante de Nilton Rosa da Silva (1971-1973). 174 p. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140276>. Acesso em: 22/03/2023.

¹⁵⁵ Comissão Motos e Desaparecidos, Jane Vanini, volume 3. P 1733 a 1738. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_pagina_1659_a_1993.pdf. Acesso em: 28/03/2023.

foi negada, porém por insistência de Brockes dada a piora do quadro de saúde de Mattos o caso foi analisado. Os militares chilenos disseram que assim fizeram, mas Wânio faleceu no dia 16 de junho de 1973 (CNV, 2014).

Raissa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Ele estava preso também? Otto Brockes – Estava preso. Estavam lá presos médicos, reitores. Levei o Wânio, com as metralhadoras atrás. Foi uma cena: eles mandavam eu andar na frente, e eles com as metralhadoras atrás. Cheguei lá, apresentei o relatório, e eles disseram: “Você não é médico: é um prisioneiro”. Meteram a mão na minha nuca e na cabeça. Me mandaram de volta com o Wânio. O Wânio começou a piorar. Eu falei e levei ele novamente. Uns dias depois – não lembro que dia que era – disseram que ele foi operado, mas o abdômen estava todo tomado, e ele morreu. Essa foi uma passagem triste que tivemos lá e de que fomos testemunhas. Diagnosticamos aquilo lá dentro, e eles se recusaram a tratar de uma pessoa que necessitava. Não entenderam que o prisioneiro não é mais um inimigo, tem que ser tratado com dignidade, merece assistência, embora seja radicalmente contra, mas não podemos. Vi muitos chilenos torturados, que saíam de manhã andando e voltavam à noite chorando e não tinham falado nada, todos cobertos de hematomas. Às vezes, levavam, mas não voltavam mais. Houve muitos crimes, muita tortura no Estádio Nacional que presenciamos lá dentro (CNV, 2014, pp. 11-12).

De acordo com os depoimentos dos ex-presos políticos brasileiros, a situação dos detidos no Estádio Nacional revelava um contexto degradante, onde eram submetidos a interrogatórios seguidos de tortura. A omissão de socorro negada a Wânio de Mattos também viola o artigo nº 3¹⁵⁶, comum às 04 Convenções de Genebra (1949), que prevê obrigações aos Estados partes, como o recolhimento de feridos e enfermos em zona de conflito, mesmo em âmbito interno.

A presença de agentes brasileiros relatada nos depoimentos de ex-presos políticos pode ser confirmada a partir de documentos oficiais enviados pelo cônsul do Brasil em Santiago, Luiz Loureiro Dias da Costa, ao enviar telegramas secretos à embaixada brasileira com informações de seu vice ter avistado um grupo de policiais¹⁵⁷ brasileiros acompanhados pelo sargento do Exército Deoclécio Paulo, que trabalhava como assistente pessoal do adido militar Walter Mesquita de Siqueira, no Estádio Nacional.

Um segundo documento, que prova a presença de militares brasileiros no campo de concentração, também revelado através do envio de telegramas por Dias da Costa ao tentar

¹⁵⁶ Artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 26/11/2017. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/artigo-3o-comum-quatro-convencoes-de-genebra>. Acesso em: 23/03/2023.

¹⁵⁷ Em entrevista ao autor, o sargento cujo codinome na repressão era “Dr. Pinto” após quarenta anos aceitou ser entrevistado pelo jornalista Roberto Simon (2021) sob a condição de anonimato, onde revela que o grupo de policiais era composto pelo coronel Sebastião Ramos de Castro, da Agência Nacional do SNI, o Centro de Informações do Exército teria dois representantes: o major Victor de Castro Gomes e o tenente-coronel Paulo Barreira e um capitão de contrainformações, capitão da Aeronáutica. A viagem que esses militares realizaram segundo o Dr. Pinto se baseia nos conhecimentos destes com os opositores no Chile (SIMON, 2021).

justificar ao embaixador Gibson Barbosa, em deixar de informar a Secretaria de Estado sobre a liberação de três brasileiros detidos no Estádio, porque chegou no dia seguinte um avião da Força Aérea com autoridades brasileiras para lidar com o caso (SIMON, 2021).

O monitoramento dos brasileiros no exílio demonstra que, mesmo após a desarticulação de grupos políticos, revolucionários e de movimentos sociais no país na década de setenta, a repressão brasileira operou em conjunto com as forças repressivas dos países vizinhos para impedir a rearticulação destes no exterior. A vigilância contra os exilados ocorreu desde abril de 1964, período que o ex-presidente João Goulart chegou no Uruguai, que a ditadura passou a pressionar o governo de Montevideu para cooperar na restrição à liberdade de expressão e locomoção dos exilados (CNV, 2014, p. 229)

A Operação Condor, criada em 1975, apenas oficializa a prática que vinha sendo operada antes de sua criação. Tendo conhecimento sobre a conexão entre os militares argentinos e brasileiros na identificação e prisão de subversivos, a exemplo do caso de Joaquim Pires Cerveira e João Batista Pires¹⁵⁸, e o trabalho da inteligência brasileira permanecer aparelhada mesmo após o aniquilamento e desmobilização da oposição no país, o embaixador chileno Hernán Cubillos, a partir do campo diplomático, foi quem buscou institucionalizar a cooperação entre os dois países no combate à guerra revolucionária no território chileno

As medidas de repressão adotadas no Brasil serviram de modelo para a construção do aparato repressivo chileno, especificamente, no campo da informação. O apoio oferecido pelo governo brasileiro está ligado ao interesse nacional na busca de informações precisas dos exilados no Chile, assim como acontecia em outros países vizinhos, como no Uruguai e Argentina, porém a ineficiência dos militares chilenos na coleta de dados tornava ineficazes ações imediatas. Para isso, o trabalho do embaixador Cubillos buscou, através da cooperação entre os serviços de inteligência, a coleta de informações e a criação de canais institucionais para colaborar com a repressão brasileira (SIMON, 2021).

Os documentos consultados por Roberto Simon (2021) revelam que a cooperação entre os dois países se estreitou após a estruturação da DINA, em 1974. Um grupo da Escola Superior de Guerra visitou o Chile, em meados de junho do mesmo ano. A visita foi autorizada por Augusto Pinochet, e seu roteiro, preparado pelo Ministério da Defesa chileno. Em novembro

¹⁵⁸ Em contato com a organização de esquerda em Buenos Aires, o erradicado francês Jean Henri Raya Ribardi e o Tupamaro Antonio Pregoni, foram detidos pela polícia no Brasil quando desembarcaram na rodoviária do Rio de Janeiro (SIMON, 2021). Para estudos sobre as conexões repressivas com outras ditaduras vizinhas, ver: *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*, Dissertação de Mestrado de Ananda Simões Fernandes (2009). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17527>. Acesso em: 1008/2022.

de 1974, 55 carabineiros visitaram São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, em roteiro organizado pelo SNI. O objetivo dos agentes brasileiros era o adestramento em informações e contrainformações (SIMON, 2021, p. 317).

O adestramento tinha três objetivos: a troca de informações sobre os opositores, a criação de canais de cooperação e o apoio à construção do aparato de repressão chileno, incluindo o treinamento de agentes enviados de Santiago (SIMON, 2021). Os órgãos de segurança brasileiros operavam no continente com o objetivo de treinar os agentes militares dos vizinhos países e monitorar seus exilados.

Em depoimento, o general-de-divisão Agnaldo Neto confirmou a participação do Brasil na Operação Condor, no entanto, segundo o general, a atuação do país limitava-se a obter informações, oferecer treinamento aos estrangeiros e monitorar subversivos (GODOY, 2008). Ainda segundo o general, a cooperação do Brasil consistia em deter o perseguido e entregá-lo ao país de origem, conforme acordado com os militares do país que o preso pertencia.

Em depoimento a Godoy (2008), o coronel do Exército, Ênio Pimentel da Silveira¹⁵⁹, o “Dr. Ney”, confirma a ida de uma missão com agentes brasileiros ao Chile logo após o golpe militar chefiada pelo coronel Sebastião José Ramos de Castro. Após uma semana do retorno dos brasileiros, um grupo de chilenos veio ao Brasil para receber o treinamento. O “estágio” durou dois dias e contou com a demonstração dos métodos de tortura aplicados contra os presos políticos.

As técnicas aplicadas, conforme relatado pelo coronel, foram direcionadas à extração de informações, e não havia participação dos agentes chilenos em operação no Brasil, o intercâmbio foi restrito a atividades de adestramento. O treinamento oferecido pelos brasileiros não foi limitado a agentes chilenos, participando, também, argentinos e uruguaios. Além do mais, os que participavam na operação da repressão eram os suboficiais e sargentos, os oficiais eram formados na Escola Nacional de Informação (EsNi) (GODOY, 2008).

A presença de agentes da repressão brasileira em território chileno e integrantes da polícia secreta daquele país no Brasil demonstra o apoio oferecido pela ditadura brasileira na construção do aparato repressivo chileno como uma política de Estado comandada pelo Alto Comando das Forças Armadas (SIMON, 2021), sob a justificativa de preservar a segurança

¹⁵⁹ Serviu no Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo em maio de 1970 a fevereiro de 1976. Tendo participado de diversas operações de tortura, execuções e desaparecimento forçado de opositores políticos, recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1972. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/enio-pimentel-da-silveira/>. Acesso em: 30/03/2023.

nacional, onde a atividade no exterior limitava-se à desarticulação de focos de organização subversiva.

Contudo, no plano interno, existia o interesse brasileiro em fortalecer as relações econômicas com os países da região, para garantir a exportação de produtos da indústria nacional, assim, a negociação com governos aliados era duplamente essencial para a continuidade do regime. Além do mais, limitar a intervenção direta do governo brasileiro na solução dos assuntos internos nos países sul-americanos, ainda que comuns às ditaduras, evitava acusações sobre a intenção do Brasil em tonar-se imperialista no âmbito regional.

Ao seguir os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, cabia a responsabilidade de cada país em assegurar a segurança interna, nesse sentido, o apoio brasileiro no adestramento e o envio de equipamentos (se necessário)¹⁶⁰, seriam realizados conforme os interesses nacionais; assim, a ditadura brasileira não foi protagonista na montagem do golpe militar e da criação da DINA, porém, participou de modo indireto na construção deste cenário. Do mesmo modo, Brasília coparticipou da instalação de ditaduras militares vizinhas na Bolívia e Uruguai, enviando o seu modelo como ponto de partida.

4.7 Repressão chilena

A DINA buscava apresentar um caráter legal da repressão contra opositores políticos. O golpe militar chileno repercutiu de maneira negativa nas relações internacionais, principalmente, na Europa, que enxergavam, no país andino, a exceção no continente sul-americano de democracia sólida. Nesse sentido, a maneira desordenada das prisões e fuzilamentos massivos que marca os primeiros meses do golpe, com a DINA, segundo Policzer (2017), ocasionaram o ocultamento da repressão, garantindo legitimidade à Junta Militar.

Na prática, os métodos adotados pelos órgãos de repressão não foram diferentes dos utilizados em outras partes do mundo¹⁶¹ nos países que implantaram uma política anticomunista orientada pelo Estados Unidos. O anticomunismo¹⁶² no Exército chileno não nasceu após o golpe militar de 1973, porém, foi a partir deste período que o combate ao inimigo interno foi implementado de modo sistemático. O adestramento e a substituição de equipamentos de defesa

¹⁶⁰ O governo brasileiro autorizou a cessão gratuita de envio de material bélico ao Chile para o reequipamento das Forças Armadas chilenas para a manutenção interna do país em 1974.

¹⁶¹ O golpe de Estado na Indonésia em outubro de 1965, que derrubou o governo de Ahmed Sukarno (1945-1965), dizimou milhares de comunistas e simpatizantes sob o que ficou mundialmente conhecido como “o método de Jacarta” que consistiu na criação de campos de concentração, em desaparecimentos forçados, fuzilamento em massa, violência sexual contra mulheres (Bevins, 2022).

¹⁶² O anticomunismo presente no Exército chileno remonta ao final o século XIX, sob a influência da doutrina prussiana no processo de modernização do Exército do Chile, entendia os movimentos internacionalistas como o anarquismo e o comunismo como desintegradores e inimigos do Estado nacional (TAIPA, 2018, p. 964, Kindle).

para a segurança interna demonstram que a máquina de guerra foi operada contra seus próprios cidadãos.

O emprego da tortura foi o principal método utilizado na extração de informação do preso político. O uso sistemático da tortura como método contra a guerra revolucionária foi adotado pelo general francês Roger Trinquier, que declarava ser o meio mais eficaz para obter informação. Um segundo propósito do seu uso buscava desintegrar a condição humana do sujeito e evitar resistência no interrogatório, além de desencorajar aqueles que a presenciavam ou ouviam (INFORME RETTIG, 1991). Em alguns casos, a tortura não foi utilizada como método de coleta no interrogatório, mas para castigar o preso até a sua morte.

A imposição dos diversos modos de suplício não foi produto da ação de um grupo de sádicos ou paranoicos, que também existiram. Foi uma ação totalmente elaborada e planejada a partir das mais altas esferas do poder militar, e pensada até nos mais ínfimos detalhes (PASCUAL, 2004, p. 77).

A estrutura montada¹⁶³ contou com corpo técnico especializado e com a presença de médicos para controlar a tortura (de modo que não fosse mortal), e para atender as urgências dos danos sofridos pelas vítimas (INFORME RETTIG, 1991). Diferentes centros clandestinos espalhados pelo país contavam com instalações permanentes para a aplicação dos métodos e com pessoas treinadas (que eram distintas dos oficiais responsáveis pelo interrogatório, que poderiam intervir, ou não, na aplicação da tortura) (INFORME RETTIG, 1991).

Segundo a *Comisión Valech I*¹⁶⁴, pode-se afirmar que 94% dos detidos por agentes de segurança ou por pessoas a serviço do Estado, e que testemunharam para a comissão, afirmaram ter sido torturados. Os dados da comissão revelam que, em 1973, foram detidas 20.239 pessoas, contra 4.677, em 1974. No total, foram detidas 33.221 pessoas no período de dezessete anos de ditadura¹⁶⁵. Logo após o golpe, ocorreram 61% do total das detenções; e, 43% foram realizadas pelos Carabineiros, e 30% pelo Exército (*COMISIÓN VALECH I*, 2005).

¹⁶³ Publicado em outubro de 1972, o relatório da Anistia Internacional descreveu as modalidades de tortura praticadas no Brasil: afogamentos, pau de arara; choques elétricos; espancamentos; isolamentos em salas escuras; simulação de fuzilamento; privação de luz natural durante o dia e luz artificial durante a noite, etc. Apontou a presença de médicos nas salas de interrogatório (No caso brasileiro, participaram médicos e enfermeiros nos atos da tortura ou na produção de laudos falsos. Compreende-se que existe participação ou responsabilidade de um médico no ato de tortura, entre outras circunstâncias, quando o profissional participa diretamente desse ato; ou emite certificação médico-forense de uma pessoa torturada, ou de seus restos mortais, na qual omite descrições de lesões ou elementos pertinentes para a perícia e relevantes para a adequada investigação do caso) (CNV, 2014). Em novo relatório publicado em 1973, a Anistia, apontou a infraestrutura existente no país composta por instrutores, médicos e especialistas (DUARTE-PLON, 2016).

¹⁶⁴ Informe de la *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (Valech I)*, conhecida como *Informe Valech I*, entregue em maio de 2005.

¹⁶⁵ A *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura* certifica o total de 33.221 de pessoas detidas, porém, reconhece na qualidade de vítimas o total de 27.255 pessoas (COMISIÓN, 2005).

Das modalidades de tortura utilizadas no Chile estão os afogamentos, choque elétricos, posições forçadas (que consistia no preso permanecer imóvel até chegar a um esgotamento físico extremo), simulação de fuzilamento, humilhações e vexames, nudez (obrigação de manter-se nu diante de desconhecidos com intenções hostis), agressões físicas e sexuais, presenciar tortura de outros presos políticos. Em depoimento, uma mulher, detida em janeiro de 1974, nas dependências da DINA, na Londres 38, relata ter sido submetida à tortura, na modalidade conhecida como: *pihuelo*, o “pau de arara”. Segundo a *Comisión Valech I*, o “pau de arara” foi utilizado, principalmente, pelos órgãos de segurança.

Mujer, detenida en enero de 1974. Relato de su reclusión en el recinto de la DINA de calle Londres 38, Región Metropolitana: Me trasladaron a otra pieza en donde me hicieron desnudarme completamente. Luego me amarraron las muñecas con los tobillos quedando totalmente encogida. Enseguida colocaron una barra entre mis muñecas y los tobillos quedando suspendida de un mueble. En esta posición me golpearon los oídos y me aplicaron electricidad en las sienes, en los ojos, en la vagina, en el recto y en los pechos. Me interrogaban por nombres de personas, [...] Les dije que no conocía a nadie, entonces me volvieron a golpear y aplicar corriente. En la boca me colocaron un paño, el que me lo sacaban a ratos para que hablara [...] (COMISIÓN VALECH I, 2005, p. 231).

O uso da tortura, de modo generalizado, pode gerar na instituição militar um tipo de conflito, pois sua prática é realizada por uma pessoa contra um sujeito indefeso. Contudo, o homem não é necessariamente sádico a ponto de provocar, intencionalmente sofrimento a outro indivíduo, portanto, foi preciso formar agentes especializados e capazes de interpretar que o torturado não era obrigatoriamente indefeso, mas sim, um insurgente perigoso (POLICSER, 2009).

No mesmo raciocínio, a cientista política Pilar Calveiro lembra o trabalho dos agentes em evitar a menção da humanidade do preso, “Em geral, não se falava em pessoas, gente, homens, mas de números. “A desumanização inocenta de culpa as ações condenadas pelo código moral, como matar e torturar” (CALVEIRO, 2013, pp. 51-52).

Na América Latina, a polícia como parte do Estado e seu funcionamento, o uso da tortura como meio de extração de informação, serve para o cumprimento da Lei e da Ordem e da inibição da população para o crime. Nas Forças Armadas, o significado do uso da tortura altera-se, levando em conta que o objetivo para a vitória é a eliminação do inimigo, ou seja, a guerra total. Desse modo, o uso da tortura como método utilizado contra inimigos internos se atenua e a disposição para extrair informação é a mesma da extinção do seu oponente (POLICZER, 2017).

Contudo, mesmo em situação de guerra, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 5º), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (art. 7º, 1966), A Convenção

Americana sobre Direitos Humanos (art. 5º, 1969), estabelecem que ninguém deve ser submetido à tortura, nem a penas e tratos cruéis, desumanos e degradantes. Desde a Primeira Guerra Mundial, o Direito Internacional busca estabelecer princípios para a segurança da integridade humana, em função disso, o artigo 3º, das quatro Convenções de Genebra estabelece que mesmo em situação de conflito não internacional, os Estados têm a obrigação de proteger o sujeito de situações degradantes, cruéis, e também da tortura. A proibição de situação degradante à condição humana é norma imperativa do Direito Internacional, mesmo que o país em questão não seja signatário de um tratado específico (CNV, 2014).

A mudança na conduta com a construção da DINA buscava diminuir a pressão externa de denúncias de violação dos direitos humanos, assim, a construção de centros clandestinos¹⁶⁶, a política de desaparecimento forçado, lançamento de corpos no mar (conhecidos como “voos da morte”) foram práticas adotadas após 1974, contrapondo a maneira desordenada e pública cometidas pelas Forças Armadas, com a exposição de corpos boiando em rios, mangues, e centros de detenção massivos, como o Estádio Nacional, o que promovia o aumento crescente da denúncia na mídia internacional contra o regime chileno (POLICZER, 2017).

Os campos de concentração externalizam um poder totalizante, onde a decisão sobre aqueles corpos, seja a vida ou a morte deles, estava a cargo daqueles homens que o conduziam. O campo de concentração é a instituição central do poder, onde é permitido executar sem a necessidade de prestar contas. A desumanização dos sujeitos é essencial para que o poder instituído nas dependências centralizadoras não dissipe, e, ao mesmo tempo, implante o terror àqueles que estão de fora. “O envolvimento institucional se deu de maneira coletiva das três Forças Armadas e da Polícia, pois, os centros de detenção estavam, em sua maioria, nas dependências de tais organismos, sendo controlados e operados por sua equipe” (CALVEIRO, 2013, p. 42).

Estos centros sólo fueron clandestinos para la opinión pública y familiares o allegados de las víctimas, por cuanto las autoridades negaban sistemáticamente toda información sobre el destino de los secuestrados a los requerimientos judiciales y de los organismos nacionales e internacionales de derechos humanos. Pero va de suyo que su existencia y funcionamiento fueron sólo posibles merced al empleo de recursos financieros y humanos del Estado y que, desde las mis altas autoridades militares hasta cada uno de los miembros de las Fuerzas de Seguridad que formó parte de este esquema represivo hicieron de estos centros su base fundamental de operaciones.

¹⁶⁶ Havia outros centros de detenção utilizados pelas Forças Armadas, porém, foram criados locais específicos operados pela DINA, como: Tejas Verdes, Cuatro Alamos, Londres 38, Colônia Dignidade (vinculada a DINA), Villa Grimaldi, Clínica Santa Lucía, La Discotéque, Implacate, Cuartel Venecia, José Domingos Cañas, local que foi a casa de Theotônio dos Santos, sociólogo brasileiro que havia abrigado muitos exilados brasileiros, após o golpe o local foi transformado num centro clandestino de tortura. Outros recintos utilizados pela DINA: Rinconada de Maipú, localizado nas dependências da Universidade do Chile, abrigou a Escola Nacional de Inteligencia que, apesar de ser um local de adestramento, em novembro de 1975, um grupo de pessoas foi executado no local informado (INFORME RETTIG, 1991).

Esta realidad fue permanentemente negada, valiéndose el Gobierno Militar, también para ello, del control abusivo que ejercía sobre los medios de comunicación masiva, puestos al servicio de la confusión y desinformación de la opinión pública (COMISIÓN, 1986, p. 45).

O desaparecimento forçado carrega o mesmo poder de instituir o terror na vida de quem está de fora, pois, não se sabe o que foi feito com as vítimas, e os parentes, para evitar que o familiar sofra represálias em resposta às denúncias feitas, eram silenciadas. O silêncio foi difundido em toda a sociedade que permaneceu na dúvida do que se poderia ou não falar, sob o medo de ser confundido com um inimigo. O terror é um método disciplinar para evitar que a sociedade se manifeste contrária ao regime. O desaparecimento como tática de Terrorismo de Estado era uma nova característica da violência massiva que não deixava rastros.

Pessoas não eram mortas nas ruas, deixando bem claro para as famílias que elas haviam partido. Elas não eram executadas oficialmente. Elas eram presas e desapareciam no meio da noite. Por diversas vezes, os entes queridos não faziam ideia se seus parentes ainda estavam vivos, o que os deixava ainda mais paralisados de medo. Caso reclamassem ou se rebelassem, será que isso poderia custar a vida de seus entes queridos presos? Será que poderiam ser também levados? Mesmo em face das evidências esmagadoras de que estava acontecendo um assassinato em massa, o instinto humano é manter a esperança de que seu filho ou filha, poderia estar a salvo. Isso congela as pessoas e torna as populações bem mais inativas – mais fáceis de exterminar e controlar (BEVINS, 2022, p. 1982).

O caso acima ocorreu na Indonésia, após o golpe de 1965, o autor aponta que o método do desaparecimento forçado foi usado naquele país, pela primeira vez, a partir daquele ano, tendo sido exportado para a Guatemala, que registrou o primeiro caso de desaparecimento como tática de Terrorismo de Estado na região, em 1966. A prática foi implementada como política de Estado durante as ditaduras que se instalaram no Cone Sul, e consistiu na detenção, seguida de execução e da ocultação de cadáveres (CNV, 2014).

O método se assemelha, dado os relatos em diferentes circunstâncias, como este relatado na Comissão Nacional da Argentina em 1986 sobre os casos de desaparecimento:

Arrebatados pela força, deixaram de ter presença civil. Quem, exatamente, os tinha sequestrado? Por quê? Onde estavam? Não era possível achar uma resposta clara para essas questões: as autoridades não tinham escutado falar deles, as prisões não os albergavam em suas celas, a Justiça os desconhecia e os habeas-corpus só tinham como resposta o silêncio. Ao redor deles crescia um profundo silêncio. Nunca um sequestrador preso, jamais um lugar de detenção clandestino individualizado, nunca a notícia de uma sanção aos culpados pelos delitos. Desse modo, passavam-se dias, semanas, meses, anos, cheios de incertezas e de dor para pais, mães e filhos, todos pendentes dos boatos, debatendo-se entre desesperadas expectativas, gestões inumeráveis e inúteis, súplicas a pessoas influentes, a oficiais de alguma força armada que alguém recomendava, a bispos e capelães, a delegados. A resposta era sempre negativa (COMISIÓN, 1986, p. 9).

Entende-se por desaparecimento forçado a privação de uma pessoa ou mais, praticada por agentes do Estado ou por pessoas que atuem sob o consentimento do Estado, seguido de falta de informação ou a recusa de informar o paradeiro da pessoa, impedindo o exercício de uso legais e das garantias processuais. Esta definição encontra-se na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, em seu artigo 2º, em 1994¹⁶⁷.

Estruturada a DINA, o número de pessoas mortas e presas caiu consideravelmente, pois, a mesma atuou de maneira sistemática na busca pelos opositores políticos específicos, sobretudo contra os integrantes do Partido Socialista (PS), Partido Comunista do Chile (PCCH), o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), *Frente de Trabajadores Revolucionarios* (FTR), *Frente de Estudiantes Revolucionarios* (FER), a seção estudantil do MIR.

Os casos levantados pelo Informe Rettig (1990) também evidenciam a prática contra outros grupos, como o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), *Izquierda Cristiana* (IC), e as *Juventudes Radicales Revolucionarias* (JJRR). Contudo, a repressão caiu principalmente contra os três primeiros, por considerarem que o modo de organização dos partidos e do grupo armado era capaz de ganhar adeptos e levar adiante ações concretas de oposição (INFORME RETTIG, 1991).

A agência foi estruturada em três níveis hierárquicos: *Los cuarteles centrales*, que realizava funções de inteligência e administrativa; a *La Brigada de Inteligencia Metropolitana* (BIM), que manejava o aspecto operacional, e outros grupos de forças especiais. A BIM foi dividida em quatro grupos diferentes: logística, interrogatório, transporte e guardas da Villa Grimaldi. A divisão dos interrogatórios foi dividida em quatro grupos diferentes com nomes de Caupolicán, Lautaro e Purén, cada qual responsável por um grupo específico a ser interrogado; (POLICZER, 2017).

O trabalho sofisticado que a DINA desenvolveu, a partir de 1975, resulta no aprimoramento da repressão, pois, até 1974, os agentes realizavam as prisões em domicílio, sendo muitas vezes, presenciadas por diversas testemunhas. A detenção de familiares e amigos, uma vez liberados, davam conta dos fatos. Com o tempo, os métodos foram refinados, em parte, pelo treinamento dos agentes e do acúmulo de informações reunidas pela agência. Segundo o Informe Rettig (1991), a partir de 1975 predomina o trabalho prévio de detenção da vítima, que resulta na diminuição das detenções, à vista dado que a mesma estuda o cotidiano, os hábitos e paradeiro das vítimas (1990).

¹⁶⁷ CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS. In: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/k.Desaparecimiento.htm>. Acesso em: 05/04/2023.

A DINA foi dissolvida e substituída pela Central Nacional de Informações (CNI) pelos decretos Leis nº 1.876 e 1.878, de 1977, no entanto, contando com oficiais-chaves da DINA, operou nos primeiros meses de forma semelhante ao antigo órgão, porém, a concentração das atividades ficou restrita na inteligência política. Porém, a partir de 1980, com a “Operação Retorno” de militantes do MIR e das crescentes manifestações que marcariam o final do regime, a CNI operou como o principal órgão repressivo ao adotar métodos contrainsurgentes sem exercer o método sistemático executado pela DINA (INFORME RETTIG, 1990).

Estima-se que a crescente mobilização internacional contra as violações de direitos humanos ocorridos no Chile pressionou para as mudanças nas políticas repressivas adotadas pela Junta Militar. O principal deles foi a mudança de governo nos Estados Unidos, com a vitória do democrata Jimmy Carter, cujo problema dos direitos humanos no Chile era previsto em seu programa político. Um segundo ponto levantado pela Comissão (1990) foram as investigações sobre o atentado que levou à morte do ex-chanceler chileno Orlando Letelier¹⁶⁸ e sua secretária, Ronnie Moffit, em Washington D.C, com o envolvimento de agentes da DINA (INFORME RETTIG, 1990).

4.8 O caso de Jane Vanini¹⁶⁹

Jane Vanini, natural de Cáceres, Mato Grosso, mudou-se para São Paulo, em 1966, onde ingressou na Universidade de São Paulo, no curso de Ciências Sociais. Na capital paulista trabalhou na Editora Abril, onde conheceu, seu futuro marido, Sérgio Capozzi. Em 1969, Jane e Sérgio se aproximaram da Aliança Nacional Libertadora (ALN) no Brasil, em 1969, desempenhando atividades de apoio. Identificados pelos órgãos de segurança em 1970, seguiram para o Uruguai. Passaram por outros países e cidades como Buenos Aires, Roma, Praga, Cuba e Chile.

Em Cuba, Jane trabalhou como locutora da rádio que transmitia um programa para o Brasil. Nesse percurso, junto com Sérgio, participaram da criação do Movimento de Libertação Nacional (MOLIPO) dissidência da ALN. Em 1971, voltam para o Brasil e se estabelecem em Goiás, porém, com o cerco da repressão, Jane buscou apoio para a “organização revolucionária”

¹⁶⁸ Orlando Letelier foi embaixador nos Estados Unidos no governo de Salvador Allende, e durante a ditadura militar utilizou de sua influência no congresso estadunidense para denunciar as violações de direitos humanos cometidos pela Junta Militar.

¹⁶⁹ Jane Vanini. Memorial da Resistência. *In*: http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jane-vanini/?perpage=36&order=ASC&orderby=date&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_37384&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=517&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pos=5&source_list=term&ref=%2Fpaíses%2Furuguai%2F. Acesso em: 05/04/2023.

e foi para o Chile. Sérgio e Jane foram processados e condenados por cinco anos pela justiça militar brasileira, acusados de crime contra a Lei de Segurança Nacional.

A ida de Vanini ao Chile, em 1972, ainda no governo de Salvador Allende, marca a segunda saída do país. No Chile, integrou o grupo *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), e trabalhou como secretária da revista da organização, *Punto Final*. Separou-se de Sérgio e casou com o dirigente do MIR, José “Pepe” Carrasco.

Com o golpe de 1973, Jane volta a viver na clandestinidade, e em meados de 1974, Jane e Pepe se mudam para a cidade de Concepción, no Chile. Foi nesta cidade que, em dezembro de 1974, Jane morreu em um enfrentamento com as forças de repressão chilena. Na tarde do dia 06 de dezembro de 1974, Pepe foi detido e conduzido à Base Naval de Talcahuano.

Torturado, resistiu até a noite - quando, pelas regras de segurança acordadas entre si, Jane não deveria estar em casa- antes de revelar seu endereço. Mas, Jane estava e as forças de segurança do *Centro de Inteligencia Regional* (CIRE), órgão de repressão chilena que congregava pessoal da Marinha, do Exército e das polícias civil e militar, foram recebidas com descargas de fuzil.

O destacamento da Infantaria da Marinha foi chamado para reforço, e Jane resistiu por várias horas sozinha. Com o apartamento cercado, Jane foi encontrada inconsciente com uma metralhadora ao seu lado. No entanto, as informações divergem nesse ponto, e não foi possível estabelecer ao certo o ocorrido. A versão divulgada pelo Comando da II Zona Naval de Talcahuano, reproduzido à época nos jornais chilenos, foi que Jane havia cometido suicídio.

No entanto, investigações posteriores revelaram que a mesma foi trasladada ferida, porém viva, a um centro clandestino de prisioneiros, na Base Naval de Talcahuano. No dia 10 de dezembro de 1974, um funcionário do Bem-Estar Social da Marinha retirou no necrotério do Hospital Naval o cadáver de “uma executada” e providenciou seu enterro como “NN” (não identificado) no Cemitério de Talcahuano.

A família de Jane recebeu a notícia de Pepe diretamente da prisão, depois de dois meses incomunicável. Os esforços dos familiares de Carrasco e amigos, na época, para localizar os restos de Jane foram infrutíferos: não havia registro de óbito, ou sepultamento, nem conseguiram qualquer indicação de para onde o corpo havia sido levado.

O caso de Vanini demonstra os caminhos que muitos militantes revolucionários percorreram na América Latina. Entendiam-se como parte de uma luta internacional na libertação dos povos. Em carta endereçada aos familiares, Jane aborda o seu compromisso com a libertação dos povos, independente do ponto de partida, pois, segundo ela, “cada território liberado é uma frente de luta para prosseguir lutando”

Vocês se perguntarão que faço no exterior se me interessa tanto pelo Brasil. Eu lhes explico: Nós pertencemos a um continente a que se chama genericamente por América Latina. Essa América Latina toda tem as mesmas origens raciais que nós do Brasil. Fala um idioma muito parecido e que teve também as mesmas origens. Sofremos as mesmas enfermidades, analfabetismo, fome, velhice prematura, dentição podre, e principalmente o nosso inimigo fundamental é o mesmo: o ianque. É o estadunidense que explora todas as nossas riquezas: o petróleo, o cobre, o café, o gado, o ouro, a cultura, as frutas, tudo enfim. E o norte americano não nos explora gratuitamente. Nossos governos pagam a eles para que eles venham a explorar nossas minas, nossos operários, nossa cultura, para que levem a matéria bruta para os EUA pagando uma miséria e nos exportem depois o café solúvel, as peças, as máquinas, enfim, caríssimo o produto acabado. Enquanto isso guardam como reserva o que eles têm nos EUA. Quando nós, os subdesenvolvidos não tivermos mais nada para oferecer-lhes, então eles ainda terão a sua própria riqueza. Nós? Mas que importa nós, se somos seres inferiores, meio macacos subdesenvolvidos, que só copiam os costumes dos povos superiores? Eu sou latino-americana e amo igual ao mestiço, ao crioulo, o índio, ao negro, ao asiático, ao branco, que entraram na nossa formação. E meus irmãos são todos os latino-americanos e por eles estou disposta a dar até mesmo a única coisa que realmente possuía: a vida. Digo possuía, pois, uma vez que uma pessoa contempla as coisas que presenciei e toma a decisão que tomei, não possui nada além do desejo de mudar tudo, não importa a que preço. E como sou latino-americana, dá na mesma estar em Chile ou no Brasil, ou Venezuela, ou México [sic], ou Bolívia ou qualquer outro, pois cada país livre apressará a liberdade dos outros. Cada território liberado é uma frente de luta para prosseguir lutando (...) ¹⁷⁰.

A trajetória de Vanini acompanha as atividades de monitoramento pelo SNI. Um documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores ¹⁷¹, endereçado diretamente ao Presidente da República, com data de novembro de 1970, informa a concentração de subversivos brasileiros no Chile. O Informe aponta a posse de Salvador Allende ¹⁷² como principal facilitador para a entrada e permanência de asilados e banidos brasileiros provenientes da Argélia, Bolívia, China, Havana e Uruguai. Os recursos de deslocamento e os documentos falsos necessários eram providenciados por organizações subversivas brasileiras, sendo o Uruguai a principal via de encaminhamento (rota: Uruguai- Chile- Holanda e Suíça-Havana e Argel).

O documento ¹⁷³ ainda revela que o MIR ofereceu aos brasileiros o apoio técnico necessário. Os brasileiros teriam sido deslocados para dois campos de treinamentos, um deles o de Santa Bárbara (Los Ángeles), a 150km de Santiago e em Concepción, ambos do MIR. A instrução guerrilheira seria fornecida por brasileiros especializados em Havana, com assistência

¹⁷⁰ AMARO, K. G da S. **As missivas de Jane Vanini**. Dissertação (Mestrado em História). 159 P. 2012. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Faculdade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2012. P. 90-91. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1368/1/DISS_2012_Katia%20Gomes%20da%20Silva%20Amaro.pdf. Acesso em: 05/04/2023.

¹⁷¹ BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70026628 – Dossiê. CONCENTRAÇÃO DE SUBVERSIVOS BRASILEIROS NO CHILE, 02/12/1970.

¹⁷² A obra do autor Roberto Simon (2021) revela comportamento contrário do presidente Salvador Allende, o mesmo sabia que era preciso trabalhar com a ditadura brasileira para que esta não interferisse em assuntos internos do Chile, portanto, se pedia que os exilados não participassem de manifestações políticas.

¹⁷³ Ibid, p. 3.

de técnicos cubanos. Sem dados precisos sobre a data da ação, assim preparadas passariam pela Bolívia, com vista a se concentrarem no Mato Grosso e Paraná.

Quase um ano depois, em junho de 1971, um documento¹⁷⁴ elaborado pelo CISA revela a vigilância permanente dos órgãos de inteligência do Brasil sobre os exilados, banidos e perseguidos políticos brasileiros. O estudo de contrainformações aponta que, após a posse de Salvador Allende, avolumaram-se informes sobre a existência de um curso de guerrilhas no país, com a finalidade de formar terroristas aptos ao desenvolvimento da guerrilha urbana e rural no Brasil. A informação foi elaborada através de diversas fontes não reveladas, por isso, pede-se o aumento das medidas de segurança interna, desde o doutrinação até o treinamento para agir contra as tentativas de sabotagem.

Entretanto, além dos cursos de treinamento de guerrilhas, os informes obtidos¹⁷⁵ pelo CISA previam a construção de bases para a formação de informação e contrainformações, ambas sob orientação de agentes cubanos. O objetivo dessas bases era operar em países como a Argentina, Bolívia, Paraguai e o Brasil.

Em março de 1974, um informe¹⁷⁶ elaborado pelo CIEX, com a ficha de 25 exilados brasileiros oriundos do Chile para a Argentina, tem a sua difusão em diversos órgãos de inteligência brasileiros. A ficha continha foto, qualificação pessoal e antecedentes ideológicos; o documento foi preparado pelas forças de segurança argentinas e obtido pelo CIEX, em janeiro de 1974. Os brasileiros fichados entraram na Argentina por meio do refúgio na embaixada, logo após a derrubada do governo de Salvador Allende.

Portanto, partindo da pesquisa realizada e da bibliografia consultada, fica evidente que as ditaduras, brasileira e chilena, atuaram juntas na efetiva realização da Operação Condor, com objetivos previamente definidos, ou seja, impedir a expansão da luta revolucionária na América Latina, assim como a utilização de métodos violentos na repressão aos movimentos de esquerda que atuavam nos respectivos países.

¹⁷⁴ BR DFANBSB VAZ.0.0.155 – Dossiê: ENCAMINHAMENTO Nº 248/DSEG4: BRASILEIROS CURSANDO ESCOLA DE GUERRILHAS NO CHILE E DESENCADEANDO.

¹⁷⁵ BR DFANBSB VAZ.0.0.1623 – Dossiê - INFORME Nº 129/DSEG-4: REUNIÃO DOS LÍDERES SUBVERSIVOS BRASILEIROS NO CHILE. 07/06/1971.

¹⁷⁶ BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74067972 – Dossiê. EXILADOS BRASILEIROS. 3.4. 27/03/1974.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender como e por que do interesse da ditadura brasileira sobre o Chile e de que forma o apoio militar foi oferecido. Constatou-se que a Ditadura brasileira foi capaz de criar uma estrutura de repressão política eficiente ao ponto de ser exportada.

Os militares entenderam que a responsabilidade do Brasil na defesa do “mundo livre” deveria ser expandida regionalmente, sobretudo a partir do conceito de “fronteiras ideológicas”, permitindo a extensão da repressão em território nacional contra os inimigos internos em outros países da América Latina.

As conexões repressivas entre os militares de diferentes países do Cone-Sul protagonizaram o que mais tarde viria ser a Operação Condor, de 1975, criada como uma rede de comunicação com informações centralizadas capaz de articular ações contra a subversão.

Antes deste mecanismo ser montado, as ações eram decididas de forma bilateral, como por exemplo, durante o governo de Salvador Allende no Chile houve a cooperação individualizada e não institucional dos militares chilenos com as autoridades de segurança do Brasil para localizar e reportar exilados políticos brasileiros. O mesmo ocorreu na Argentina, no Uruguai e na Bolívia.

O aparato repressivo brasileiro foi aperfeiçoado durante a ditadura para localizar de modo sistemático pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional, ou seja, todo sujeito contrário a ditadura que comprometesse a ordem estabelecida (estudantes, sindicalistas, partidos políticos, grupos armados, comunistas, anarquistas). O conceito do “inimigo interno” difundido na doutrina militar legitimou o poder de ação contra qualquer sujeito e, assim, instituiu-se o medo generalizado de ser confundido com o inimigo.

Os dados levantados pela Comissão Nacional da Verdade, realizada no Brasil em 2014, reconheceu 434 mortes e desaparecimentos, sendo 210 de pessoas desaparecidas em decorrência da violência do Estado, em território nacional e no exterior. Sem levar em consideração as mortes de indígenas durante o período estimada em mais de 8 mil. Em termos relativos e em comparação aos países vizinhos, os dados sobre as mortes e os desaparecimentos forçados poderiam indicar que a repressão no Brasil foi moderada

No entanto, a ditadura brasileira foi uma das principais responsáveis por ensinar o seu modelo de repressão aos outros países que não contavam com uma estrutura sólida para atuar contra a guerra revolucionária.

Assim, a formação e os métodos exportados pelo Brasil aos países sob ditaduras na América Latina, indicam uma política de aniquilamento realizada pelo Estado brasileiro e

perceptível na construção do aparato repressivo do Chile. Manifestado nos intercâmbios de agentes de segurança do Chile e Brasil nos órgãos de segurança dos dois países.

O modelo brasileiro exportado consistiu na criação de uma agência central de informação e na instalação de órgãos regionais nas principais capitais do território. A preocupação com a repercussão internacional sobre as denúncias de violação de direitos humanos cometidas contra os opositores políticos poderia isolar o país de acordos comerciais de interesse da ditadura. Sendo assim, a rede de vigilância e repressão no país passou a atuar de modo especializado, concentrado em desarticular e aniquilar indivíduos que se colocavam contrários à ditadura.

Esta forma especializada de atuação dos agentes de segurança foi difundida, na Escola Superior de Guerra e, posteriormente, instruída na EsNi. O conteúdo teórico elaborado pela ESG foi reaproveitado pela nova escola de informação. O curso possibilitou aos agentes de segurança compreenderem o conceito de “inimigo interno”, fundamental para legitimar as ações repressivas. A construção do conceito ampliava o poder de ação dos militares que se colocavam como a única instituição do Estado capaz de assegurar a ordem estabelecida.

A doutrina difundida pela ESG foi capaz de introduzir nas escolas militares o uso da tortura de modo sistemático, vez que o sujeito não era necessariamente indefeso, mas sim, um insurgente ou inimigo em potencial.

O inimigo interno foi apresentado como aquele que impedia o desenvolvimento do país e responsável pelo atraso das potencialidades da nação, portanto, seu aniquilamento era necessário para a continuidade do progresso. De modo que a ameaça ultrapassava os limites das fronteiras, pois boa parte dos exilados políticos iam para os países vizinhos, sobretudo o Uruguai e o Chile.

O caso chileno simboliza as preocupações do governo brasileiro quanto às questões de segurança nacional e para tornar-se uma potência regional. Demonstrado no apoio brasileiro à derrubada do governo de Salvador Allende, da mesma forma não interessava o fortalecimento de economias de países governados por partidos de esquerda.

Para tanto, o suporte na construção da repressão chilena buscou agilizar as etapas de repressão que o país adotou em território nacional. A viabilidade da ditadura chilena fazia parte da política da ditadura brasileira em garantir governos de direita na América do Sul.

As técnicas exportadas consistiram em formação teórica e prática aos agentes chilenos, os oficiais militares chilenos eram enviados às academias militares brasileiras e para a EsNi, enquanto os agentes que operariam diretamente na repressão chilena seriam instruídos pelo

CODI-DOI. O intercâmbio contou com o envio de agentes brasileiros para o Chile, porém, houve também a vinda de chilenos para o Brasil.

No entanto, a DINA operou no Chile de maneira distinta ao que ocorreu no Brasil. Como principal agência de informações, a DINA operou diretamente na repressão contra os opositores políticos com a criação de centros clandestinos, revelando o caráter ilegal desta ação da agência que, por sua vez, era respaldada por Lei.

A sua criação está ligada ao fato da atuação desarticulada dos órgãos de repressão das Forças Armadas nos primeiros meses após o golpe militar em 1973. No entanto, após esse período, a agência foi o principal órgão do Estado chileno para combater a guerra revolucionária no Chile.

A repressão chilena nos primeiros meses teve repercussão internacional devido a violência generalizada contra seus próprios cidadãos. O apoio brasileiro pode ser visto a partir de 1974, com o modo sistematizado de ação da DINA contra indivíduos específicos contrários à ditadura.

Instituída a repressão interna e regional, a repressão chilena atuou em nível extracontinental, contando com uma secretaria especializada, com ações nos Estados Unidos da América, França e Itália, países que concentravam o maior número de exilados chilenos, o que revela o grau de sofisticação das ações repressivas adotadas. A política contrainsurgente adotado por Manuel Contreras, diretor da DINA, previa o aniquilamento dos considerados inimigos internos em todo o mundo para não correr o risco de se tornar novamente uma ameaça.

Neste sentido, o presente trabalho demonstrou que a partir da difusão da doutrina desenvolvida na Escola Superior de Guerra do Brasil se tornou capaz de exportar seu conhecimento no tema para América Latina, sobretudo para o Cone Sul. Tanto é, em um contexto de bipolaridade da Guerra Fria, o país apoia o golpe militar para derrubada do Governo Allende, favorecendo a criação de uma estrutura de repressão no Chile, demonstrando, portanto, a influência da ESG na construção deste modus operandi de "contenção do inimigo interno".

REFERÊNCIAS

AGGIO, A. **Democracia e socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ALTAMIRANO, C. **Dialética de uma derrota**: Chile 1970-1973. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). São Paulo: Vozes, 1989.

AMORÓS, M. La DINA: El puño de Pinochet. *In*: 53º CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS. México, 2009). Disponível em: <http://www.archivochile.com/entrada.html>. Acesso em: 30/10/2021.

ANDRADE, F. de O. **A Escola Nacional de Informações**: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar. 2014, 139p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista. Franca, 2014.

ANTUNES, P. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, Brasil e Chile. *In*: FICO, C. *et al.* **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ANTUNES, P. C. B. **SNI & Abin**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AYERBE, F. L. **Estados Unidos e América Latina**. UNESP: São Paulo, 2002.

BEVINS, V. **O Método Jacarta**: A Cruzada Anticomunista de Washington e o Programa de Assassinatos em Massa que Configurou o Mundo em que Vivemos. São Paulo, Autonomia Literária, 2022.

BITAR, S. **Transição, socialismo e democracia**: Chile com Allende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/ Comissão Nacional da Verdade**. Volume 1, TOMO I. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG: 1977-1978.

CALVEIRO, P. **Poder e Desaparecimento**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARVALHO, A. C. de. As origens do SNI: Escola Superior de Guerra. *In*: 43°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - Caxambu, 2019. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st14-8/11711-as-origens-do-sni-escola-superior-de-guerra?path=43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st14-8>. Acesso em: 15/10/2020.

CARVALHO, A. C. de. **Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações**. 1Ed. São Paulo: Appris, 2021.

COGGIOLA, O. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D; CASTRO, C. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DE ARRUDA, A. **Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina**. São Paulo: GRD; [Brasília]: INL, 1980.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE-PLON, L. **A tortura como arma de guerra - Da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado** – 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FERNANDES, A. S. A Reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, Londrina, v. 2, n. 4, pp.831-855, dez. 2009.

FERNANDES, F. de M. **De golpe a golpe: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)**. Curitiba: Juruá, 2009.

FICO, C. **Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FICO, C. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GARCÉS, J. E. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GARRETÓN, M. A. MOULIAN, T. **La Unidad Popular y el conflicto político en Chile**. 2ª ed. Santiago: Ediciones Chile América; CESOSC e LOM Ediciones, 1993.

GODOY, M. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991) - o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar**. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

GONZÁLES, C. P. **Memorias: testimonio de un soldado**. 2. ed. Santiago: Puhuén, 1985.

GUTIERREZ, P. S. La organizacion de la represion y la inteligéncia em la ditadura militar chilena. Del copamiento militar del território al surgimento de la Dirección de Integencia Nacional: Región Metropolitana, 1973-1977. **Izquierdas**, n.49, abril 2020: pp.767-796.

HARMER, T. **El gobierno de Allende y la guerra fría interamericana**. 1.ed. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

HUNEEUS, C. **El regimen de Pinochet**. Barcelona: Ed. Taurus, 2016.

MARINI, R. M. O Estado de contrainsurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, nº 3, 2018, pp. 1-15.

MARINI, R. M. **O Reformismo e a Contrarrevolução**. Estudos sobre o Chile. São Paulo: Expressão popular, 2019.

MARQUES, T. C. S. **Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINS FILHO, J. R. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, pp.519-536, dez. 2012.

MARTINS FILHO, J. R. A Influência Doutrinária Francesa Sobre os Militares Brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, pp.39-50, jun. 2008.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

MARTINS FILHO, J. R. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. **Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 12, 1999, pp. 67-82.

MATTOS, R. dos S. **A Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), o terrorismo de estado no Chile e as relações com o imperialismo estadunidense (1973-1977)**. 2019. 254 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

MCSHERRY, J. P. **Los Estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina**. Montevidéo, Ediciones de la Banda Oriental, 2009.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Fórmula para o caos: Ascensão e queda de Salvador Allende: (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, D. E. **A repressão extranacional na ditadura militar brasileira: a vigilância do DEOPS paulista sobre o Chile (1970-1973)**. São Paulo: projeto história, nº 29, tomo 1, pp. 251-256.

MYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, E. R. de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

PADRÓS, E. S. As escolas militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina. **Outros Tempos**, vol. 1 Esp., 2007. pp. 13-31.

PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C. *et al.* **Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. pp. 143-178.

PADRÓS, E. S.; SIMÕES, S. A ditadura brasileira e o golpe de Estado chileno. **Outros Tempos**, Maranhão, v. 10, n. 16, pp.229-255, ago. 2013.

PASCUAL, A. L. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

POLICZER, P. **Los modelos del horror: represión e información em Chile bajo la dictadura militar**. Santiago: LOM, 2017.

PRIETO, C. M. Servicios de Inteligencia en Sudamérica. Estado de situación en una perspectiva comparada. Instituto de Cooperación para la Seguridad Hemisférica Georgia, Junio de 2002, p.259. Acesso em: 22/04/2023. Disponível em:< www.fas.org/irp/world/chile/maldonado.doc>.

QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, pp.19-41, jun/2012.

ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

SAINT-PIERRE, H. L. **A política Armada**: Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: UNESP, 2000.

SALAZAR, M. **Las letras del horror**: tomo I, la Dina. Santiago: LOM, 2011.

SILVA, G. do C e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SIMON, R. **O Brasil contra a democracia**: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SPEKTOR, M. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

STRACHMAN, E.; DEG'IESPOSTI, E. H. B. A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a engesa. *Ensaio FEE*, v. 31, n. 1, p. 31-58, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124770>>.

TAPIA, C. G. **La contrasubversión como política**: la doctrina de guerra revolucionaria francesa y su impacto en las FF.AA de Chile e Argentina. Santiago: LOM, 2018.

TV SENADO. Tenho sorte de estar vivo aqui, relata o ex-presos político Vitório Sorotiuk. Youtube, 14/04/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TOhjNyiTHkU&t=4s>. Acesso em: 22/03/2023.

VALDÉS, J. A. Tapia. **La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur**: El Terrorismo de Estado. México: Nueva Sociedad, 1980.

VARAS, A. **Los militares en el poder**: régimen y gobierno militar en Chile 1973-1986. 1. ed. Santiago: Pehuén Editores - FLACSO, 1987.

VARAS, A.; AGUERO, F.; BUSTAMANTE, F. **Chile, democracia e forças armadas**. Santiago: Flacso, 1980.

VERDUGO, P. **Como os EUA derrubaram Allende**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WINN, P. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ZÁRATE, V. V. O. de Chile: un país de <excepción>? La ley de Control de Armas y la máquina repressiva puesta en marcha. *In*: VALLEJOS, J. P. **Fiesta y drama**: nuevas historias de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2014. pp. 277-315.

ZÁRATE, V. V. O. de. Todos juntos seremos la historia: venceremos. Unidade Popular y Fuerzas Armadas. *In: VALLEJOS, J. P. Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*, Santiago, LOM Ediciones, 2005. pp. 177-200.

REFERÊNCIAS DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927**. Providencia sobre o Conselho da Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/08/2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto-Lei nº 9.775, de 6 de setembro de 1946**. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19775.http.com. Acesso em: 30/10/2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 43.810, de 29 de maio de 1958**. Cria, na Escola Superior de Guerra, o Curso de Informações (CI) e dá outras providências. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43810-29-maio-1958-382668-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30/10/2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ementa: Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964**. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, 15/06/1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-norma-pl>. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 55791, de 23 de fevereiro de 1965**. Institui, na Escola Superior de Guerra, o Curso de Informações e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, 24/02/ 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55791-23-fevereiro-1965-396180-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/09/2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 60.664, de 02 de maio de 1967**. Cria o Centro de Informação do Exército e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 3/05/1967.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968**. Estabelece a estrutura básica da organização do Ministério da Marinha. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 21/06/1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/.

Acesso em: 22/02/2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 68.448, 31 de março de 1971**. Cria a Escola Nacional de Informações e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 31/03/1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68448-31-marco-1971>. Acesso em: 10/04/2022.

CHILE. **Decreto Ley nº 05, 11 de setembro de 1973**. Santiago, Diario oficial, 22 de setembro de 1973.

CHILE. Informe de La Comisión Nacional de Verdad y Justicia/ Comisión Nacional de Verdad y Justicia. Volume I, Tomo I. Santiago, 1991.

CHILE. Informe de La Comisión Nacional de Verdad y Justicia/ Comisión Nacional de Verdad y Justicia. Volume I, Tomo II. Santiago, 1991.

CHILE. Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (Valech I). Santiago, 2005.

CHILE. Ministerio del Interior. **Decreto Ley nº 521, 18 de junho de 1974**. Crea la dirección de Inteligencia Nacional (DINA). Santiago, Diário Oficial, 18 de junho de 1974. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=6158&idParte>. Acesso em: 20/06/2022.

CHILE. Ministerio de Hacienda. **Decreto Ley nº 517, 31 de dezembro de 1974**. Aprueba texto que indica de la ley sobre impuesto a la renta. Santiago, Diário Oficial, 31 de dezembro de 1974. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=6368>. Acesso em: 12/10/2022.

CHILE. Ministerio del Interior. **Decreto Ley nº 1876, 13 de agosto de 1977**. Deroga Decreto Ley Nº521, de 1974, que creo la dirección de inteligencia nacional. Santiago, Diario Oficial, 13 de agosto de 1977. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar/imprimir?idNorma=6764&idVersion=1977-08-13>. Acesso em: 04/07/2022.

CHILE. Ministerio del Interior. **Decreto Ley nº 1878, 13 de agosto de 1977**. Crea la Central Nacional de Informaciones. Santiago, Diario Oficial, 13 de agosto de 1977. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=6766>. Acesso em: 22/11/2022.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Introdução ao estudo da Guerra revolucionária. Conferência de Augusto Fragozo. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1959.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Guerra revolucionária. Rio de Janeiro, EMFA, 1961.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Aspectos da guerra contemporânea: a guerra revolucionária. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, C-20-69, 1969.

UNIDAD POPULAR. Acuerdo sobre conducción y estilo de campaña. In: Programa basico de gobierno de la Unidad Popular: candidatura presidencial de Salvador Allende. Santiago de Chile: Unidad Popular, 1969. p. 43-47. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0000544.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

UNIDAD POPULAR. Pacto de la Unidad Popular. In: Programa basico de gobierno de la Unidad Popular: candidatura presidencial de Salvador Allende. Santiago de Chile, 1969. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0000544.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2019

UNIDAD POPULAR. Programa basico de gobierno de la Unidad Popular. In: Programa basico de la Unidad: candidatura presidencial de Salvador Allende. Santiago de Chile, 1969. P 03-34. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0000544.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2019.